



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**DOS NAVIOS NEGREIROS AO DESEMBARQUE EM SALVADOR-BA: O PAPEL
DA CIDADE NA FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO**

ERICA PAULA DE VASCONCELOS DOS SANTOS

Foz do Iguaçu/PR

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**DOS NAVIOS NEGREIROS AO DESEMBARQUE EM SALVADOR-BA: O PAPEL
DA CIDADE NA FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO**

ERICA PAULA DE VASCONCELOS DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Drº. Ramon Blanco

Foz do Iguaçu/PR

2024

**DOS NAVIOS NEGREIROS AO DESEMBARQUE EM SALVADOR-BA: O PAPEL
DA CIDADE NA FORMAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Prof(a) Dr(a) Ramon Blanco
UNILA

Prof(a) Dr(a) Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA

Prof(a) Dr(a) Felipe Cordeiro de Almeida
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2024.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

V331

Vasconcelos, Erica Paula dos Santos.

Dos Navios Negreiros ao desembarque em Salvador-BA: o papel da cidade na formação do Sistema Internacional Moderno / Erica Paula dos Santos Vasconcelos. - Foz do Iguaçu, 2024.

140 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco.

1. Sistema Internacional Moderno. 2. Escravidão. 3. Amefricanidade. 4. Relações Internacionais. 5. Salvador – BA. I. Blanco, Prof. Dr. Ramon. II. Título.

CDU 326:327(813.8)

*In memoriam de Eulalio Junior Vasconcelos (irmão)
e Ednei Vasconcelos (irmão)*

á Elizabete Vasconcelos (minha mãe e pai)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de registrar meu profundo agradecimento aos meus ancestrais que têm me acompanhado e dado força para conseguir enfrentar os desafios da vida acadêmica, do luto, das situações racistas e de todos os maus que poderiam vir sobre minha vida.

Em segundo lugar a minha Elizabeth Vasconcelos que sempre me apoiou durante toda minha vida, sendo minha companheira, amiga, curandeira, conselheira, supridora, pai, psicóloga, professora e instrutora de sobrevivência, a ela devo minha vida. Ela é meu maior exemplo e inspiração de luta e perseverança. Assim como toda minha família que deu força, inspiração, ensinamentos, suprimentos e esperança, em específico Edilene Vasconcelos, Marcus Vasconcelos e Jeanderson Ferreira.

Gostaria de agradecer também ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana por aceitar minha candidatura e por ter me dado a oportunidade de ter sido bolsista PROBIU, o que me deu a possibilidade de permanecer no programa e custear minha estadia em Foz do Iguaçu. Gostaria de destacar a maravilhosa oportunidade de aprender a cada dia ser uma pesquisadora com responsabilidade e empatia com as professoras e os professores Ana Delgado, Karen Honório e Filipe Cordeiro.

Também ao meu orientador Ramon Blanco que me acompanhou em toda a pesquisa, me incentivou a pesquisar essa temática, me ensinou a ocupar os espaços, ir contra o racismo institucional, me incentivando a fazer parte do corpo das tomadas de decisões da universidade e a lutar por uma universidade mais inclusiva. Junto a ele o professor Lucas Mesquita que sempre estava disponível a ajudar com questões do programa e por me deixar fazer parte do Projeto INCLUIR, um dos mais lindos projetos que conheci. Ambos sempre incentivando a pesquisa com consciência, empatia e respeito, levando a pesquisa para além da sala de aula, para os melhores eventos e sempre acreditar no meu potencial.

Ao ex-secretário Matias Kiihl da UNILA, pelos sambas de roda, pelas comidas saborosas, pelo acolhimento e por apresentar a cidade de forma detalhada e os encontros com a turma para troca de experiências. A minha colega haitiana Judeline Exume por confiar em dividir sua residência comigo e a sua família Enzo Magnante, Line Magnante e Patrick Magnante.

Por fim, gostaria de agradecer aos membros da Associação de Pós-Graduandos APG-ARANDU que a mim confiou o cargo de coordenadora geral para representar a comunidade de pós-graduação da universidade, lutar por mais direitos e espaços para os discentes e ser uma embaixadora da UNILA em outros espaços. Agradeço profundamente a todos vocês: Markson Rangel, Artur da Costa, Robert Renet, Izábia Coutinho, Nicole Machado e Thales.

*Deixe-me ir, Preciso andar
Vou por aí a procurar, Rir pra não chorar
Deixe-me ir, Preciso andar
Vou por aí a procurar, Sorrir pra não chorar
Quero assistir ao sol nascer, Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar, Eu quero nascer
Quero viver. Deixe-me ir, Preciso andar
Vou por aí a procurar, Rir pra não chorar
Se alguém por mim perguntar, diga que eu sou vou voltar,
depois que mim encontrar...*

“Preciso me Encontrar”, canção de Cartola

VASCONCELOS, Erica Paula. **Dos navios negreiros ao desembarque em Salvador-BA: o papel da cidade na formação do sistema internacional moderno.** 2024. (140f). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva evidenciar o papel da cidade de Salvador-BA na economia escravista para a formação do sistema internacional moderno, tendo como pano de fundo a operacionalização do comércio transatlântico até a formação das indústrias artesanais açucareiras na região do Nordeste da Bahia. Nesse sentido, o argumento da pesquisa é de que a relação entre raça, escravidão e o capitalismo racial foram primordiais para a formação do sistema internacional moderno através da exploração e do extrativismo, sendo a base econômica para os países europeus, além de servir para manutenção de poder. Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizada como metodologia de escrita a escrita como ferramenta para o resgate histórico das populações negra e afrodescendentes a partir das histórias coletivas, com coletas de dados através da análise dos documentos: ‘Atlas of the Transatlantic slave trade’ da plataforma SlaveVoyages, sobre a escravidão intra-caribenha e intra-americana; relatórios das pesquisas arqueológicas mostrando os primeiros nordestinos, do acervo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da biblioteca digital Nimuendajú e as estatísticas e porcentagem do perfil domiciliar e econômico dos municípios baianos constados nos documentos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo refere-se ao debate teórico para análise crítica da disciplina de Relações Internacionais, apontando a categoria política-cultural da amefricanidade para entender como se deu a relação entre raça, escravidão e o capitalismo racial. O segundo capítulo aponta a organização do comércio transatlântico escravista entre Europa, África e a Bahia na exportação e importação de escravizados, matérias-primas e manufaturados. O terceiro capítulo denota a cidade de Salvador como principal ponto do empreendimento colonial de escravizados e do açúcar, surgindo a Revolta dos Malês contra a escravidão, o que compõem um terceiro nomos de revolta e luta contra o racismo na estrutura política atual. Além disso, as perspectivas presentes neste trabalho contribuem para se pensar formas multidimensionais, demonstrando a viabilização de outros horizontes emancipatórios e includentes e não hierarquizados.

Palavras-chave: Sistema Internacional Moderno. Escravidão. Amefricanidade. Relações Internacionais. Salvador-BA.

VASCONCELOS, Erica Paula. **De los barcos negreros al desembarco en Salvador-BA: el papel de la ciudad en la formación del sistema internacional moderno.** 2024. (140 y siguientes). Tesis de Maestría presentada al Programa de Posgrado en Relaciones Internacionales como requisito parcial para la obtención del título de Maestría en Relaciones Internacionales.

RESUMÉN

Esta investigación tiene como objetivo resaltar el papel de la ciudad de Salvador – BA en la economía esclavista para la formación del sistema internacional moderno, teniendo como telón de fondo la operacionalización del comercio transatlántico hasta la formación de industrias azucareras artesanales en la región Nordeste de Bahía. En este sentido, el argumento de la investigación es que las relaciones entre raza, esclavitud y capitalismo racial fueron esenciales para la formación del sistema internacional moderno a través de la exploración y el extractivismo, siendo la base económica de los países europeos, además de servir para el mantenimiento del poder. Para el desarrollo de la investigación se utilizará una metodología de escritura como herramienta para la recuperación histórica de las poblaciones negras y afrodescendientes a partir de historias colectivas, con recolección de datos a través del análisis de documentos: 'Atlas de la trata transatlántica de esclavos' de la plataforma SlaveVoyages, sobre la esclavitud intracaribeña e intraamericana; informes de investigaciones arqueológicas que muestran los primeros pueblos del noreste, de la colección de Estudios Arqueológicos de la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE) y de la biblioteca digital Nimuendajú y las estadísticas y porcentajes del perfil familiar y económico de los municipios bahianos contenidos en documentos de la Superintendencia de Estudios Económicos y Sociales de Bahía (SEI), Secretaría de Promoción de la Igualdad Racial (SEPROMI), Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y el Instituto de Investigaciones Económicas Aplicadas (IPEA). Esta investigación está organizada en tres capítulos. El primer capítulo se refiere al debate teórico para el análisis crítico de la disciplina de Relaciones Internacionales, señalando la categoría político-cultural de americanidad para comprender cómo surgió la relación entre raza, esclavitud y capitalismo racial. El segundo capítulo señala la organización del comercio transatlántico de esclavos entre Europa, África y Bahía en la exportación e importación de esclavos, materias primas y productos manufacturados. El tercer capítulo señala a la ciudad de Salvador como punto principal de la empresa colonial de esclavos y azúcar, dando origen a la Revuelta de los Malês contra la esclavitud, que conforma un tercer nomos de revuelta y lucha contra el racismo en la estructura política actual. Además, las perspectivas presentes en este trabajo contribuyen a pensar formas multidimensionales, demostrando la viabilidad de otros horizontes emancipadores e inclusivos y no jerárquicos.

Palabras clave: Sistema Internacional Moderno. Esclavitud. Amefricanidad. Relaciones Internacionales. Salvador BA.

VASCONCELOS, Erica Paula. **From slave ships to the disembarkation in Salvador-BA: the role of the city in the formation of the modern international system.** 2024. (140f). Master's Thesis presented to the Postgraduate Program in International Relations as a partial requirement for obtaining the title of Master in International Relations.

ABSTRACT

This research aims to highlight the role of the city of Salvador – BA in the slave economy for the formation of the modern international system, having as a backdrop the operationalization of transatlantic trade until the formation of artisanal sugar industries in the Northeast region of Bahia. In this sense, the research argument is that the relationship between race, slavery and racial capitalism were essential to the formation of the modern international system through exploration and extractivism, being the economic basis for European countries, in addition to serving to maintain of power. For the development of the research, a writing methodology will be used as a tool for the historical recovery of black and Afro-descendant populations based on collective histories, with data collection through the analysis of documents: 'Atlas of the Transatlantic slave trade' from the SlaveVoyages platform, on intra-Caribbean and intra-American slavery; reports of archaeological research showing the first northeastern people, from the Archaeological Studies collection of the Federal University of Pernambuco (UFPE) and the Nimuendajú digital library and the statistics and percentage of the household and economic profile of Bahian municipalities contained in documents from the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), Secretariat for the Promotion of Racial Equality (SEPROMI), Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Institute of Applied Economic Research (IPEA). This research is organized into three chapters. The first chapter refers to the theoretical debate for critical analysis of the discipline of International Relations, pointing out the political-cultural category of Americanness to understand how the relationship between race, slavery and racial capitalism came about. The second chapter points out the organization of the transatlantic slave trade between Europe, Africa and Bahia in the export and import of enslaved people, raw materials and manufactured goods. The third chapter denotes the city of Salvador as the main point of the colonial enterprise of slaves and sugar, giving rise to the Malês Revolt against slavery, which makes up a third nomos of revolt and fight against racism in the current political structure. Furthermore, the perspectives present in this work contribute to thinking about multidimensional forms, demonstrating the feasibility of other emancipatory and inclusive and non-hierarchical horizons.

Keywords: Modern International System. Slavery. Americanness. International relations. Salvador BA.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número estimado de escravizados para os vinte maiores portos das Américas (1501-1867)	98
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Visão geral do comércio transatlântico de escravizados entre (1501-1867)	98
Mapa 2 – Escravizados levados da África por nacionalidade dos navio negreiro	99
Mapa 3 – Destinos dos escravizados pelos caminhos caribenhos (1556-1807)	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RI	Relações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
PDT	Partido Democrático Trabalhista
TEN	Teatro Experimental do Negro
UNHCR	United Nations High Commissioner for Human Rights
PUC	Pontifícia Universidade Católica
IPS	International Political Sociology (Rede IPS Brasil)
PIB	Produto Interno Bruto
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio
UN-HABITAT	United Nations Human Settlements Programme
EUA	Estados Unidos da América
RAC	Royal African Company (RAC britânica)
ONG's	Organizações Não Governamentais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
SEPROMI	Secretarias de Promoção da Igualdade Racial
UFBA	Universidade Federal da Bahia
ISB	Instituto Steve Biko
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1- PROBLEMATIZANDO A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	19
1.1 AFASIA RACIAL DA DISCIPLINA	19
1.2 AMEFRICANIDADE E OUTRAS TEORIAS PARA DESCOLONIZAR A DISCIPLINA	25
1.2.1 A composição da amefricanidade	25
1.2.2 A amefricanidade, africanidade e o anticolonialismo	27
1.2.3 Amefricanidade e o pensamento decolonial	30
1.3 A RELAÇÃO ENTRE RAÇA, ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO RACIAL	37
CONCLUSÃO	49
CAPÍTULO 2- “SEM NEGROS NÃO TÊM OURO, AÇÚCAR NEM TABACO”: A ENTRADA DO NORDESTE BAIANO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	55
2.1 AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES NORDESTINAS	55
2.2 A GEOPOLÍTICA DO OCEANO ATLÂNTICO E O MERCADO TRIANGULAR	60
2.3 CACHAÇA, TABACO E TECIDO DE ANGOLA PARA BAHIA	69
2.4 A TECNOLOGIA DO CORPO: DE PERNAMBUCO PARA SALVADOR	74
CONCLUSÃO	81
CAPÍTULO 3- O PAPEL DE SALVADOR-BA NO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO	85
3.1 O COMÉRCIO DO AÇUCAR NO MOCAMBO DOS GOYTACAZES	85
3.2 O COMÉRCIO DE HUMANOS ENTRE INGLATERRA, PORTUGAL E EUA	92
3.3 A REVOLTA DAS SENZALAS: DO HAITI PARA SALVADOR	105
3.4 O TERCEIRO NOMOS DA TERRA: A CONTINUAÇÃO DA REVOLTA	110
CONCLUSÃO	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

A presente dissertação objetiva problematizar o papel de Salvador–BA na formação do sistema internacional moderno, tendo como pano de fundo a escravidão negra operacionalizada no comércio transatlântico e agropecuário na região do Nordeste baiano. Para entender este processo, partiremos da hipótese de que o campo da disciplina de Relações Internacionais (RI), que mesmo sendo uma disciplina voltada à análise do sistema internacional, sofre de afasia racial. Esta é uma condição que afeta a perda total da capacidade de reconhecimento, de escrever, falar, compreender ou ler assuntos voltados a raça e escravidão (STOLER, 2011). O que justifica que as RI priorizam debates e teorias que estão no centro dos interesses da Europa, que envolve questões de segurança internacional, guerra, operações de paz, economia e política externa cooperativa (VITALIS, 2010).

Apesar de anteriormente, em particular nos EUA, no campo de RI estudava-se mais sobre as questões como império, imperialismo e relações inter-raciais, sendo exposto no jornal considerado o fundador da disciplina chamado de *Foreign Affairs*, publicado em 1922 pelo Conselho de Relações Exteriores, com o título de *Journal of Race Development* (VITALIS, 2010). Além do protagonismo do estudioso sul-africano Charles Manning, professor em Montague Burton de Relações Internacionais na companhia privada chamada *London School of Economics and Political Science*, sendo defensor jurisprudencial da administração racial tanto em termos do sistema de mandatos da Liga das Nações quanto, posteriormente, do apartheid sul-africano (SUGANAMI, 2001).

Para o enfraquecimento da afasia racial da disciplina, nesta pesquisa será utilizado como base teórica a categoria política-cultural da amefricanidade. Esta categoria foi criada por Lélia Gonzalez tanto considera o ambiente nacional com suas grandes transformações culturais e políticas no mundo. Como também, representa as lutas das organizações anti-racistas, dos movimentos de mulheres negras contra o patriarcado, das mobilizações pelos direitos civis para os povos negros e afrodescendentes, dos protestos dos Panteras Negras, além das lutas pelas independências nacionais e pelo fim do apartheid na África do Sul. Nessa teia complexa de ideias, a amefricanidade dialoga com as teorias voltadas aos horizontes do pensamento cunhado pela *África Decolonial Research Network (ADERN)*¹ e *Summer School on Decolonizing Power*², pois, se torna um elemento de descolonização, que vai desde a disciplina das RI até a conjuntura da política internacional, já está voltada nas praxes e nas problematizações dos processos raciais, utilizando a política e a cultura.

¹É um grupo formado por pesquisadores de diferentes departamentos da Ciência Política, Filosofia, Ciências da Comunicação e Criminologia da UNISA e outras universidades, que formaram a Escola Internacional de Verão em Barcelona sobre Descolonização do Conhecimento e do Poder organizada por Ramón Grosfoguel. (NDLOVU-GATSHENI, 2018)

² É o Centro de Estudos e Investigação para Diálogos Decoloniais, este centro é associado à *Universidad Autónoma de Barcelona*, Casa de lá Convalescença, onde oferecem cursos e eventos voltados exclusivamente sobre modernidade e colonialidade nas esferas do conhecimento.

O que nos possibilita colocar a amefricanização como uma necessidade, tanto no campo epistêmico, contra a ideia de modernidade, conquista da América, o controle do Atlântico pela Europa no século XV, Revolução Industrial. Quanto às práticas políticas e sociais, pois, a construção do poder através da violência, é uma herança do colonialismo e das dinâmicas construtivistas do sistema-mundo moderno capitalista de exploração e acumulação (GONZALEZ & HASENBALG, 1982). Por isso os autores destacam que o colonialismo desencadeia a subalternização que acaba atingindo uma parte da população mundial, começa a se estabelece nos eixos estruturais no controle do trabalho, da intersubjetividade, designados pelo eurocentrismo como modelo da forma de produção de conhecimento na modernidade (GONZALEZ & HASENBALG, 1982).

A amefricanidade analisa e desconstrói alegorias dentro dos paradigmas das três estratégias centrais que formam o tecido do campo de investigação dos estudos pós-coloniais, trazidas por Mc'Ewn (2019), sendo elas: a desestabilização dos discursos da Europa imperial (como a história da filosofia, linguística e do desenvolvimento), o desafio das experiências de falar e escrever contra os discursos dominantes, por exemplo, terceiro mundo, países de atraso econômico, disputa binária, etc., (Mc'EWN, 2019).

O que envolve a recuperação das vozes históricas e contemporâneas perdidas dos marginalizados, oprimidos e os dominados em uma construção radical da história de produção do conhecimento (McEWAN, 2019). O que a coloca em consonância com a teoria decolonial principalmente por problematizar a colonialidade oriundo da colonização que permanece operando em vários contextos da esfera social (GONZALEZ, 2021). Como consequência do primeiro colocar a raça como elemento que move essa colonialidade, ambos centralizados para a América Latina.

Porém, devemos lembrar que essa tentativa de enfraquecer a afasia racial das RI somada a descolonização da disciplina, não é algo novo, já que vem sendo tratado em muitas outras pesquisas e obras sobre a temática dentro dos assuntos de gênero, perspectivas decoloniais, participação política das organizações dos *povos originários*³ e crises ambientais. Esse alargamento da temática tem dado início a centralidade sobre a raça e a escravidão na área da política, economia e teorias no sistema internacional. Por exemplo, no palco de debates das principais entidades internacionais como: Organização das Nações Unidas (ONU), através de programas, como: “*The United Nations Outreach Programme on Slavery and the Transatlantic Slave Trade*”⁴, do painel de discussão “*Beyond Colonial Histories*”, organizado pelo departamento de comunicação Global da ONU, o

³ Essa nomenclatura foi designada para substituição do termo índio para indígena que significa "originário", ou seja, é aquele que está ali antes dos outros, o que dá valor à diversidade de cada povo (SENADO FEDERAL, 2004).

⁴ O Programa de Extensão sobre o Comércio Transatlântico de Escravos e Escravidão foi criado em 2007 para conscientização sobre a história do comércio transatlântico de escravizados, salientando seu impacto no mundo moderno, que estabeleceu uma rede global envolvendo instituições educacionais internacionais e civil no combate contra o racismo (UNITED NATIONS, 2007).

filme “*ENSLAVED: The Lost History of the Transatlantic Slave Trade*” exibido em 2022 pelo Departamento de comunicação Global da ONU. Como também as grandes exposições nos maiores museus do mundo que trazem sobre a história da escravidão negra, as vozes dos descendentes dos africanos escravizados com os esforços atuais para superar o passado colonial.

Como o “*Slavery: Ten True Stories of Dutch Colonial Slavery*”⁵, organizada pelo Consulado Geral da ONU em Nova York, o “*Apartheid Museum*”⁶ na África do Sul, o “*Casa do Benin*”⁷, em Salvador–BA, o “*International Slavery Museum*”⁸ em Liverpool, Inglaterra e o *National Museum on Africa American History and Culture*⁹ em Washington nos Estados Unidos. Estes possuem temáticas que contribuem para curar a afasia racial do campo. Partindo da ideia em que a centralidade da raça e da escravidão exerce nos elementos prerrogativas da própria disciplina. O que significa não fala sobre raça e escravidão, não como algo inédito, mais como algo que de tanto ser ofuscado acabou se tornando esquecido e irrelevante dentro dos debates centrais.

Dessa forma, essa necessidade de descolonização da disciplina se inscreve na justificativa e compõem o objeto de análise escolhido nesta pesquisa, sendo a cidade de Salvador-Ba, que historicamente foi a primeira capital do Brasil, graças à extração de pau-brasil e a comercialização do açúcar. No diário chamado “*Tome euxième II de Voyage pittoresque et historique au Brésil*” de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), São Salvador, como era chamada, nas pinturas do artista é destacada como uma cidade com a fauna e flora muito rica dominadas por colonos que exploravam essa riqueza e movimentavam um grande comércio somado a exploração da mão de obra negra. Por isso, nas pinturas é possível identificar, por exemplo, negros carregando famílias brancas nos ombros, outros sendo castigados em praças públicas, mulheres negras vendendo alimentos nas ruas (quituteira) expostas ao sol quente e os que trabalhavam nos canaviais.

Apesar destas pinturas retratarem a Salvador colonial, elas não são nem a ponta do iceberg, pois essa estrutura comercial tornou a cidade em uma das maiores produtoras de açúcar e de mercadoria humana, movimentado das águas do Oceano Índico, dominado por Portugal e depois Inglaterra, até o Oceano Atlântico, com o triângulo comercial. Neste período a Inglaterra já possuíam indústrias artesanais de açúcar no nordeste, mais especificamente em Salvador (GOMES, 2019). Ou seja, a cidade já tinha entrado no sistema internacional antes do grito ‘*terra à vista*’ datado em 1500. A

⁵ Se refere a uma exposição ‘Dez Histórias Verdadeiras da Escravidão Colonial Holandesa’, que possuem sede na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, e mostra através da arte e da história realizada em Rijksmuseum.

⁶ Esse museu conta com exposições da África do Sul do século 20, centralizando na história da ascensão e queda do apartheid.

⁷ Inaugurado em 1988 é localizado no Centro Histórico (Pelourinho) e é considerado um pedaço da África com acervo artístico e cultural afro-brasileiro.

⁸ É uma instituição pensada para a maior compreensão da escravidão transatlântica, móvel e outras formas de escravidão.

⁹ É o museu nacional dedicado exclusivamente à documentação da vida, história e cultura afro-americana.

chegada das caravelas portuguesas foi possível graças à geopolítica estabelecida no oceano atlântico, se tornando essencial para que a colonização chegasse nas encostas no Nordeste.

Tornando assim, o tráfico negreiro, no maior empreendimento do setor mercantil, que Cedric Robinson, afirma que esta estrutura foi formada pela circulação do capital, tendo o capitalismo racial enquanto modelo, já que o núcleo mercantil com a produção de altos lucros só aconteceu pela empreitada negreira (ROBINSON, 2018).

Esse *estominio*¹⁰ dos portugueses, que começa no comércio transatlântico foi primordial para a fundação de Salvador, sendo representado pelos quatro tratados, sendo eles: o Tratado de Tordesilhas (1494), que autenticou o domínio do mundo extra-europeu, demarcando os dois hemisfério, polo a polo da posse de Portugal sobre o litoral brasileiro. O *Tratado do Descobrimento* (1500), que deu suporte ao primeiro, o *Tratado de Utrecht* (1713), que estabeleceu a fronteira portuguesa no norte do Brasil e por último o *Tratado de Badajoz* entre Portugal e Espanha que incorporou os sete povos das missões do Brasil (IBGE, 2022).

Estes tratados legitima o imperialismo dos colonos e contribuem para a formação administrativa/legislativa da cidade, mas, o que marca a entrada de Salvador no sistema internacional e a escravidão negra com a comercialização do açúcar. Sendo primordial o desenvolvimento tecnológico dos navios negreiros, a produção legislativa de tratados para o comércio marítimo. Por isso o Oceano Atlântico se tornou em um espaço geopolítico, em que o sistema mercantil tornou-se a principal base lucrativa da Europa, que representou poder e muita riqueza para a Europa e principalmente o Reino Unido.

Dessa forma, entendemos que para o desenvolvimento destes processos a raça se tornou em uma ordem global regida pela política e economia internacional, ou seja, a raça acaba sendo mais do que uma categoria da zoologia e do campo etimológico. Kabengele Munanga (2004), explica sobre a origem da palavra raça, do italiano *razza*, do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie, para o campo das ciências naturais, primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Até em 1684, a raça foi utilizada pelo francês François Bernier, no sentido de classificação da diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças (MUNANGA, 2004).

Porém, foi no século XVI-XVII, que o conceito de raça passa a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe

¹⁰Essa palavra é de origem dos povos suaíli que habitavam na costa leste da África que tiveram contato com navegadores árabes, os povos da Tanzânia, Quênia, Uganda, tanto de colonos da Alemanha, Inglaterra e Portugal. Por isso essa expressão tem o mesmo sentido da expressão *Kiswahili* de origem árabe que significa ‘negociantes do litoral’, referindo-se tanto aos colonos que negociavam no litoral da costa do suaíli quanto aos próprios povos nativos da região (ALEGRIA, 2000).

(MUNANGA, 2004). Para Achille Mbembe (2014) descreve que falar de raça nos faz entrar em um campo imperfeito, dúbio e até desadequada, pois foi através destes elementos os negros entraram em um complexo perverso gerador de medo e de tormentos com infinitudes de sofrimentos (MBEMBE, 2014). Já que a ideia da raça pura foi utilizada para manter o terror praticado pelo *alterocídio*¹¹, sendo isto constituído pela diferença, ou seja, o outro não é visto como semelhante a si, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se ou destruir (MBEMBE, 2014).

Economicamente, através desses imaginários racializados que a escravidão surge e se constitui no maior sistema econômico global, fundado no comércio internacional, orquestrado pela movimentação de capital em escravizados. Esse modelo econômico tanto marca a entrada do Nordeste Brasileiro (principalmente em Pernambuco e na Bahia) no sistema internacional, como também se espalha para região sudeste (com maior contração no Rio de Janeiro), através da descoberta das "Américas" por Portugal e a disputa com Espanha, União Ibérica e Inglaterra.

Essa economia ganha maiores proporções através da produção do açúcar, nas indústrias artesanais, além do aumento de vendas de humanos para somada a do algodão, tabaco, tecido e a cachaça. Para o desenvolvimento das perspectivas, aqui trabalhadas, será utilizado a metodologia da *escrevivência*¹² com coletas de coleta de dados mediante análise documental¹³. O método da *escrevivência* foi criado pela autora Conceição Evaristo, para que através dele haja o resgate da história e cultura das populações negra e afrodescendentes. Através da *escrevivência* podemos retomar as memórias que constituem nossas vivências e materializam nossas lembranças pessoais e coletivas (EVARISTO, 2018).

Esta metodologia se inscreve, nesta pesquisa, como uma forma de negociação entre o campo teórico, debatido dentro da academia e por isso considerado ciência, com as formas de escritas vindas das vivências, experiências e história de vida para a construção do tecido social, vindas do lado de fora das universidades. Para além disso, trazer esse método de pesquisa para o campo das RI se inscreve como forma de desobediências epistemológica e metodológica, tanto de priorizar

¹¹ O autor coloca essa expressão para mostrar o significado de classificação ou de definição, dos não europeus, como o Outro, não semelhante de si e nem como iguais aos seres humanos, e sim como diferentes, porém, semelhante a qualquer tipo de outras coisas não humanas.

¹² Apesar de ser um método utilizado, com mais frequência, nas ciências antropológicas, geralmente para coleta de dados sob a prática de pesquisa de campo em grupos focais para assim construir o tecido social através das histórias de vida de outras pessoas (negras e afrodescendentes). A utilizo nesta pesquisa dentro do sentido de trazer histórias coletivas a partir das minhas, enquanto mulher negra, nascida e criada em Salvador, filha de lavadeira, sobrinha de mestra de capoeira e neta de Preta Velha. Para além de problematizar as teorias tradicionais, formular narrativas do que é considerado marginalizado, subalterno ou não importante para mostrar o inverso destes adjetivos.

¹³ A metodologia de análise documental, nesta pesquisa, se insere em uma metodologia secundária, utilizada como um caminho para coleta dos dados qualitativo e quantitativo. Sendo uma forma de dialogar não só com as teorias e as vivências mais de trazer registros autenticados por instituições educacionais, do governo federal, os sentidos de controle social, estatísticas da população brasileira e do nordeste baiano, também a nível internacional.

narrativas ocidentais para analisar os processos dos povos nordestinos, quanto como uma ferramenta para se repensar as metodologias no campo da disciplina.

Os documentos selecionados para a coleta de dados são: relatório de pesquisa arqueológica da ‘Pré-história do Nordeste do Brasil’, mostrando os primeiros nordestinos, com registros de desenhos e mapas, também, como mostra o acervo digital de Nimuendajú. Relatório e estatísticas do perfil domiciliar e econômico dos municípios baianos, a situação profissional da população negra e a situação das ações afirmativas desta população na educação superior. A escolha destes documentos se justifica nos assuntos abordados pelos capítulos desta pesquisa, assim como para apresentação de dados numéricos sobre a cidade e apresentações de mapas sobre a escravidão no sistema internacional. Além de trazer o registro arqueológico que comprovam a existência do conhecimento e a cultura dos primeiros povos do nordeste.

Partindo desses pressupostos, esta dissertação está dividida em três capítulos: O primeiro capítulo refere-se ao debate teórico, começando pela problematização da afasia racial, que é a obstrução de falar, escrever, ouvir sobre raça, na disciplina de Relações Internacionais. No segundo momento, é proposto como chave teórica central a categoria política-cultural da amefricanidade cunhada pela autora Lélia Gonzalez, inserindo antes deste debate teórico uma pequena bibliografia sobre esta autora, suas principais linhas de pesquisa. Em seguida, é denotada a relação da amefricanidade com os debates teóricos da africanização, anticolonialismo, pós-colonialismo e por último abordando sobre o surgimento da teoria decolonial. Por último, analisar a relação entre raça, escravidão e o capitalismo racial e como estes elementos se operacionalizam no sistema internacional em relação ao papel de Salvador.

O segundo capítulo contextualiza entrada do Nordeste brasileiro, com destaque no estado da Bahia, na cidade de Salvador, nas relações internacionais através da operacionalização do comércio internacional de humanos (negros africanos), do ouro, açúcar e do tabaco, mostrando o papel econômico de cada um destes no enriquecimento ocidental. Com altos fluxos de importações e exportações de escravizados e matérias-primas administradas em um formato triangular entre a Inglaterra com os produtos de exportação, a África com a mercadoria humana e a França forneciam os navios e manufaturados. E por último mostrar como estava sendo organizado o empreendimento colonial no Nordeste, inicialmente em Pernambuco (estado de Alagoas), depois com maior concentração na Bahia (Salvador e Recôncavo) funcionando as indústrias artesanais para a produção do açúcar, algodão, tabaco, melado, anil, exportados para a Inglaterra, Portugal, Alemanha, França, Reino Unido, Golfo do Benin, Angola, Europa.

O terceiro capítulo aborda o papel da cidade de Salvador–BA no sistema internacional moderno, inicialmente entendendo como surge a cidade e como foi operacionalizada a comercialização do açúcar nas indústrias artesanais, desde o plantio até sua produção nos mocambos dos Goytacazes.

Em seguida, analisaremos a relação econômica entre Estados Unidos, Inglaterra, Portugal com Salvador, movimentado em grande fluxo o comércio de humanos, maior contração em Lisboa, Londres e Nova York (região nordeste dos EUA), nas dimensões intra-caribenha e intra-americana. Consequentemente, isso desencadeou muitas revoltas em Salvador, entres estas destacamos a Revolta dos Malês com ligação a Revolução Haitiana para por fim ao comércio açucareiro e a escravidão. Finalizando trazendo o *terceiro nomos*¹⁴ da terra como uma revolução da atualidade, operacionalizada contra as estruturas do colonialismo, à modernidade e o controle ocidental em Salvador. Esse terceiro nomos da terra seria representado pela quista da inserção da população negra nas universidades levando suas lutas para desbranquecimento e enfraquecimento do racismo.

¹⁴ Para Walter Mignolo (2011) a teoria decolonial está nas necessidades do campo de análise da política Global a partir dos *nomos* (Estado), dentro das perspectivas lineares do futuro, dialogando o autor Carl Schmitt (2003) sobre a obra “*The Nomos of the Earth in the International Law of the Jus Publicum Europaeum*”. Utilizando a história do direito internacional, o autor aponta denúncias epistêmicas sobre a posição da Europa após a Segunda Guerra Mundial e prevê o futuro, afirmando que o mundo será regido por um único *nomos* (SCHMITT, 2003; MIGNOLO, 2011).

CAPÍTULO 1- PROBLEMATIZANDO A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A barra é pesada. Eu sou uma mulher nascida de família pobre, meu pai era operário, negro, minha mãe uma índia analfabeto. [...] o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infantis, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. Lélia Gonzalez In. “Primavera para as rosas negras” (2018), grifo nosso.

Neste capítulo será operacionalizado sobre a problematização da afasia racial da disciplina de Relações Internacionais (RI), em relação às questões sobre raça e escravidão no contexto do sistema internacional, para enfraquecer/curar a afasia racial aponta-se a categoria política-cultural da amefricanidade para problematizar este campo de análise das teorias tradicionais da disciplina que priorizam debates teóricos voltados aos interesses da Europa. Dessa forma, justificando a necessidade da disciplina em ser descolonizada, denotando aportes entre essa categoria e as teorias africanistas, anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais. Além disso, neste capítulo também trataremos da relação entre raça, escravidão e capitalismo racial para entendermos a raça e seus desdobramentos (racialismo e racismo) no sistema escravista para a estrutura capitalista racial promovida pelo ocidente no sistema internacional moderno.

1.1 A AFASIA RACIAL DA DISCIPLINA

O cenário internacional é manipulado e pautado pelos aspectos de dominação, hierarquia e multipolaridade, como destaca o autor Amado Cerro (2008) no artigo “*Conceitos em Relações Internacionais*”, apontando que as teorias das RI apresentam um quadro caótico do ângulo de sua formulação intelectual sendo necessário analisá-las com extrema cautela e não como verdades, principalmente por elas manterem o conservadorismo extremo (CERRO 2008). Como ressaltou Marie-Claude Smouts (1998), em “*Les nouvelles relations internationales: pratiques et théories*” descrevendo que o campo deve ter a função original de elaborar a compreensão do objeto de estudo, sendo este, as RI, e de iluminá-lo com o conhecimento organizado, assim, constituindo um *corpus* de conhecimento de grande utilidade (SMOUTS, 1998).

De fato, essa disciplina, tem sido surpreendentemente omissa sobre raça e os processos históricos da escravidão, enquanto, por outro lado, a persistência das desigualdades racial global contínua nas instituições que, apesar de serem percebidas como daltônicas, são codificadas por cores (ANIEVAS,

MANCHANDA & SHILLIAM, 2015). Para os autores, essa omissão, que significa a desconsideração da funcionalidade que a raça provoca entre os atores na política internacional, forma nas RI um racismo, fanatismo ou preconceito. Esse racismo se torna uma espécie de crença que operacionaliza nas práticas e políticas que acabam refletindo e sendo apoiadas pelos poderes institucionais que compõem o Estado. Como exemplo, temos as teorias evolutivas darwinistas sociais¹⁵, que utilizou a ciência para assumir a ideia da existência de uma superioridade entre raças, justificando que a raça branca foi escolhida para dominar, enquanto as outras raças nasceram para serem dominadas. Esse discurso não só foi utilizado para expandir o domínio europeu, como também para iniciar a colonização nas Américas, Austrália e África do Sul, por não serem brancos ocupavam posições subordinadas.

Dessa forma, a autores fazem a ligação da ideologia supremacista branca como base fundamental para a formação das políticas domésticas e internacionais dos estados ocidentais e racionalizou suas políticas de dominação resumida na escravidão, como foi a promoção das conquistas imperiais, colonizações e das práticas dos genocídios, onde nessas concepções, os brancos eram considerados favorecidos por Deus e biologicamente distintos dos não-brancos (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015). Ou seja, os autores ponderam que as justificativas para fundamentação do racismo pelos brancos progrediram principalmente pela racionalização reforçada, enraizadas na teologia, biologia e posteriormente na antropologia.

Em *“Why Race Matters in International Relations: Western dominance and white privilege permeate the field. It’s time to change that”* de Zvobgo & Loken (2020), apontam o racismo enquanto elemento central presente nos três grandes debates das RI, sendo eles: realismo, liberalismo e construtivismo. Por um lado, estas linhas teóricas são as dominantes para a compreensão da política global, por outro, elas são construídas sobre fundações raciais e racistas que limitam a capacidade da própria disciplina em responder questões de segurança e organização internacional (ZVOBGO & LOKEN, 2020). Além disso, as problemáticas que envolvem os conceitos centrais trabalhados pela disciplina, como: anarquia, hierarquia e suas implicações envolvendo desenvolvimento ao não desenvolvido, moderno e primitivo, civilizado e não civilizados, estão enraizados em discursos que se centram e favorecem a Europa e o Ocidente.

Por exemplo, o realismo e o liberalismo foram construídos sobre o eurocentrismo para justificar o imperialismo branco, sendo que isto não é amplamente reconhecido no campo das RI, já que os neorealistas, afirmam apenas a existência do “equilíbrio de poder” entre as “grandes potências” (ZVOBGO & LOKEN, 2020). Por outro lado, apesar do construtivismo ser o melhor posicionado

¹⁵ O darwinismo social foi uma aplicação das leis da teoria da seleção natural sob a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, em conjunto com outros antropólogos esta teoria ajudou a justificar a escravidão através da hierarquização racial. Para melhor detalhamento vê a obra “Darwinismo social, eugenia e racismo científico” (BOLSANELLO, 1996, p. 156).

para lidar com raça e o racismo, rejeitam a condição dada de anarquia e sustentam que ela e a segurança são construídas socialmente com base em ideias, histórias e experiências compartilhadas (ZVOBGO & LOKEN, 2020).

O que deixa evidente que estes três grandes debates estão voltados a entender mais sobre as problemáticas envolvendo o equilíbrio de poder. Neste ponto, até mesmo se considerarmos a teoria democrática da paz, perceberemos duas proposições-chave: primeiro, que as democracias têm menos probabilidade de entrar em guerra do que as não-democracias e segundo as democracias têm menos probabilidade de entrar em guerra entre si. Porém, os registros históricos mostram que as democracias realmente incluem suas conquistas coloniais, tal argumento fica evidente nas situações em regiões do Oriente Médio e no norte da África¹⁶, em que os Estados democratizantes experimentaram mais conflitos internos do que seus menos democráticos pares (ZVOBGO & LOKEN, 2020).

Os autores destacam também que, por isso, as questões raciais não são uma perspectiva das RI e sim uma característica organizadora central da política mundial. Um grande exemplo, foi a política racista anti-japonesa sustentada pelos EUA no mundo na Segunda Guerra Mundial em conjunto ao movimento anti-asiático, influenciando o desenvolvimento da Organização do Tratado do Norte (ZVOBGO & LOKEN, 2020). Como também, “o racismo e o anticomunismo nas estratégias de contenção, durante a Guerra Fria, que definiu a abordagem de Washington à África, Ásia, América Central, Caribe e América do Sul” (ZVOBGO & LOKEN, 2020, p. 11, tradução nossa).¹⁷

Estes pressupostos denotam que as RI no sistema internacional funcionam como se estivessem em um enredo de um filme, em que devem ter caído acidentalmente e batido com a cabeça e esquecido do passado racista, ambos sofrem da mesma doença chamada de afasia racial (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015). Sendo abordado em “*Through, against, and beyond the racial state: the transnational stratum of race (2015)*”, considerado, esse fenômeno de esquecimento da disciplina, uma patologia chamada de ‘afasia racial’, essa é diferente de amnésia (THOMPSON, 2015).

¹⁶ Neste sentido, é necessário destacar a crítica sobre paz como ferramenta de controle do governo, apontado pelo autor Ramon Blanco (2020) na obra ‘*Peace as Government Peace as Government: The Will to Normalize Timor-Leste*’, que mesmo com o fim da colonização ainda é notável a utilização de ferramentas pelo Estado, como: democracia, operações de pacificação, entre outros, operacionalizados em antigas colônias para manutenção do poder desse estado (BLANCO, 2020). Em consonância a estes termos os apontes de Mamadou Diallo em ‘*Coups furrés et diplomatie : le chaos françafricain qui nous pend au nez*’, de que estas ferramentas continuam a operacionalizar um poder horizontal de controle da Europa contra as ex-colônias, como a África no debate de emancipação da França, destacando o caso do mecanismo de controle que Macron decidiu unilateralmente se encontrou com os “representantes da juventude africana objetivando estender o confisco da soberania dos países africanos pela França. Já que a utilização de jovens para fins de estratégias de controle imperial tornou-se nos últimos anos uma prática comum nas relações internacionais e na diplomacia ocidental (DIALLO, 2021).

¹⁷ No original: During the Cold War, racism and anti-communism were inextricably linked in the containment strategy that defined Washington’s approach to Africa, Asia, Central America, the Caribbean, and South America.

A afasia racial indica um esquecimento calculado, obstrução do discurso, da linguagem e da fala, ou seja, um silêncio sistemático e evasão das problemáticas sobre os aspectos discutidos pelos estudiosos das RI no pós-Segunda Guerra, ocasião que se discutia a importância da raça e do racismo e suas reações nos contextos dos movimentos de libertação e desafios do terceiro mundo para ocidente (THOMPSON, 2015).

Para Ann Stoler (2011) em *“Colonial aphasia: race and disabled historie in France”*, a afasia da disciplina está relacionada com o período colonial, sendo que afasia racial surge da afasia colonial dos países colonizadores (STOLER, 2011). Essa faz parte do “desmembramento somado com uma dificuldade de falar e de gerar um vocabulário que associa palavras e conceitos apropriados, bem como uma dificuldade de compreender o que é falado” (STOLER, 2011, p. 82, tradução nossa).¹⁸ De fato, desta mesma forma, reconhecer a realidade da afasia racial liga nossos passados racistas ao presente, que também ainda é racista, estando este conectado por silêncios coletivos, tanto quanto pela persistência de opressão, dominação e desigualdade.

Os autores(a) destacam que:

Em campos dominados pela afasia racial, estudiosos críticos de RI e política comparada enfrentam desafios semelhantes. Órgãos internacionais e estados igualmente professam compromissos normativos e legais com a igualdade racial, enquanto a estratificação racial persiste tanto entre os mundos desenvolvidos quanto em desenvolvimento e na maioria, se não em todas, as sociedades racialmente heterogêneas. A supremacia branca como uma instituição global e o racismo como uma estrutura social difundida são obscurecidos pelo domínio positivista e o foco no empirismo em RI, como resultado, o racismo é reduzido a atos de crueldade (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015, p.45, tradução nossa).¹⁹

Ou seja, a afasia racial da disciplina de RI, desencadeia uma incapacidade coletiva, principalmente entre pesquisadores, de falar sobre raça, isso acaba afetando nosso senso crítico enquanto profissionais da área da política internacional. Também, pelo fato das instituições que formam o Estado se tornarem cada vez mais daltônicas, mesmo que professam compromissos normativos e legais com a igualdade racial. Por isso, continuam alimentando as desigualdades entre classes sociais entre os mundos desenvolvidos e os desenvolvimentos. Por outro lado, a supremacia branca é como uma instituição global e o racismo sendo a estrutura social difundido pelo domínio

¹⁸ No original: Aphasia, on the other hand, indicates a calculated forgetting, an obstruction of discourse, language and speech. a difficulty speaking, a difficulty generating a vocabulary that associates appropriate words and concepts with appropriate things’, as well as a difficulty – though not necessarily an inability – of comprehending what is spoken.

¹⁹ No original: In fields dominated by racial aphasia, critical race scholars of IR and comparative politics face similar challenges. International bodies and states alike profess normative and legal commitments to racial equality, while racial stratification persists both between the developed and developing worlds and within most, if not all, racially heterogeneous societies. White supremacy as a global institution and racism as a pervasive social structure are obscured by the positivist dominance and focus on empiricism in IR and need to establish causality in comparative politics; as a result, racism is instead reduced to abhorrent individualistic acts or attitudes.

positivista e o foco no empirismo em RI e a necessidade de estabelecer causalidade na política comparada.

O que também denota que o silêncio, acompanhado de surdez e cegueira para as dinâmicas raciais no sistema internacional moderno, sustentados pelas teorias hegemônicas da disciplina das relações internacionais, como destaca a autora Karine Silva (2021) em *“Esse silêncio todo me atordoia”: A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais*. Assim como outros autores contemporâneos problematizam, desestabilizam e sacodem as epistemologias da disciplina. Entre estes, uma parte denota a centralidade da raça e a continuação do colonialismo no sistema mundial como sendo o fator predominante nos estados modernos, o que dá a continuação de desigualdades e do próprio racismo.

É bem verdade que estes pontos levantados não são inéditos, já que foram problematizados anteriormente nas obras: *“Worlds of Color”* de Du Bois (1925), *“International Relations and the Problem of Difference”* de Inayatullah Naeem e Blaney (2003), *“The Darker Side of Western Modernity: global futures, decolonial options”* de Walter Mignolo (2011), e atualmente nas obras *“Problematizing the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics”* de Ramon Blanco e Ana Delgado (2019), *“Race and racism in the founding of the modern world order”* de Amitav Acharya (2022) e por último, *“Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism? Ignoring the central role of race and colonialism in world affairs precludes an accurate understanding of the modern state system”* dos autores Gurminder Bhambra, et al (2022).

Estes autores e autoras confrontam as epistemologias do tradicionalismo, abrindo encruzilhadas para a centralização em debates de questões raciais, de gênero e democracia para os povos originários, negros, afrodescendentes e latinos. Além de concordarem em repolitizar o debate e revisitar as consequências éticas das teorias predominantes no campo das RI. Repensando sob o novo viés do internacional e a política mundial estadocêntrica, já que o internacional, replica a opressão e marginalização das diferenças raciais, coloniais, de classe, de gênero e sexualidade (DU BOIS, 1925; NAEEM, 2004; MIGNOLO, 2011; BLANCO & DELGADO, 2019; ACHARYA, 2022; BHAMBRA, et al. 2022).

Assim, insistentemente, muitos descrevem que o sistema internacional deve centralizar a importância na raça, já que ela não é uma perspectiva sobre as relações internacionais, e sim, uma característica organizadora central da política mundial e o racismo guiado e sustentado pelos EUA no mundo (ZVOBGO & LOKEN, 2020). O que mostra que a operacionalização da violência racial está relacionada com as hierarquias, sendo ambos pontos cruciais para o desenvolvimento da ordem global que não terminou com a Segunda Guerra Mundial. Mas, se mantiveram através do racismo científico, com a tentativa da descolonização do Sul global e a expansão do sistema estatal nas

formas de racialização culturais ou civilizacionais que resultaram em mais violência racial (ZVOBGO & LOKEN, 2020; BARDER, 2021).

As questões de hierarquização racial, é constatado como fator predominante no sistema internacional, sendo denotado na conferência realizada nas cidades alemãs de Munster e Osnabruck com a assinatura do tratado de Paz de Westfália. Justamente por não convocar as outras civilizações, o que já denota o marcador a superioridade da Europa de dominar e controlar o sistema internacional. Sobre isso, o autor Henry Kissinger (2009) em *“World Order”*, salienta sobre as outras civilizações não europeias que foram consideradas inferiores, incivilizadas e bárbaras, perante a ideia de superioridade imposta pelos povos europeus. E foi assim que as demais sociedades, tornaram-se em gradações de barbarismo, dependendo em parte do seu domínio da escrita (KISSINGER, 2009). Para Yamato (2021) o “sinonímia do internacional com o Mundo (com ”M” maiúsculo) de Prozorov²⁰, significaria a ocupação imperial daquele “universalismo vazio”, o que, noutras palavras, implicaria a universalização, intrinsecamente colonial, dos *“life-worlds”*²¹ (PROZOROV, 2014; YAMATO, 2021, p. 168).

Ou seja, a composição analisada pela disciplina, que está compactada no internacional global, é ponderado pelo M maiúsculo que representa o domínio imperial europeu, o que não é um fator excludente por ser regido e formado pela estrutura colonial, não podendo ser separado dela. Dessa forma, o entendimento da *“Torres de Babel”* de Jacques Derrida (2006), aponta a universalização do império como fato que implicaria e continua implicando, em outras nações, por uma inominável violência colonial (DERRIDA, 2006). Sendo este último, mencionado por Boaventura de Souza Santos, como violência de epistemicídio²² (SANTOS, 2016), sendo denunciado por Chakrabarty, como uma violência intrínseca da política de tradução, que não consegue dar conta das singularidades e heterotemporalidades dos demais life-worlds (CHAKRABARTY, 2008, p. 78).

Consequentemente, estes aspectos marcam a diferença entre o “internacional” e o restante do mundo “mundo”, essa separação está evidenciada na teoria da *“linha de cor”* do autor explica que as questões do século XX e o problema da linha de cor, pois, as relações entre as raças de homens mais escuros com os mais claros, resultou na disputa por domínio na Ásia, África, América e nas ilhas dos mares (VASCONCELOS, 2023)²³. Por esta disputa está entre uma hierarquização racial,

²⁰ Para Prozorov (2014) o mundo escrito com “M” maiúsculo, denota a reafirmação da ocupação imperial e a universalização colonial nas vidas e em outras formas delas dos outros mundos.

²¹ Ambos os termos foram criados pelo autor se referindo a relação da teoria pós-colonial, criticando o sentido da teoria marxista sobre a relação entre o trabalhador e o capital. Para além disso, o autor destaca o controle dos Estados sobre as vidas deste mundo, ela funciona como um objeto correlato do poder soberano destes. (PROZOROV, 2014)

²² Segundo Boaventura de Souza Santos (2016) o epistemicídio representa um processo político-cultural em que o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados é morto ou destruído, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio tem sido frequentemente associado ao epistemicídio (SANTOS, 2016). Sobre este ponto, o autor aponta como exemplo a expansão europeia que causou a destruição do conhecimento indígena.

²³ Essa referência corresponde ao artigo autoral intitulado *‘A linha de cor é o fio de ouro: o papel da raça e da*

deu origem a Guerras Civis, domínio, etc. Por isso mesmo que lutemos pelo norte ou pelo sul, todos devemos nos lembrar das questões da escravidão dos negros (VASCONCELOS, 2023). De fato, há uma grande necessidade de pautar nestas questões dentro das RI, o que denotamos na seção seguinte, sobre a necessidade da amefricanização das RI e as contribuições das teorias africanistas, pós-coloniais, anti-coloniais e decoloniais.

1.2 AMEFRICANIDADE E OUTRAS TEORIAS PARA DESCOLONIZAR A DISCIPLINA

É importante ressaltar que mesmo com a relutância das RI e negar a participação massiva da raça e da escravidão entre o contexto teórico, estes são elementos se tornam os principais agentes da fundação da ordem mundial moderna. E principalmente a emergência do racismo como base científica, lucrativa, ofensiva, geopolítica e normativa para a organização da ordem mundial só veio com o aumento do domínio global europeu (ACHARYA, 2022). Estes principais pontos, são resultados da hierarquização racial mais a subordinação do negro em condição de escravo que são criticados e listados na seção anterior pelos autores, se tornaram também debates principais dentro da academia para entender como a América Latina se forma dentro do sistema ainda colonial e racista.

1.2.1 A composição da amefricanidade

Nesta subseção entenderemos como foi formada a categoria da amefricanidade, a partir das experiências de militâncias e convívio com organizações sociais no meio político, acadêmico e cultural. O que justifica a crítica contra epistemologias ocidentais, machismo, xenofobia, além da militância pelo movimento negro e vivências entre protestos e obras, destacando a relação entre África, América Latina e Caribe. E assim indo contra a continuação do racismo, desigualdades, apagamento histórico, violências, etc., contra o público de negros, mulheres, quilombolas, LGBTQI+. Conseqüentemente, a amefricanidade possui influência na sua normativa por elementos políticos de intervenção como: movimento negro e defensora do feminismo negro e o Teatro Experimental do Negro (TEN) sob a liderança de Abdias do Nascimento, em 1950 e a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras (GONZALEZ, 2020).

Também as experiências obtidas nos acontecimentos na luta pelas garantias de direitos civis, como: grupos de a segregação no Sul dos Estados Unidos, a proibição de lugares para passageiros negros nos ônibus, o regime militar no Brasil que o negro estava na linha de frente da violência, o

escravidão na formação do sistema internacional moderno apresentado em formato de trabalho de conclusão de curso, para obtenção do título de especialista em Relações Internacionais Contemporânea pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), orientado por Ramon Blanco.

assassinato de Malcom X no maior bairro negro de Nova York e a instauração do partido dos Panteras Negras em Oakland, na Califórnia. O surgimento, no Brasil, dos grupos da nova onda feminista liderado por Lélia, registrado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão da ditadura e por último a criação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e a escola de samba Quilombo sob a liderança do mestre Candeias e de Lélia.

Estas experiências aos poucos foram formando cadeias de perspectivas ideológicas tanto no campo acadêmico quanto nas vivências sociais da autora e formando o corpo da própria categoria da amefricanidade. Ou seja, essa categoria não só agride o racismo epistêmico, como também, o racismo político, cultural e social, como salientado por Lélia. Além disso, as ocupações nos espaços como a inserção no Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Departamento de Sociologia e Política da PUC -Rio e a diretoria do Planetário da Gávea, facilitaram a visibilidade das questões raciais enquanto elemento estruturante das relações de poder (GONZALEZ, 2020).

Consequentemente, a autora construiu uma crítica radical assídua aos intérpretes do Brasil através da categoria da amefricanidade, que reage contra ao arianismo retratado na obra de Oliveira Vianna, aos elogios da mestiçagem de Gilberto Freyre e as tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr., em sua famosa obra *“A formação do Brasil contemporâneo”* (GONZALEZ, 2020). O que torna a amefricanidade elemento crítico sobre as relações raciais brasileiras até as interpretações das especificidades do capitalismo no Brasil e na América Latina.

Conforme as ideias sobre nações e relações raciais elaboradas por Guerreiro Ramos e Thales de Azevedo, falando sobre a capital soteropolitana e sua população afrocentrada e indígena (GONZALEZ, 2020). A categoria da amefricanidade também possui moléculas do feminismo em sua versão do segundo pós-guerra, direcionada pela obra de Simone de Beauvoir, intitulada *“O segundo sexo”*, demonstrando como o marxismo da escola francesa influenciou as concepções sobre classe na estrutura social e a psicanálise como fator de reflexões ao aspecto cultural da dominação e da subversão, em particular por meio da linguagem (GONZALEZ, 2020).

Por isso, o significado da categoria representa a unificação da palavra “ame” de América Latina e a formação da palavra africanidade voltada à África. Esta última está justificada nos estudos sobre anticolonialismo das produções de Amílcar Cabral, com suas teorias da independência via luta armada frente ao colonialismo europeu (GONZALEZ, 2020). Também as abordagens de Cheikh Anta Diop, com os conhecimentos sobre as civilizações africanas e da antropóloga africana Filomina Chioma Steady sobre gênero na África Ocidental (GONZALEZ, 2020).

E na América Latina e Caribe o diálogo da autora foi com a cultura latina, focando nos movimentos sociais de mulheres camponesas, indígenas e negras. Através dos intelectuais caribenhos, aponta reflexões sobre o colonialismo e as formas de resistência através dos pensadores da negritude, Aimé Césaire e Frantz Fanon. Consequentemente, a amefricanidade sofre influências

de outras teorias, tanto do pensamento africano quanto do latino-americano, na subseção seguinte entenderemos as influências da africanidade e do anticolonialismo e em quais pontos podem descolonizar as RI.

1.2.2 A amefricanidade, africanidade e o anticolonialismo

A amefricanidade além de voltar nossos olhares para a formação histórica-cultural da América Latina, busca também enfraquecer a auto afirmação desse continente, do inconsciente exclusivamente Europeu (GONZALEZ, 1988). Por isso, a autora destaca que este deve ser rompido para que a parte do Continente Africano na América Latina deva emergir sem opressão. Por isso, a própria nomenclatura deveria ser modificada para ‘América Africana’, cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí, sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (GONZALEZ, 1988).

Partindo desse ponto, a autora menciona o colonialismo enquanto produto da Europa que se configura na segunda metade do século XIX, período este em que o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade euro cristã (branca e patriarcal) (GONZALEZ, 1988). Segundo Aimé Césaire (1978), na obra *“Discurso sobre o Colonialismo”*, ambos pontuam a relação entre colonização e civilização, afirmando que tais ideias foram imaginários inexistentes criados para o desenvolvimento do processo colonial (CÉSAIRE, 1978).

Essa colonização sustentada pelo pedantismo cristão desencadeou o que ele chamou de equações desonestas, sendo cristianismo=civilização e paganismo=selvageria, as quais só poderiam resultar nas abomináveis consequências dos colonialistas e racistas (CÉSAIRE, 1978, p.14). Por isso, a colonização “não foi nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito” (CÉSAIRE, 1978, p.14). Mas, foi a vontade do aventureiro, do pirata, comerciante, armador, do pesquisador, mercador, tendo por trás a sombra maléfica de forma civilização para alargar a escala mundial das suas economias antagônicas (CÉSAIRE, 1978). Sendo o fascismo europeu é desenhado pelo autor como ferramenta principal contra os países colonizando, pois, os transformam em modelos fracassados dentro do mecanismo racista manipulado pelo capitalismo.

Em relação a estes pontos, a autora complementa que a ideia de civilização como representa a naturalização da violência etnocídio e destruidora do europeu sobre esses povos. Que se articulou em uma estrutura em que o colonialismo se soma a violência, dando origem ao início do capitalismo. Por exemplo, a forma de resistência dos colonizados, era combatida com violência, esta assumirá novos contornos, mais sofisticados. Chegando, às vezes, a não parecer violência, mas

“verdadeira superioridade”, como denotado nos textos de um Franz Fanon, demonstram os efeitos de alienação que a eficácia da dominação colonial exerceria sobre os colonizados.

Na obra *“La bárbara Europa: Una mirada desde el postcolonialismo y la descolonialidad”* de Montserrat Huguet (2016), aponta sobre a relação entre o colonialismo e o capitalismo através da manutenção da violência imposta pelo imperialismo. Este, foi sustentado pela colonização, esta defendida por Marx, como ressaltado pelo autor que:

[...] o tema do colonialismo/imperialismo teve seu ponto de partida nas análises de como o sistema capitalista resolveu a grande depressão de 1873, depressão que atingiu a maioria dos Países europeus. Os social-democratas da época tendiam a analisá-lo como o "momento final do sistema capitalista", como um "prelúdio de seu colapso" a partir de uma simples análise segundo a qual o excesso de produção (superprodução) leva ao aumento dos estoques, que inviabiliza a realização do valor neles materializado. Como consequência, as empresas entram em colapso e o desemprego aumenta. A situação de pobreza prevaiente impossibilita a continuidade do consumo (subconsumo), de tal forma que a crise aumenta e o sistema se torna inviável. Assim, eles previram o colapso iminente do capitalismo (HUGUET, 2016, p. 149, tradução nossa).²⁴

Dessa forma, o autor mostra que Marx defendeu a possibilidade da recuperação do capitalismo mediante novas fórmulas, sendo uma delas o aumento da expansão colonial, o que foi sancionado na conferência de Berlim de 1885 que iniciou a nova fase do imperialismo. A relação entre o colonialismo e o capitalismo se dá a partir do par superprodução/subconsumo, pois, o formato do colonialismo era defendido enquanto progresso capitalista, e por isso, as resistências dos colonizados eram desconsideradas. Partindo destes pressupostos, o que torna a amefricanidade em consonância com as teorias da africanidade e anticoloniais é justamente que ambas analisam o capitalismo como elemento de manutenção do próprio colonialismo. Este considerado enquanto um sistema que pendura desigualdades, racismo, exploração e subalternização contra negros e negras na América Latina, América do Norte e nos países africanos.

Dessa forma, ponderamos quatro pontos que fazem a conexão entre a amefricanidade, africanidade e o anticolonialismo, o que a torna ferramenta para descolonização das RI. Ponto (I) segue a linha da africanidade que colocar a África enquanto agente político que promove a descolonização desses espaços; ponto (II) direciona a ideia de modernidade para a conquista da América, com o controle do Atlântico pela Europa no séc; ponto (III) denota a ênfase na construção

²⁴ No original: La temática del colonialismo/imperialismo tiene su punto de partida en los análisis sobre cómo el sistema capitalista resuelve la gran depresión de 1873, depresión que alcanza a gran parte de los países europeos. Los socialdemócratas de la época habían tendido a analizarla como el «momento final del sistema capitalista», como «preludio de su derrumbe» a partir de un análisis simple según el cual, el exceso de producción (sobreproducción) conlleva un aumento de stocks que hace inviable la realización del valor materializado en ellas. Como consecuencia, las empresas se hunden y aumenta el paro. La situación de pobreza reinante hace imposible continuar el consumo (subconsumo), de tal modo que la crisis aumenta y el sistema se hace imposible. Auguraban así el inminente desplome del capitalismo.

do poder colocado através da violência do colonialismo e das dinâmicas construtivistas do sistema-mundo moderno capitalista de exploração e acumulação. E o ponto (IV) relacionado a designação do eurocentrismo/ocidentalismo como modelo da forma de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade.

O ponto (I) é defendido principalmente nas obras de Aimé Césaire, Frantz Fanon, Du Bois e Mahatma Gandhi, sendo precursores às perspectivas da África Decolonial Research Network e a Summer School on Decolonizing Power, Knowledge and Identity. Defendiam a africanização como uma teoria para descolonizar as universidades, do sentido epistêmico. E como estes aspectos podem representar a África, sendo que estas discussões seriam dentro das interpretações exclusivamente africanas, analisando criticamente o poder, privilégio e autoridade no âmbito da universidade (NDLOVU-GATSHENI, 2018; NDLOVU, 2018; KEET, 2021).

Elas acreditavam que pelo colonialismo ter sido uma forma de governo dos colonos brancos controlando o mundo, não ocidental, com permanentes relações de poder, este impacta primeiro no sujeito colonizado. Os colocando em uma espécie de múltiplos colonialismos, estes são disruptivos, “descivilizadores”, desumanizadoras, exploradores, racistas, violentos, brutal, cobiçoso e “coisificante” no mundo (NDLOVU-GATSHENI, 2018; NDLOVU, 2018; KEET, 2021). Dessa forma, a ideia das universidades africanas é para os africanos, que o ocidente se tornou o principal inimigo da África devido à colonização no continente, já que nestas universidades os intelectuais africanos deveriam sacudir as estruturas da universidade utilizando as ideologias africanas e não ocidentais.

Já o ponto (II) e o (III) dialogam e são justificados pela afirmação da existência do colonialismo presente na modernidade, que a autora Anjana Raghavan (2017) no livro *“Towards coporeal cosmopolitanism performing decolonial solidarities”*, explica que este prevalece através do “silenciamento de corpos femininos, corpos não brancos, corpos pobres, corpos deficientes, corpos dalit, corpos queer, corpos” loucos” e muitos “outros” corpos, que, por razões muito particulares, jamais poderiam ser humanos” (RAGHAVAN, 2017, p.16. Tradução nossa).²⁵ Ou seja, esse silenciamento é o resultado da descoberta das Américas enquanto o Outro que deve ser explorado e aceitar se encaixar nesse sistema pelo silêncio, Audre Lorde (1984) em *“Irmã Outsider”*, também pondera que os silêncios que cercam as mulheres de cor, queerness, corpos desejosos, corpos e espíritos traumatizados podem ser quebrados através dos feminismos decoloniais e queer, através das próprias histórias (LORDE, 1984).

E no último ponto (IV) se une às concepções do anticolonialismo, pois, este consegue dialogar com distintas realidades de colonizações do globo, pois, busca entender como o colonialismo age

²⁵ No original: Silencing of female bodies, non-white bodies, poor bodies, disabled bodies, Dalit bodies, queer bodies, “insane” bodies and many “other” bodies, who, for very particular reasons, could never be cosmopolitan humans in quite the same way.

nas mentes, corpos e materiais, e dessa forma repudia os conhecimentos do eurocentrismo como sendo único e verdadeiro, ou enquanto modelo universal. Impondo modos de conhecer, agir com a natureza e com os outros, ou seja, a terra se torna a propriedade, em que as relações humanas se restringem à relação do proprietário com sua propriedade (TUCK & YANG, 2012). Por outro lado, a teoria trabalha com o conhecimento dos oprimidos e com a compreensão holística da opressão e da resistência, esse quesito dialoga com o pensamento colonial, isso apontaremos na subseção seguinte, ponderando a relação entre amefricanidade e o pensamento decolonial.

1.2.3 Amefricanidade e o pensamento decolonial

Não poderíamos falar do pensamento decolonial sem antes fazer uma breve contextualização sobre os estudos do pós-colonialismo, sendo estes um reflexo do antigo pensamento pós-colonial. Este se assenta na problematização do internacional com base em experiências e vivências advindos de ex-colônias britânicas, que diferente do colonialismo e do neocolonialismo, é uma corrente de pensamento que tem por espinha dorsal a colonização, problematizando a realidade e as consequências deles em diferentes esferas sociais (PEREIRA & BLANCO, 2021).

Os autores explicam que o surgimento dos estudos sobre o pós-colonialismo “teve origem no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 nos departamentos de literatura como uma forma de crítica literária para problematizar de modo mais aprofundado a literatura da *Commonwealth*²⁶ (PEREIRA & BLANCO, 2021, p. 164). Com o passar dos tempos, seu foco de análise foi direcionado para incluir outros aspectos das relações Norte-Sul, impactando os campos dos estudos culturais, de desenvolvimento, antropologia, geografia, história e política (PEREIRA & BLANCO, 2021).

Esta corrente está em consonância com a categoria da amefricanidade, pois, ambas, analisam as consequências nos âmbitos sociais, culturais, políticas e econômicas da colonização europeia para o mundo, examinando, como as sociedades, governos e povos nas regiões anteriormente colonizadas do mundo operacionalizam nas relações internacionais. Para além disso, os autores também sinalizam que a utilização do prefixo pós - antes do substantivo colonialismo, não significa dizer que o colonialismo é algo do passado, ou que é o fim do colonialismo, mas que, demarca o início e a continuação do mesmo (PEREIRA & BLANCO, 2021). Este termo foi adaptado no âmbito acadêmico por ser mais palatável e apresentar menos confrontação que outros termos, na leitura destes críticos, mais combativos, como imperialismo ou neocolonialismo (PEREIRA & BLANCO, 2021)

²⁶ É o termo utilizado para se referir a Comunidade das Nações, essa, atualmente é composta por 54 Estados, que no passado representava o antigo Império Britânico sendo finalizado em 1960 (BOURNE, 2010).

Não é raro mencionar que nesta perspectiva surgiu o grupo “Estudos Subalternos”, através dos precursores Chakrabarty, Guha e Spivak, objetivando buscar construir uma releitura da historiografia mundial, baseando-se nas histórias dos oprimidos para restaurar as histórias suprimidas pelo colonialismo (PEREIRA & BLANCO, 2021). Além disso, a corrente do pós-colonialismo influenciou os trabalhos de “Edward W. Said (1978) (influenciado por Michel Foucault e Antonio Gramsci), Homi K. Bhabha (1994) (influenciado por Louis Althusser e Jacques Lacan) e Gayatri C. Spivak (1993) (influenciada por Jacques Derrida)” (PEREIRA & BLANCO, 2021, p. 166). A amefricanidade é representada e converge com a corrente do pós-colonialismo, pois ambas estão acima da categoria de serem apenas teorias de dentro dos muros da universidade, sendo um projeto político com forma prática.

Além disso, a amefricanidade analisa e desconstrói alegorias dentro dos paradigmas das três estratégias centrais que formam o tecido do campo de investigação dos estudos pós-coloniais, conforme listadas no livro *“Postcolonialism, Decoloniality and Development”* de Chery McEwan (2019). Entre eles estão: a desestabilização dos discursos da Europa imperial (como a história da filosofia, linguística e do desenvolvimento) (McEWAN, 2019). Segundo, desafia as experiências de falar e escrever contra os discursos dominantes, por exemplo, terceiro mundo, países de atraso econômico, disputa binária, etc. Terceiro tenta recuperar as vozes históricas e contemporâneas perdidas dos marginalizados, oprimidos e os dominados em uma construção radical da história de produção do conhecimento (McEWAN, 2019).

O que evidencia que ambas problematizam as formas de representações e construção do Outro, modelo empregado pelo sistema de dominação colonial e dessa forma rejeita a dominação Ocidental nas estruturas do conhecimento ou dentro da academia (BLANCO & DELGADO, 2019). O que se torna o ponto central de crítica das abordagens dentro de ambas as categorias que é o eurocentrismo, através do olhar do subalternizado com as visões, linguagens e resistências através da cultura. De fato, podemos notar que estas teorias e campos de análises problematizam e procuram entender os contextos envolvendo colonialismo, colonização, etc. Ambos aspectos surgem pela descoberta das Américas, o sentido de modernidade e a estrutura do capitalismo, ambos estão relacionados em uma cadeia viva dentro do sistema social, político e cultural regido tanto pelos Estados quanto pelas relações internacionais.

Como uma forma de neutralizar estes surge as concepções da teoria decolonial, ou seja, ela surge enquanto elemento voltado exclusivamente para os debates sobre a consequência da colonização na América Latina, justificada, pelos seus principais precursores na insuficiência do pós-colonialismo para tratar dos elementos coloniais entranhados na disciplina de Relações Internacionais. Estas pesquisadoras e pesquisadores formaram um grupo denominado Modernidade/Colonialidade no fim dos anos 1990, composto por diferentes intelectuais latino-americanos situados em diversas

universidades das Américas (BALLESTRIN, 2013). Esses com o intuito de evidenciar a indissociabilidade entre a modernidade e a colonialidade, o que vai contrário aos argumentos no entendimento comum, de que a modernidade é normalmente considerada um produto da Renascença europeia ou do Iluminismo europeu (MALDONADO-TORRES, 2008).

O próprio sentido da palavra decolonial, se inscreve na própria ideia do grupo destes pesquisadores, pois, decolonial na expressão original significa ‘resistência e recusa’, ou seja, a resistência e recusa contra a continuação do domínio ocidental. Sendo cunhado pela autora Catherine Walsh e Walter Mignolo (2018), na obra *“On Coloniality: Concepts, analytics, práxis”*, em que destacam a decolonialidade como forma de lutar, continuamente, contra as várias formas de colonialidades impostas aos considerados integrantes do grupo de subalternos (MIGNOLO & WALSH, 2018). Assim, eles destacam “é uma forma de luta e sobrevivência, na resposta e prática epistêmicas e baseadas na existência – mais especialmente por colonizados e sujeitos racializados – Contra a matriz colonial de poder em todas as suas dimensões, e pelas possibilidades de outro sábio (MIGNOLO & WALSH, 2018, p.17, tradução nossa).²⁷

Dentro destes pontos, iremos elencar três elementos para podermos compreender as abordagens do pensamento decolonial. O primeiro elemento é explicado no artigo *“La descolonización y el giro des-colonial”*, de Maldonado-Torres (2008), que traz a origem e diferenciação da decolonialidade enquanto pensamento e teoria. O segundo é discutido no livro *“The darker side of western modernity: global future, decolonial options”* do Walter Mignolo (2011), no qual o autor explica a teoria como ponto de análise dos contextos monos da terra e do pensamento linear Global a partir dos nomos dentro das perspectivas lineares do futuro. E o terceiro está no livro *“Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”* de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2018), denotam multiplicidade do campo de análise da disciplina a partir do projeto político-acadêmico que está inscrito nos mais de 500 anos de luta das populações afrodiaspórica.

Em relação ao primeiro elemento é explicado que o surgimento da teoria decolonial é uma resposta das reviravoltas linguísticas e pragmáticas do pós-modernismo e dos neokantianos, que sugerem o universo dentro de significados voltados aos atos de fala como chave fundamental para entendermos as maneiras pelas quais o mundo humano opera (MALDONADO-TORRES, 2008). Sendo que devemos analisar as percepções de que as formas modernas de poder produziram e ocultaram a criação de tecnologias de morte que afetam de formas diferentes as comunidades e sujeitos. Ou seja, “isso também se refere ao reconhecimento de que as formas de poder colonial são múltiplas, e que tanto o conhecimento quanto a experiência vivida dos sujeitos mais marcados pelo

²⁷ No original: It is a form of struggle and survival, an epistemic and existence-based response and practice—most especially by colonized and racialized subjects— against the colonial matrix of power in all of its dimensions, and for the possibilities of an otherwise.

projeto de morte e desumanização modernos”(MALDONADO-TORRES, 2008, p.66, tradução nossa).²⁸

Também, podemos entender que a teoria decolonial pode ser considerada um pensamento, já que é justificada nas consequências psíquicas e traumáticas causadas pela colonização ao colonizado, sendo que estes traumas estão dentro da estrutura do mundo moderno regido pela lógica de igualdade e direitos (MALDONADO-TORRES, 2008). E dentro deste quesito, o pensamento decolonial considera a disparidade entre os sujeitos que enfrentam ou presenciam a expansão desse mundo de senhores e escravos. Sendo que “nessa relação o grito de medo perante o horror da colonialidade se traduz numa postura crítica face ao mundo da morte colonial e numa procura de afirmação” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.67, tradução nossa).²⁹

O pensamento decolonial também parte da elaboração posterior àquilo mencionado por Mignolo (2003) como "pensamento fronteiriço", explicado pelo autor como “o pensamento desde a perspectiva da subalternidade colonial, que não pode ignorar a modernidade, que não se subjugar a ela, ele afirma o espaço de onde o pensamento foi negado pela modernidade, de esquerda ou de direita” (MIGNOLO, 2003, p. 52).

Por outro lado, a teoria decolonial assumem relevância para interpretação do campo mundial sobre a globalização, contexto da atualidade, de assuntos sobre o “empobrecimento contínuo das populações racializadas, invasão de seus territórios por um novo imperialismo, expansão da lógica do capital pelo mundo e da criação de muros de contenção entre áreas privilegiadas e o outrora chamado Terceiro Mundo” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.69, tradução nossa).³⁰

O autor vê a colonialidade como uma espécie de entrelaçamento entre política e economia em que a soberania de uma nação repousa sobre o poder de outra nação, se tornando o império. Em termos políticos, a colonialidade é vista como relação de dominação montando um conjunto de subalternos, estruturados entre uma política representada pela metrópole e os territórios que eram as colônias, como também ponderado por Abernethy (2000) no artigo “*The Dynamics of Global Dominance*”.

Em relação à eficácia da teoria está nas necessidades do campo de análise da política Global a partir dos nomos dentro das perspectivas lineares do futuro. A história do primeiro e segundo nomos foi retratada na segunda edição do autor Carl Schmitt (2003) “*The Nomos of the Earth in the*

²⁸ No original: Este también se refiere al reconocimiento de que las formas de poder coloniales son múltiples, y que tanto los conocimientos como la experiencia vivida de los sujetos que más han estado marcados por el proyecto de muerte y deshumanización modernos.

²⁹ No original: La actitud des-colonial nace cuando el grito de espanto ante el horror de la colonialidad se traduce en una postura crítica ante el mundo de la muerte colonial y en una búsqueda por la afirmación.

³⁰ No original: Empobrecimiento continuo de poblaciones racializadas, de la invasión de sus territorios por parte de un nuevo imperialismo que busca hacer de los mismos piezas claves en el triunfo de la expansión de la lógica del capital en todo el mundo, y de la creación de murallas de contención entre las zonas privilegiadas y el antes llamado Tercer Mundo

International Law of the Jus Publicum Europaeum”. Através da história do direito internacional, o autor faz denúncias epistêmicas sobre a posição da Europa após a Segunda Guerra Mundial e prevê o futuro, afirmando que o mundo será regido por um único nomo (Estado) (SCHMITT, 2003). O autor diagnosticou os principais problemas sociais da época através da política, deixando evidente que para ter visões do futuro precisa-se olhar para o passado, que seria o contexto da história dos nomos e do pensamento linear global.

A história é dividida em duas áreas diferentes: antes de 1500 e depois de 1500, em que antes de 1500 havia-se um tipo de visão abrangente da história planetária de sermos da terra, ou seja, antes das grandes descobertas, do século XVI, os homens (a), não tinham uma noção global, tinham apenas imagens míticas do céu e da terra, da terra e do mar e os homens ainda não haviam se aventurado nos grandes oceanos (SCHMITT, 2003).

Mignolo explica que a partilha pontifícia da terra e no direito internacional eram baseados na consequência necessária para denotar quem tem o direito de fato e quais são esses direitos que os europeus podem ter sobre os não-europeus (MIGNOLO, 2011). Uma segunda consequência após a partição e a origem do direito internacional foi a representação do planeta no mapa-múndi não é que o observador observe o planeta de cima, mas que o observador esteja “acima” da terra e possa mapear o mundo tendo o Atlântico, no centro. Nesse sentido, o oceano atlântico, no século XVI, marca em tempo e espaço a tradição pela qual a Europa Ocidental se construiu e se tornou os nomos do planeta.

Sobre este ponto o autor destaca que:

Aceitar que “somos onde pensamos” e que o lugar que somos decorre do lugar que ocupamos no novo nomos da terra (isto é, do mundo moderno/colonial), surgem várias trajetórias epistêmicas que escapam ao controle do pensamento linear global. Eu entendo essas trajetórias, vagamente, como decoloniais. A classificação racional significava a classificação racial. E a classificação racional não deriva da “razão natural”, mas de “conceitos humanos” da razão natural (MIGNOLO, 2011, p. 83, tradução nossa).³¹

O autor aponta este raciocínio para fazer a ligação entre os nomos imperialista da Europa, que utilizou o oceano atlântico para se firmar enquanto o novo e único nomo planetário, utilizando a colonização enquanto política de classificação racial. E através destes modelos podemos interpretar as principais questões que envolvem este aspecto através da teoria decolonial problematizando as categorias entre saberes. Outro ponto é o pensamento linear global, como consequência geopolítica causada pelos nomos europeus, pois do início ao final com o Tratado de Tordesilhas e Saragoça, o

³¹ No original: Accepting that “we are where we think” and that the place we are follows from the place we occupy in the new nomos of the earth (that is of the modern/colonial world), then several epistemic trajectories emerge that escape the control of global linear thinking. I understand these trajectories, loosely, as decolonial. Rational classification meant racial classification. And rational classifications do not derive from “natural reason,” but from “human concepts” of natural reason.

que torna necessário considerar a teoria decolonial reside na capacidade de sistematizar o que está elucidado no contexto histórico da colonialidade do poder, do ser e do saber. Para transformação da realidade, sendo que o locus não está apenas no contexto racial e sim também no contexto político. Este ponto que liga a amefricanidade com a teoria decolonial, ambas atuam enquanto projeto político-acadêmico e cultural com bases epistemológicas em mais de 500 anos de luta das populações africanas e afro diaspórica (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2018).

Tendo as lutas política das mulheres negras, quilombos, movimentos negros, dos jovens da periferia e da estética e arte negra, através dos intelectuais: “Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Frantz Fanon, Césaire, Du Bois, C. L. R. James, Oliver Cox, Angela Y. Davis, bell hooks e Patricia Hill Collins,” (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2018, p. 11). Ou seja, neste processo de problematizar as questões da América Latina contra a colonialidade, é definido como um padrão de poder (QUIJANO, 2007). Essa colonialidade é multidimensional, sendo representada pela “matriz colonial de poder”, que formula uma complexa estrutura de níveis entrelaçados de controle da economia, autoridade, meio ambiente e dos recursos naturais, gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento (QUIJANO, 2007).

Dessa forma, Ballestrin (2013), aponta o “giro decolonial (originalmente cunhado por Maldonado-Torres), como ferramenta do movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 10, grifo nosso). Por isso, o giro decolonial causa o medo para os sujeitos cidadãos modernos, justificado na imaginação da possibilidade de vingança dos agentes não subalternos, até as simples reivindicações básicas de justiça, são consideradas de discriminação reversa, em que os autores falam que:

[...] a ansiedade trazida por esses conceitos de colonização e descolonização está, portanto, ligada à fobia em relação às pessoas escravizadas e colonizadas e ao terror que os sujeitos-cidadãos sentem quando eles concebem o colonizado como um agente. Respostas a essa situação são viscerais e objetivam relativizar a questão sobre o colonialismo e a descolonização, bem como mitigar a posição do colonizado como um questionador. (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2018, p. 39).

Ou seja, o movimento do giro decolonial transforma o então colonizado em agente que reivindica no âmbito político, social e epistêmico contra a permanência do colonialismo e os seus atributos na modernidade. Assim, causando na figura do humano moderno e que não acredita na ideia sobre o colonialismo, o pavor, a ansiedade, e principalmente o sentimento de rejeição não só do contexto histórico, como também do atual. Por meio destes indivíduos é normal ouvirmos justificativas

como: “aconteceu no passado e precisamos nos mover para frente”, “mas meus antepassados também foram colonizados”, “meus pais eram pobres”, “eu também sou minoria”, “na verdade, nós todos somos racistas”, “minha esposa (meu marido ou meu melhor amigo) é como você”, etc., etc.” (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2018, p. 39).

Estas justificativas são utilizadas para enfraquecer as concepções e narrativas do giro decolonial é considerando a explicação de Césaire, sobre civilização e decadência, podemos afirmar que estas respostas representam formas de decadência genocida e homicida (CÉSAIRE, 2000). Fanon (2008), chamou de “jogo” de gato e rato”, cujo objetivo é atrasar para sempre o momento em que as questões sobre colonialismo e descolonização são tomadas como verdadeiramente fundamentais” (FANON, 2008, p. 99; BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2018).

Dessa forma, a ideia de raça se torna o elemento fundamental para a operacionalização dessa continuação da colonialidade, principalmente no cenário internacional, se cristalizando na política internacional através do próprio modo “pelo qual a relação entre o Eu europeu e o Outro ameríndio é enquadrada” e problematizada (BLANCO & DELGADO, 2019, p. 600). Dentro desse contexto, temos como exemplo “o pensamento de Francisco de Vitória e as reflexões de Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, protagonistas do que ficou conhecido como o *"Debate de Valladolid"*” (BLANCO & DELGADO, 2019).

Partindo destes pressupostos, a teoria decolonial e a amefricanidade, dialogam por problematizar a colonialidade oriundo da colonização que permanece operando em vários contextos da esfera social. Segundo, como consequência do primeiro colocar a raça como elemento que move essa colonialidade, ambos centralizados para a América Latina, sendo assim, também um pensamento afro diásporico, por ser originária do contexto de lutas e resistências do povo negro contra a colonização europeia.

Partindo destes pontos, podemos refletir que nas encruzilhadas das dinâmicas acadêmicas com a utilização das teorias, muitas das vezes esquecemos que estamos tentando entender sobre as diversas situações que as vidas das pessoas estão envolvidas. Portas para questionamentos pessoas sobre a existência do real sentido escrito em cada linha, em cada frase e a cada afirmativa do que estamos escrevendo, lendo e problematizando. Mesmo que as teorias africanistas, pós-coloniais, decoloniais, anticolonialista e pan-africanas se vistam de ancestralidade, lutas, gritos, resistências e de consciência anti-racistas, elas jamais irão rescrever o passado e excluir a escravidão dele ou trazendo de volta a vida dos que morrem por ela.

Talvez nenhuma teoria nos ensine tanto sobre a inferioridade que somos colocados pela cor da pele, quanto as músicas de Bob Marley, chamada de ‘Redemption Song’ e a ‘vida é um desafio’ dos Racionais MC’s. Porém, infelizmente devemos voltar sempre ao passado, para entendermos o

presente, como descreve a estrofe da música “*Velhos piratas, sim, eles me roubaram, Me venderam para navios mercantes*”, (Bob Marley). Nesta frase o cantor faz uma crítica aos colonos os associando como piratas que fizeram dos negros moeda de troca e produto comercializado. Nesse sentido, podemos entender que esse comércio de pirata dependia dos negros no sistema da escravidão que produzia o capital. Dessa forma entenderemos a ligação entre a raça, escravidão e capitalismo racial, e como e operacionalizado na conjuntura do sistema internacional moderno.

1.3 A RELAÇÃO ENTRE RAÇA, ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO RACIAL

Iniciamos essa seção trazendo como exemplo, talvez um dos melhores, que mostra a relação entre raça, escravidão e o capitalismo racial que foram as exposições de humanos (principalmente negros e indígenas). Estas exposições tinham o público de espectadores europeus movidos pelo prazer de verem pessoas, que sofriam com deficiências congênitas e quaisquer outras anomalias no corpo (KOUTSOUKOS, 2020). Estas pessoas eram exibidas como seres não humanos, colocados em jaulas emplacadas com nomes pejorativos que os referenciam enquanto animais. Estes ‘espetáculos’ eram considerados como ‘*O maior espetáculo da Terra!*’, conhecidos como zoológicos humanos (KOUTSOUKOS, 2020).

Esse contexto é descrito na obra da autora Sandra Koutsoukos (2020), intitulada de “*Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*”, a obra desnuda sobre a operacionalização do racismo científico no período da colonização na era do imperialismo, mas também mostra a utilização da raça como fator econômico (KOUTSOUKOS, 2020). Neste período, em que os países colonizadores após invadir territórios para exploração e capturas de povos primitivos (pessoas oriundas de povos africanos, asiáticos e indígenas), exibiam-nos como conquistas, justificando tal ato como uma missão de levar civilização aos que não tinham, assim ocorria a exibição desses povos, o que se convencionou a chamar de zoológicos humanos (KOUTSOUKOS, 2020).

Essas pessoas eram emplacadas como aberrações, eram acorrentadas, pescoço, braços e pernas, eram colocadas para engatinhar sendo controladas através das correntes por colonos, não eram alimentadas e com frequência eram tratadas como animais, também eram exibidos pessoas que possuem deformações físicas como: anões, gigantes, pessoas com hipertricose, vitiligo, albinismo, gêmeos xifópagos, dentre outras coisas (KOUTSOUKOS, 2020; ESTHER, 2021). Estas práticas de exposições foram comuns há muito tempo, tinham um formato de *show business*, em 1840, em Nova York, acompanhavam os grandes circos movendo muito capital na cidade (KOUTSOUKOS, 2020; ESTHER, 2021).

O que fez desenvolver não só o imperialismo e a dominação dos colonizadores, como também o fluxo de capital em toda a Europa, essa relação se dava pela ideia de raça superior que capturava

as tidas como inferiores para as exposições, isso demonstrava o poder de dominação. Enquanto o capital era usado para gerar empregos, prestação dos serviços e enriquecimentos dos empresários donos destes círculos móveis. Por isso é mencionado pela autora que estas exposições eram precedidas de um discurso e propaganda afirmando que as pessoas exibidas eram raças recém-descobertas pelos cientistas que configuraria o “elo perdido” entre os negros africanos e os símios (KOUTSOUKOS, 2020; ESTHER, 2021). Tudo isso intensificou, sobretudo, a invenção da fotografia com a crescente viabilidade financeira, além da impressão em papel (na década de 1850), e das publicações de cartões de visita, cartazes e souvenirs para os visitantes (KOUTSOUKOS, 2020; ESTHER, 2021). Ou seja, a raça foi elemento primordial para a movimento do capital através das práticas de escravidão que influenciou não só no desenvolvimento econômico, político e social, mas também para a estrutura científica de universidades.

Partindo destes pressupostos, começaremos entendendo como a raça deixou de ser do campo da botânica e da zoologia para fundamentar uma ideologia imaginária e mitológica de uma superioridade, entre humanos, baseada na tonalidade da pigmentação na epiderme. Começando pela análise histórica-conceitual de Kabengele Munanga (2004) apontando o conceito de raça além de significar o fenótipo biológico somada a diferenciação de determinados tipos de descendências e linhagens. Sendo nos séculos XVI-XVII, a raça passa como fator de marcador de classe nas relações sociais. Ele aponta que esse processo começa na França, pelos povos Francos, considerados nobreza e de origem germânica, se consideravam uma raça distinta e dotados de sangue “puro” e eram da nobreza no país (MUNANGA, 2004). Essa autoafirmação era justificada pela riqueza que dominavam e também pelas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar outras raças que podiam ser escravizadas (MUNANGA, 2004). Ou seja, “o conceito de raças ‘puras’ foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), com demarcações de diferenças das classes” (MUNANGA, 2004, p. 17, grifo nosso).

A raça passa a ser também o elemento do controle nas áreas do conhecimento e da religião, o que nos levar a entender que essa ligação entre conhecimento científico e religião foram essenciais para a expansão da colonização na era das descobertas do século XV, que determinados grupos humanos em categorias de não humanos entre os limites das civilizações do ocidente, sendo os recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios, etc.) (MUNANGA, 2004). Essa ensinava que para aceitar os “Outros”, como humanos, era preciso provar que são também descendentes do Adão, o mito dos Reis Magos, cuja imagem exhibe personagens representantes das três raças, como, por exemplo, sendo Baltazar, o mais escuro de todos, considerado representante da raça negra (MUNANGA, 2004). Ou seja, a necessidade em classificar a diversidade humana em raças diferentes se justifica na necessidade dos colonos em ter controle total do pensamento do Outro, ou

seja, esse ‘Outro’ tinha que ser classificado enquanto objeto para ser utilizado de forma hostil, entre os moldes da exploração, sendo controlado não só pelo corpo mas também pela mente e alma (MUNANGA, 2004).

Essa incompreensibilidade entre o Europeu e o Outro foi fundamental para criar a escravidão enquanto instituição, em que reforçava a hierarquia racial, em que o servo africano não pertencia ao grupo dos cristãos civilizados (BARDER, 2021). O autor também pondera que “notoriamente que a ascensão do” sistema mundial” foi baseada no que ele chama de formação de “capitalismo racial”, que emergiu de um continente europeu já racialmente estriado” (BARDER, 2021, p. 117, tradução nossa).³² Ou seja, os próprios “outros” internos da Europa” já estavam sujeitos a formas de expropriação racializada, colonialismo interno e servidão contratada que é a escravidão, para o fornecimento da expansão europeia, apropriação de terras e escravização de povos ao longo dos séculos, sendo este sistema fator fundamental para a ordem global.

Dessa forma, o racialismo e o racismo surgem enquanto desdobramentos do sentido de raça, sendo que “o racialismo integrante da ideia de raça que marcam e caracterizam de forma fisiológica e morfológica que são generalizáveis, herdadas e compartilhadas por membros do mesmo grupo populacional” (APPIAH, 1990, p. 16, tradução nossa).³³ Por exemplo, os imperativos racialistas, como: categorias de censo, legislação de direitos humanos e políticas de ação afirmativa, criam, invocam ou reproduzem esquemas raciais para remediar circunstâncias de desigualdade racial. Já o racismo, era, foi e continua sendo o elemento fundamentalmente na operacionalização, controle e criação de exclusão de proteção, privilégio, propriedade ou lucro (GOLDBERG, 2009).

O racismo estabelece ordens hierárquicas sobre aqueles marcados, polícias, as fronteiras que separam os grupos raciais para possíveis transgressões, e impede que, os que estão por baixo subam sub-repticiamente sem pagamento ou punição (GOLDBERG, 2009). Pois, o racismo permite e cria, arranjos, através dos quais os agentes têm acesso diferenciado e experiências dentro das economias políticas domésticas e internacionais (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015). Como exemplo disso temos a experiência caribenha, que em escala internacional, está vinculada em uma distribuição global profundamente desigual da propriedade aos legados históricos da apropriação coercitiva da terra e do trabalho nos processos capitalistas de acumulação (VASCONCELOS, 2023).

Ainda sobre o racismo, a autora Beatriz Nascimento (2006) explicando a raça enquanto um dispositivo recriado por entrevista do passado e do presente falado, destrincha sobre como é operacionalizado os mecanismos racistas no cotidiano, principalmente nas relações interpessoais, na

³² No original: Argued that the rise of the “world system” was predicated upon what he calls the formation of “racial capitalism,” which itself emerged from an already racially striated European continent.

³³ No original: Racialism is the operationalisation of race; the idea that people are marked by physiological or morphological characteristics that are generalisable, inherited, and shared by members of the same population group.

vida profissional e na acadêmica (NASCIMENTO, 2006). Por isso o racismo e resultado da escravidão, que além de ter sido um “sistema econômico fundado no comércio internacional com investimento de capital em escravos como mercadorias e na superexploração do trabalho escravo com lucros globais que estimularam a revolução industrial” (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015, p. 75).

A escravidão foi um elemento estruturante ideológico que atribuía significados sociais que associavam e associavam a pele escura à condição de escravo ou a de descendente de escravos (JORDAN, 1968). Principalmente por ser regida por contrato racial, sendo este um invariável do contrato capitalista, apesar que, embora o privilégio branco não seja redutível ao privilégio de classe, a desigualdade material estratificada por raça é um componente central da supremacia branca. Dessa forma, podemos considerar que a escravidão é um desdobramento racial que funciona no sistema internacional entre as relações dos estados, instituições e organizações governamentais, foram representados pela busca do capital e o poder (JORDAN, 1968; MILLS, 1997).

Para fins de entendimento em relação à cronologia do começo da escravidão, traremos alguns apontes que se contam no relatório publicado pelo *United Nations High Commissioner for Human Rights* (UNHCR) intitulado “*The Abolition of Slavery and its Contemporary Forms*” (2002), o volume I e II da obra “*Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbir dos Palmares*” (2019) “*Escravidão: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil*” (2020), ambos do historiador Laurentino Gomes. O que denotar a escravidão enquanto elemento político, econômico, social, e principalmente a sua continuação sob uma determinada predominância colonialista de violência estatal e necrótica operacionalizando na modernidade, como descrito nas obras de Sullivan e Tuana (2007) “*Race and Epistemologies of Ignorance*“, “*Race and racism in international relations*” e da obra “*Necropolítica*” de Achille Mbembe (2018).

Segundo o relatório da UNHCHR (2002) a definição de escravidão foi debatida pela primeira vez na convenção da Liga das Nações em 1926, onde a definiu como “o exercício de qualquer ou todas as posições, ou estado de poder” (art. 1º). Também definiu o tráfico de escravos como “incluindo toda captura, aquisição ou revenda de escravos (art. 1)” (UNHCR, 2002, p.11, tradução nossa).³⁴ Que foi tarde, pois, o primeiro leilão de africanos escravizados em 1444 em Portugal, que eram capturados no litoral africano, sendo o ponto comercial de venda e troca de africanos e outros produtos (GOMES, 2019). A escravidão é um fenômeno “presente desde a antiguidade da Babilônia ao Império Romano, da China Imperial ao Egito dos Faraós, das conquistas do Islã na Idade Média aos povos pré-colombianos da América” (GOMES, 2019, p. 21). Em que todos esses

³⁴ No original: The exercise of any or all positions, or state of power” (art. 1). It also defined the slave trade as “including all capture, acquisition or resale of slaves (art. 1).

acontecimentos, milhões de seres humanos foram comprados e vendidos como escravos, ou seja, um sistema econômico exclusivamente dependente da comercialização de humanos (negros).

Ela obteve uma amplitude entre regiões, raças e linhagens étnicas, incluindo eslavos, deste último foi deu origem a palavra “escravo”. Já com a descoberta e a ocupação de um novo continente pelos europeus na virada do século XV para o XVI, foi uma organização volumosa, sistemática e prolongada como o tráfico negreiro para o Novo Mundo (América Latina). Sobre este último fato, ela durou três séculos e meio e promoveu a imigração forçada de milhões de seres humanos por dois oceanos principais, o Atlântico e Índico, envolvendo os continentes: Europa, África, América e Ásia, reinos africanos, árabes e indianos (GOMES, 2019).

Além de promover o apagamento e o genocídio, o que redesenhou a demografia e a cultura da América do Sul, contra os habitantes originais, os indígenas, sendo também dizimados e substituídos por negros escravizados (GOMES, 2019). Dessa forma, a escravidão passa a ser sinônimo da cor de pele negra, desencadeando a segregação e o preconceito racial (GOMES, 2019). Apesar do relatório não pontuar estes episódios, nele é destacado também que embora a Convenção da Escravidão proibisse a escravidão e práticas relacionadas, não foi considerado nem o proibicionismo e nem o próprio órgão internacional para sancionar e acompanhamento as denúncias e infrações de Estados que continuavam com práticas de escravidão (UNHCR, 2002).

A implementação da abolição da escravatura começou lenta nos países como Birmânia (1928) e Nepal (1926), além da criação de vários comitês de especialistas para analisar informações sobre escravidão, agências e especialistas em, porém não logrou sucesso e foram suspensos pela eclosão da Segunda Guerra Mundial (UNHCR, 2002). Sendo que, mesmo o relatório ter apontado a criação de outros instrumentos para extinguir a escravidão como: a “Carta Internacional dos Direitos Humanos contendo o apoio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos” (UNHCR, 2002, p.13, tradução nossa).³⁵

Ambos apoiando a implementação do artigo que afirmava que ninguém será feito em escravidão ou servidão, ou quaisquer formas de escravidão e comércio de escravos serão proibidas (art. 4º), (UNHCR, 2002), incluindo também a oportunidade de cada um escolher e aceitar o trabalho por sua própria vontade (UNHCR, 2002). Apesar destes contextos, o relatório também evidência a continuação da escravidão mediante outras formas, como: a servidão (equivale a escravidão da terra pela propriedade dela (UNHCR, 2002). Ou seja, o uso de escravos em fazendas ou propriedades para a produção agrícola, sendo as pessoas que estão em condições de "escravidão agrícola"

³⁵ No original: International Bill of Human Rights containing the support of the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights.

resultando na soma entre escravidão e servidão) (UNHCR, 2002). E o trabalho forçado (sendo compulsão, sob ameaça de qualquer punição, a qualquer trabalho ou serviço desejado, restrição de liberdade de associação, direitos de formar ou aderir a sindicatos), vale ressaltar que para tratar destes assuntos foi criada a Convenção do Trabalho Forçado em 1930, apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (UNHCR, 2002).

Em “*The British and Foreign Anti-Slavery Society, 1838- 1956: A history*” o autor James Hetfield (2016) relembra que a organização britânica, o qual foi a entidade mais antiga antiescravista, aprovou a lei para emancipação dos escravos das colônias das Índias Ocidentais, do Canadá, da Colônia do Cabo e das Ilhas Maurício, entrando em vigor em 1834, que ajudou também na regularização do trabalho forçado (HETFIELD, 2016). O autor também pondera na continuação da escravidão, afirmando que atualmente existem mais escravos no mundo do que o período durante os 350 anos de escravidão africana na América, pois, ainda existem mais de 40 milhões de pessoas vivendo em condições análogas de escravo (HETFIELD, 2016; GOMES, 2020). O que justifica, por exemplo, as 800 mil pessoas traficadas internacionalmente, transportadas em contêineres de navios, outras ficam em cativeiros ou são capturadas por falsas agências de trabalho para países estrangeiros e serem comercializadas (HETFIELD, 2016; GOMES, 2020).

A permanência da escravidão nos moldes contemporâneos, se dá particularmente em dois pontos, o primeiro justificado na causalidade racializada dos brancos e o segundo é justificado pelo esquecimento dos negros em relação à escravidão, podendo ser chamado de ‘mito da magnólia’, também chamado por Lélia Gonzalez do “*Verneinung*” (denegação racial) (SULLIVAN & TUANA, 2007; GONZALEZ, 1982). O primeiro, é invocado pelos autores no sentido de que a motivação racista direta causa uma ação social e estrutural, mas que é impessoal e operativa até mesmo nos conhecedores em questão raciais que se declaram não racista (SULLIVAN & TUANA, 2007). Por isso, pode haver o racismo branco no sentido da diferenciação entre a existência ou não de crenças preconceituosas entre este grupo, entre os que não têm domínio dos que têm domínio. Ou seja, hierarquias estipuladas entre os grupos de brancos sendo baseadas em bens materiais, formações acadêmicas e até mesmo a descendência sobre a tonalidade da pele, o que os torna racista de qualquer forma.

Consequentemente, essa causalidade racializada fórmula a ignorância branca, diretamente para um racista leigo para um racista conhecedor, ou até mesmo para um conhecedor não racista, por exemplo, “após a abolição da escravidão nos Estados Unidos, negros geralmente tinham oportunidades iguais aos brancos devido à supressão do conhecimento pertinente” (SULLIVAN & TUANA, 2007, p. 21, tradução nossa).³⁶ O mito da magnólia é o mesmo que a denegação do negro,

³⁶ No original: After the abolition of slavery in the United States, blacks generally had opportunities equal to whites) because of the social suppression of the pertinent knowledge, though without prejudice himself.

foi inspirado pela teoria freudiana chamado de *verneinung*, é considerada parte do “processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (GONZALEZ, 1982, p. 59). O que neste caso este sentimento por ser deixado pela herança colonial, é que faz o negro se autonegar por ser negro, que desconheça sua cultura, ancestralidade e antepassados e por isso, essa denegação alimenta a continuação do racismo de negro para negro.

O racismo por denegação é sofisticado, alicerçado nas ideologias do branco, superior, de origem europeia, alicerçando o branqueamento e o mito da superioridade branca, impondo o desejo de embranquecer, ou seja, se “limpar do sangue negro, africano ou afrodiaspórico” (GONZALEZ, 2021). Ou seja, a escravidão se operacionaliza como entidade política de expansão do domínio europeu sobre o comércio, o que estabelece uma ordem proto-imperial (BARDER, 2021). O que a torna, enquanto instituição, um mecanismo que permite formas de exclusão e inclusão, objetivando perpetuar a hierarquia e a dominação entre brancos, negros e pardos, desenvolvendo ainda mais o racismo entre ambos.

Segundo Achille Mbembe (2018), a escravidão é a representação da racionalidade do biopoder, pois, foi “a ideologia que define história como uma luta econômica de classes, sendo assim, a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los” (MBEMBE, 2018, p. 128). Nesse sentido, por ela ser um elemento do racismo, está em conjunto com a soberania, fomentando o estado de exceção, para aqueles que são objetificados a partir de determinados estereótipos genéricos. Sendo que o estado de exceção está relacionado com o nazismo, totalitarismo e campos de concentração/extermínio, que são considerados campos de morte e são interpretados de diversas maneiras. Estes extermínios aconteciam contra grupos de pessoas determinadas, ou seja, eles estavam enquadrados na classificação de africano, índio, asiático ou qualquer considerado não branco (MBEMBE, 2018).

Essa violência soberana e destrutiva representa o último sinal do poder absoluto do negativo, que na estrutura político-jurídica há uma suspensão temporal do estado de direito, pois, ele adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da Lei. Nesse contexto, a política é lida enquanto trabalho de morte e a soberania é lida enquanto predomínio do direito soberano de matar (*droit de glaive*) e o biopoder é interpretado pelo autor como uma reprodução do estado de exceção e do estado de sítio, significando dizer que o racismo é relacionado com a política de morte (MBEMBE, 2018). Este último termo é cunhado por Michel Foucault ([1997] 2015), aponta-o enquanto extrapolação biológica usada para caracterizar o inimigo político, principalmente nas organizações das guerras e que colocavam seus próprios cidadãos expostos à guerra (FOUCAULT, 2015; MBEMBE, 2018).

Ou seja, a ligação entre raça, escravidão ao capitalismo foi o racismo. Estes não foram extintos com a velha ordem escravocrata, pelo contrário, a fez evoluir e a partir dela produziu-se no sistema mundial moderno o "capitalismo racial" que depende da escravidão em moldes atuais e assim dão continuidade nas políticas de violência, imperialismo e genocídio. Para podermos entender melhor sobre essa relação como formação do capitalismo racial partiremos de dois fatores, o primeiro é impossível analisar como elementos separados (considerando a relação da raça, escravidão e o capitalismo racial como uma simbiose), neste o racismo é o produto dessa simbiose que faz a manutenção nos processos geridos por esta simbiose. O segundo fator é de que não existe outro capitalismo a não ser o capitalismo racial.

Simbiose esta que criou o maior modelo econômico do mundo, com o maior lucro para a Europa, nas obras de Cedric Robinson, intituladas de *“Capitalismo racial: El carácter no objetivo del desarrollo capitalista”* (2018), *Black Marxism. The Making of The Black Radical*. ([1983] 2000), a obra *“Racial Capitalism”* de Jodi Melamed (2015) e *“Race, Innovation, and Financial Growth: The Example of Foreclosure”* do autor K-Sue (2021), que serão usadas para desenvolvimento desse debate. Robinson (2018) o capitalismo tradicional é aquele que foca na acumulação de produtos e aumentos quantitativos, pois, em sua suposição a simples acumulação de fatos é um bem epistêmico intrínseco, trivial ou irrelevante, o resultado apenas a previsão e utiliza ferramentas restritas quase inteiramente à quantificação (ROBINSON, 2018).

É interessante como o autor levanta duas questões sobre acumulação. A primeira questão se encaixa na ligação entre capitalismo racial e o atlântico, pois, o comércio atlântico de escravizados e a escravidão no ‘Novo Mundo’ eram parte integrante, tanto da economia mundial moderna, em que o capital subsidiava a exploração ibérica no Atlântico e também no Índico. O segundo, o autor afirma que o que Marx chamou de acumulação primitiva tem por base o trabalho escravo, este já existia antes do capitalismo moderno, além disso, as lutas de classes capitalistas foi um erro ditado pela preocupação do marxismo centralizado nos centros industriais (ROBINSON, 2018). Sendo esse capitalismo burguês, que envolve a ideia de uma estrutura de aparência enganosa erguida sobre uma base das realidades político-econômico e que esconde as realidades visíveis, como: a dominação da burguesia e a dominação racial e de gênero.

Não podemos falar de outro capitalismo, a não ser o racial, porque, ele foi influenciado pelas forças do racismo e do nacionalismo dentro da estrutura de organização de produção e troca, como foi o caso da sociedade feudal. Nessa sociedade, através da metáfora biológica que foi onde emergiu a burguesia europeia da idade média, que era alimentada pelo mercantilismo administrado pelas monarquias absolutas do período tradicional de transição do feudalismo para o capitalismo (MELAMED, 2015; ROBINSON, 2018). O que acelerou essa transição, e de fato tornou a estrutura feudal ser substituída pelas várias formas do capitalismo. Essas formas correspondem a um sistema

particular de produção, na qual há empregados e empregadores dentro de normas contratuais remuneradas para haver produção de mais-valia para os proprietários do capital. Essa estrutura, que antes era feudal, passa a ser um sistema capitalista racial, sendo marcado por dois contextos do século XIV e XV, exposto por Robinson ([1983] 2000).

O primeiro contexto está relacionado com o surgimento das diferentes burguesias da Europa Ocidental que eram envolvidas em estruturas, instituições e organizações substancialmente subdesenvolvidas na Idade Média, pois controlavam o centro do comércio de longa distância na Europa, Mediterrâneo e da Scania para o Atlântico (ROBINSON, 2000). Sendo as viagens mercantes e a colonização práticas para extensão do comércio ao sul e ao oeste da península europeia e a expansão das estruturas burocráticas do Estado, por isso elas se tornaram principal meio de transmissão da expansão do capitalismo (ROBINSON, 2000). Com estruturas que determinaram a direção do investimento e acabou estabelecendo segurança política para tais investimentos. O autor pondera que esta conjuntura insere o capitalismo como elemento da modernidade, formulando uma matriz moderna, que envolve o nacionalismo (este criou o estado no sentido do moderno), que, além de exigir os fatores políticos e morais, é estritamente econômico. Sendo esse capitalismo sustentado e desenvolvido por formas de composição social e ideológica de uma civilização com padrões de captura de escravos e recrutamento mercenários que serviam a essa burguesia na categoria de proletariado (ROBINSON, 2000).

O segundo contexto foi a reforma transição dos velhos instrumentos, referindo-se ao que seria ao fim do feudalismo, o velho, dando início ao novo, sendo o capitalismo expandindo para além da Europa em todo o sistema mundial, isso para o autor é descrito como uma forma de desenvolvimento de caráter desigual, tanto entre os povos europeus quanto para o resto do mundo, porque, provoca tanto novas oposições, como ofereceram novas oportunidades a novos agentes "históricos" (ROBINSON, 2000). Sendo necessário que esta reforma começasse na Europa Ocidental e depois fosse para Inglaterra, isso enfraqueceu um pouco a autonomia das entidades cristãs, porém, tornou o cristianismo como uma ferramenta unificada do sistema capitalista, que na estrutura colonial foi usado para manter os privilégios, apropriação de terras, riquezas e massas sociais para a burguesia.

O autor traz como exemplo, “quando na Inglaterra, os representantes dos grandes latifundiários e do capitalismo agrário, utilizaram a igreja e a monarquia para implementar nas massas sociais, Leis dos Pobres, prisões para devedores, "transporte" (migração forçada) e afins (DERRY & BLAKEWAY, 1973, p. 65, tradução nossa).³⁷ Ou seja, a religião se tornou um elemento que ligava

³⁷ No original: En Inglaterra, como ejemplo, representantes de los grandes terratenientes y el capitalismo agrario, en procura de sus propios destinos sociales y financieros disciplinaron primero a la iglesia, luego a la monarquía y por último a «las masas» mediante cercos, las Leyes de los Pobres, cárceles para deudores, transporte.

riqueza e poder entre trabalho, capital e as classes médias, que para continuar sustentando a manutenção contínua das classes privilegiadas em casa e os motores da dominação capitalista no exterior (ROBINSON, 2000). Além disso, a religião reafirma a ideia de superioridades entre as raças mediante sermões que justificaram, como vontade de deus, a dominação, exploração e o extermínio como castigo dos pagãos, ou seja, daqueles que não eram europeus e que não aceitavam essa servidão.

Ou seja, as problemáticas levantadas nos parágrafos anteriores não se inscrevem na tentativa de levantar um grande debate teórico apontando qual corrente de pensamento, entre Marx e Robinson estão certas, deixo essa preocupação para os livros sobre teorias. O ponto aqui é que possamos ver como a economia gerida e controla mundialmente dependiam, apesar de não exclusivamente, da comercialização de humanos, com maior centralidade negros africanos. Esse tipo de comércio desencadeou processos, sistemas, instituições, leis, normas, etc., sendo o capitalismo dependente dessa economia racial. O que mostra que esse capitalismo é racial, além de ser a simbiose da raça e da escravidão, começa com sua conexão com o nacionalismo, assumindo o caráter de capitalismo moderno justificado na junção entre nacionalismo moderno e o surgimento dos estados modernos, que exigiu a combinação de fatores políticos, morais e econômicos intrincados na estrutura da evolução ocidental (ROBINSON, 2000; ROBINSON, 2018). E finaliza com a expansão deste no sistema mundial através das navegações atlânticas, que estava dentro do sistema entre as anarquias competitivas, já que cada burguesia nacional ficou em oposição às outras como inimigas naturais.

Nessa estrutura, o nacionalismo foi o grande mobilizador para o poder armado, de que necessitavam, para destruir as capacidades produtivas daqueles a quem se opunham, e para assegurar novos mercados, nova mão-de-obra e recursos produtivos, o que contribuiu para o desenvolvimento desigual dos capitalismo em âmbito nacional para os povos sob domínio europeu (ROBINSON, 2018). Nesse sentido, o autor Eric Williams em *“Capitalismo e Escravidão”* descreve que o capitalismo foi o fornecedor de um estoque de capital, que durante a Revolução Industrial se desenvolveu muito através das produções do açúcar, tabaco e algodão nas grandes plantações e hordas de trabalhadores baratos (WILLIAMS, 2012). Ele ressalta também que a ligação entre escravidão e capitalismo não significa resíduos histórico ou formação pre-capitalismo, mas, uma forma de tecnologia colonial que se tornou mundial.

Essa tecnologia representa a própria expansão do capitalismo racial através das navegações atlânticas, pois, foi preciso o desenvolvimento tecnológico para estudos sobre rotas marítimas, o tipo de madeira para construção dos navios negreiros, a produção das lonas dos veleiros, etc., para que essas navegações chegassem nas colônias com toda a mercadoria (GOMES, 2020). Consequentemente, o oceano atlântico se tornou um espaço geopolítico econômico no sistema internacional, que facilitava tanto as viagens para os países colonizados, quanto o retorno destes

para a Europa com os produtos exatos para produção de capital (GILROY, 2001).

Para Quijano, 2000, foi dessa forma que iniciou a constituição da América dentro do capitalismo fortemente colonial, moderno e eurocêntrico como um novo padrão de poder mundial (QUIJANO, 2000). Sendo esse padrão de poder o eixo fundamental da classificação social da população mundial a partir da ideia de raça, que o autor critica por ser uma construção mental que serviu enquanto elemento para dominação colonial e que continua permeando as dimensões do poder mundial, incluindo a racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2000).

É inegável ponderar sobre o capitalismo o separando tanto da raça quanto da escravidão, pois ambos os processos estão na base e na operacionalização do capitalismo enquanto mecanismo econômico. Por isso, tanto Marx e Engels foram ignorantes, epistemologicamente, quando tratavam sobre a sociedade burguesa europeia racionalizada nas relações sociais. Pois, na verdade, os fatores desenvolvimento, organização e a expansão da sociedade capitalista seguiram direções essencialmente raciais, assim como a ideologia social. Utilizando como uma força material o racialismo que permeariam as estruturas sociais emergentes do capitalismo (ROBINSON, 2018).

O autor ainda explica, que o uso do termo 'capitalismo racial', foi escolhido para se referir a essa estrutura como uma agência histórica e que também exige aos usuários o reconhecimento do capitalismo enquanto capitalismo racial. Já que o capital só pode ser capital quando está acumulando, e só acumula, produzindo e movendo-se por relações de severa desigualdade entre grupos humanos com meios de produção e trabalhadores (ROBINSON, 2000). Isso nos leva a associarmos o capitalismo racial como elemento central no desenvolvimento capitalista da supremacia branca, que inclui fatores como: a escravidão, colonialismo, genocídio, regimes de encarceramento, exploração de migrantes e guerra racial contemporânea.

Sobre este último levantamento, o autor Melamed (2015), delinea três pontos que justificam a operacionalização do capitalismo racial, que destacamos duas, o primeiro justifica as ideologias do liberalismo e a democracia nos moldes do neoliberalismo e o segundo sobre a chamada acumulação primitiva (MELAMED, 2015). Sobre o primeiro ponto, para o autor, o liberalismo e a democracia são moldados pelas economias de mercado e pela racionalidade capitalista desde seu início mútuo, monopolizam os termos da sociabilidade do crescimento do neoliberalismo (MELAMED, 2015). Por um lado, o neoliberalismo representa uma conjuntura de dominação dos recursos do petróleo, gás, minerais, água, commodities agrícolas, madeira, ele também aguçou a representação do indígena, já que muitos dos recursos naturais que ainda existem no mundo são encontrados em terras tradicionalmente ocupados, pertencentes ou administrados por povos indígenas (MELAMED, 2015).

Como exemplo temos as novas apreensões de terras e águas nas democracias coloniais dos Estados Unidos e Canadá, que violaram os direitos dos tratados indígenas e as leis de proteção

ambiental, em que as pessoas jurídicas recebem o “direito” de explorar terras indígenas, terras públicas e pequenas propriedades privadas a fim de acelerar tais desapropriações (MELAMED, 2015). O que podemos considerar essas iniciativas como novas estratégias que devem minar a saúde e as capacidades dos povos indígenas e de todas as pessoas que se interpõem no caminho. Referente ao segundo ponto, o autor afirma que a relação entre racialização e capitalismo foi construída a partir de matérias epistêmicas de extrema violência, executadas pelos estados capitalistas ocidentais (MELAMED, 2015).

Por exemplo, “os estados EUA nos séculos XX exerceu seu monopólio da violência legítima em resposta à ”raça” – o código operacional do estado-nação para aquela irracionalidade e ameaça que a liberdade deve exterminar – quanto como crueldade racial³⁸” (MELAMED, 2015, p. 77, tradução nossa).³⁹ Neste ponto, a acumulação praticada pelo estado que é financeiro-racial, sendo inseparável da governança política e econômica que através da violência racial permite que essa acumulação seja por meio da desapropriação, convocando a raça como ameaça para legitimar a contra violência estatal no interesse das classes proprietárias de ativos financeiros (MELAMED, 2015).

Estas violam a racionalidade social, desde os assassinatos de imigrantes e jovens afro-americanos (em nome da segurança para os brancos e prósperos) praticados por policiais. Sendo este um mecanismo para deixar morrer os pobres racializados ou até mesmo as mortes sociais transitadas pelo precedente da expropriação indígena para o lucro, já que a acumulação sob o capitalismo é necessariamente a expropriação do trabalho, terra e dos recursos (MELAMED, 2015). Nesta perspectiva, o capitalismo racial é uma tecnologia de anti-relacionamento, ou seja, é uma tecnologia que serve para reduzir a vida coletiva às relações que sustentam o capitalismo democrático neoliberal em sua definição seminal de racismo (GILMORE, 2002; MELAMED, 2015).

Partindo desses pressupostos, a descoberta das Américas, além de servir para a expansão do capitalismo racial, serviu para introduzir novas práticas de execução hipotecária no século XVII para expropriar as terras mantidas por nações nativas (K-SUE, 2021). Sendo esse modelo uma inovação que possibilitou parâmetros e pressupostos do empreendimento colonial, o que nos direciona a entender a relação do capitalismo racial com a inovação financeira, especialmente quando se espalhou pelas colônias para se tornar prática cotidiana nas transações entre europeus nelas (K-SUE, 2021). Ou seja, a partir dessa expansão do capitalismo racial, a operacionalização da racialização com a exclusão serviram para a evolução dos elementos cruciais do mercado de terras

³⁸ Esse termo justifica um tipo de violência extrema dentro das práticas estatais racionais (militar, de segurança e legal), através da qual o estado se estabelece como protetor da liberdade e ao mesmo tempo utilizando a violência eficaz e excessiva, à violência da raça. Assim, a emancipação política está fatalmente acoplada ao estado racializado ordinário e excessivamente cruel (MELAMED, 2015, p. 77, grifo nosso).

³⁹ No original: the U.S. state in the twentieth and twenty-first centuries has exercised its monopoly on legitimate violence both in response to “race”—the nation state's operational code for that irrationality and threat that freedom must exterminate—and as racial cruelty.

que foi central para o crescimento econômico, que permanece até hoje (K-SUE, 2021).

E com a execução hipotecária na América (essa prática seguia a distinção racial entre os europeus e os não europeus), a economia passou a depender, fundamental e estruturalmente, da venda de terras, do poder de barganha desigual de recursos naturais, através da exploração da mão de obra do negro e dele enquanto objeto de troca e de venda (K-SUE, 2021). Essa execução hipotecária funcionava da seguinte forma: primeiro, no sistema do capitalismo racial havia a exclusão racial que resultou na imposição de uma nova equivalência entre dinheiro e terras indígenas, que os colonos se apropriaram dessas terras para produzir mais valor monetário. E para limitar os indígenas a se expandir e produzirem seus próprios capitais, os colonos lançavam dívidas para limitar a autonomia deles.

Segundo, pelos colonos lucrarem tanto com a apropriação das terras e com as dívidas, as terras se tornaram objeto de grande valia para gerar crédito, a obtenção de terras para mercadoria, produção e comércio foi o motor primário do mercado colonial. (K-SUE, 2021). A execução hipotecária tornou-se mais comum à medida que os colonos buscavam mais crédito e usavam a para obter segurança. O que gerou mais lucros por meio de juros, e não deixou de gerar o uso contínuo da violência racial pelos colonos para expropriar “barato” as terras indígenas, garantindo mais crédito, por meio de um processo de desapropriação indígena que eles pareciam ter vistas como inesgotavelmente produtivas para o crescimento financeiro. Dentro dessa estrutura hipotecária, alguns produtos fez com que o mercado colonial desenvolva-se de forma abrupta, através do comércio triangular pelas vias do atlântico negro em direção ao nordeste baiano com a construção das indústrias canavieiras, como será tratado na seção seguinte.

CONCLUSÃO

Diante do exposto neste capítulo, o campo da disciplina de Relações Internacionais (RI) tem cindo omissos sobre os assuntos sobre raça e a escravidão, mesmo sendo uma disciplina que analisa o sistema internacional em que as desigualdades raciais continuam sendo a base da formação dos Estados e suas instituições, por isso estas que apesar de serem percebidas como daltônicas, são codificadas por cores. Podemos considerar essa desconsideração da funcionalidade que a raça provoca entre os atores na política internacional como formadora do racismo, fanatismo ou preconceito, na própria disciplina.

Consequentemente cria uma espécie de crença operacionalizada nas práticas e políticas que acabam refletindo no território e no povo deste Estados. Por isso a ligação de ideologias supremacistas branca foi fundamental para a formação das políticas domésticas e internacionais dos estados

ocidentais e racionalizou suas políticas de dominação resumida na escravidão. Isso se torna notável nos três grandes debates principais das RI, o realismo, liberalismo e o neorrealismo, além de omitir os aspectos centrais sobre a raça eles conservam teorias que são construídas sob fundações raciais e racistas que limitam a capacidade da própria disciplina em responder questões voltadas a elas.

E por isso, são influenciadas pelo eurocentrismo para justificar o imperialismo branco, sendo que isto não é amplamente reconhecido no campo das RI, já que os neorrealistas, afirmam apenas a existência do equilíbrio de poder entre as grandes potências. Dessa forma a disciplina sofre de uma patologia chamada de afasia racial, esta provoca o esquecimento calculado, obstrução do discurso, da linguagem e da fala, ou seja, um silêncio sistemático. Ou seja, essa patologia causa a incapacidade de reconhecer, escrever, falar e compreender o papel que a raça exerceu e continua exercendo entre atores e suas instituições que fazem parte da política internacional (STOLER, 2011).

A afasia racial está relacionada com o período colonial, já que esta surge da afasia colonial dos países colonizadores, desencadeando assim a dificuldade de reconhecer a existência da própria afasia racial. Como também a ligação entre nossos passados racistas ao presente, que também ainda é racista, estando este conectado por silêncios coletivos, tanto quanto pela persistência de opressão, dominação e desigualdade.

A afasia racial além de atingir a disciplina de RI também desencadeia uma incapacidade coletiva nos pesquisadores de falar sobre raça, isso acaba afetando o senso crítico enquanto profissionais da área da política internacional. Também, pelo fato das instituições que formam o Estado se tornarem cada vez mais daltônicas, mesmo que professam compromissos normativos e legais com a igualdade racial (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015).

Partindo desses pressupostos, entendemos que para curar a afasia racial na disciplina, utilizamos a categoria política-cultural da amefricanidade, cunhada por Lélia Gonzalez. Essa categoria foi escolhida por ter em seu escopo as lutas, resistências e pensamento anti-racista dos povos originários contra o sistema fundiário, das organizações antirracistas, dos movimentos de mulheres negras contra o patriarcado, das mobilizações pelos direitos civis para os povos negros e afrodescendentes, dos protestos dos Panteras Negras, além das lutas pelas independências nacionais e pelo fim do apartheid na África do Sul.

Nesta empreitada, a amefricanidade não é uma categoria exclusiva nem isolada porque ela está em consonância com a teoria África Decolonial e Decolonizing Power, pois, parte da afirmativa que colonização criou um sistema de desigualdades entre os continentes, o colonialismo, em que a Europa enriquece através da continuação da mesma, que afeta África e América Latina. O colonialismo provoca a subalternização na população através dos eixos estruturais no controle do

trabalho, da intersubjetividade, designados pelo eurocentrismo como modelo da forma de produção de conhecimento na modernidade.

Dessa forma, a amefricanidade contrapõe o efeito do colonialismo e da afasia racial das RI através de duas estratégias. A primeira é a desestabilização dos discursos da Europa imperial (como a história da filosofia, linguística e do desenvolvimento), através da fala e da escrevivência sem reproduzir os discursos dominantes. A segunda estratégia é utilizar ferramentas metodológicas e epistêmicas para recuperação das vozes históricas e contemporâneas dos marginalizados, oprimidos e os dominados em uma construção radical da história de produção do conhecimento.

Além disso, essas estratégias denotam a consonância da categoria com as teorias da africanidade, anticolonialismo e do pensamento decolonial, ambas defendem um pensamento descolonizador que pode atuar no campo teórico de RI, a partir de quatro pontos centrais: ponto (I) tende a colocar a África enquanto agente político e não como subalterno e desprovido de conhecimento. Dois (II) entende a ideia de modernidade se iniciando com a conquista da América com o controle do Atlântico pela Europa. Três (III) denota a ênfase na construção do poder colocado através da violência do colonialismo e das dinâmicas construtivistas do sistema-mundo moderno capitalista de exploração e acumulação. E por último ponto quatro (IV) designa o eurocentrismo/ocidentalismo como modelo da forma de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade.

O ponto (I), é defendido nas obras de Aimé Césaire, Frantz Fanon, Du Bois e Mahatma Gandhi, defendendo a africanização como uma teoria para descolonizar as universidades, do sentido epistêmico, sobre as narrativas que retratam o continente africano, criticando o poder, privilégio e autoridade no âmbito da universidade. Já o ponto (II) e o (III), são justificados pela afirmação da existência do colonialismo presente na modernidade, sendo o que faz prevalecer, através do silenciamento de corpos femininos, corpos não brancos, corpos pobres, corpos deficientes, corpos queer, e outros corpos.

O ponto (IV), se une às concepções do anticolonialismo, pois, este consegue dialogar com distintas realidades de colonizações do globo, apontando que o colonialismo age nas mentes, corpos e materiais, e dessa forma repudia os conhecimentos do eurocentrismo como sendo único e verdadeiro, ou enquanto modelo universal. Por outro lado, a teoria trabalha com o conhecimento dos oprimidos e com a compreensão holística da opressão e da resistência, sendo necessário a destruição da política colonial opressiva irá ajudar na internalização profundas do que significa ser humano e nos relacionamos com nosso mundo.

A relacionalidade com o pensamento decolonial é marcado pela problematização da colonialidade como oriunda da colonização que permanece operando em vários contextos da esfera social. Além disso, ambas assumem a globalização e o capitalismo da atualidade, como sendo fatores que reproduzem o empobrecimento contínuo das populações racializadas, a continuação das invasões de

seus territórios. Essas justificadas pelo fato de subdesenvolvidos, que, na verdade, é uma nova forma de imperialismo para a expansão da lógica do capital pelo mundo e da criação de muros de contenção entre áreas privilegiadas e o outrora chamado Terceiro Mundo.

Nesse quesito, a colonialidade é uma espécie de entrelaçamento entre política e economia em que a soberania de uma nação repousa sobre o poder de outra nação, se tornando o império. Em termos políticos, ela é vista como uma dominação que forma um grande conjunto de subalternos, estruturados entre uma política representada pela metrópole e os territórios que eram as colônias. Neste processo de re-problematização voltada às questões da América Latina contra a colonialidade, é definida como um padrão de poder.

Essa colonialidade é multidimensional, sendo representada pela “matriz colonial de poder”, pois ela formula uma complexa estrutura de níveis entrelaçados de controle da economia, autoridade, meio ambiente e dos recursos naturais, gênero e da sexualidade e da subjetividade e do conhecimento. Concluindo que no campo epistêmico, estas teorias mostram a operacionalização da raça, tanto no campo político quanto no campo cultural, sendo elemento construído pela colonização que deixou a colonialidade, ambos centralizados para a América Latina.

Ainda neste capítulo, entendemos que a operacionalização da colonização foi totalmente dependente do tráfico negreiro em conjunto do empreendimento mercantil. Ou seja, a circulação do capital em um sistema capitalista, enquanto modelo, acontecia no núcleo mercantil com a produção de altos lucros vindos da empreitada negreira. Esta surge através de um mito de hierarquia racial baseado na incompreensibilidade entre o Europeu e o Outro não europeu. Isso colocar a escravidão enquanto instituição, que reforçava a hierarquia racial, a partir do discurso religioso, em que o africano não pertencia ao grupo dos cristãos civilizados devendo assim servir a raça superior a deles.

Como produto disso surge o racismo integrante da ideia de raça que marcam e caracterizam de forma fisiológica e morfológica que são generalizáveis, herdadas e compartilhadas pelos grupos sociais. E o racismo, era, foi e continua sendo o elemento fundamentalmente na operacionalização, controle e criação: de exclusão, proteção, privilégio, propriedade ou lucro, etc (APPIAH, 1990).

Conseqüentemente, analisamos o capitalismo como sendo capitalismo racional, que para além disso, ele surge como base dos processos racializados, ainda na Europa, substituindo o antigo sistema feudal. Têm na sua formação as forças do racismo e do nacionalismo dentro da estrutura de organização de produção e troca, nessa sociedade, através da metáfora biológica foi usado pela burguesia europeia na idade média, que era alimentada pelo mercantilismo administrado pelas monarquias absolutas do período tradicional de transição do feudalismo para o capitalismo.

Dessa forma, há o capitalismo racial e não outro, a economia dependente da comercialização de humanos, com maior centralidade na comercialização de negros, desencadeou processos, sistemas,

instituições, leis, normas, etc., o que mostra que esse capitalismo é racial, além de ser a simbiose da raça e da escravidão, começa com sua conexão com o nacionalismo, assumindo o caráter de capitalismo moderno justificado na junção entre nacionalismo moderno e o surgimento dos estados modernos.

Por fim, entendemos que a necessidade de expansão do imperialismo e do capitalismo racial sistema foram que ocasionou a entrada do Nordeste Brasileiro (inicialmente com maior concentração no estado de Pernambuco e na Bahia) no sistema internacional. Em seguida se expandiu para região sudeste (com maior contração no Rio de Janeiro), explorado por Portugal e a disputa com França, Estados Unidos e Inglaterra, ganhando maiores proporções através da produção do açúcar, nas indústrias artesanais, além do aumento de vendas de humanos somada a do algodão, tabaco, tecido e a cachaça.

Essa economia gerida e controlada mundialmente dependiam, apesar de não exclusivamente, da comercialização de humanos, com maior centralidade negros africanos. O que acabou desencadeando outros processos, sistemas, instituições, leis, normas, etc., sendo o capitalismo dependente dessa economia racial. O que mostra que esse capitalismo é racial não pode ser separado da raça nem da escravidão, com conexão com o nacionalismo. Por isso assume o caráter de capitalismo moderno justificado na junção entre nacionalismo moderno e o surgimento dos estados modernos, que exigiu a combinação de fatores políticos, morais e econômicos intrincados na estrutura da evolução ocidental.

Por fim, o ponto central do capítulo demonstrou que a entrada do Nordeste baiano serviu para a expansão do capitalismo racial e para a implementação das práticas de execução hipotecária no século XVII para expropriar as terras mantidas pelas nações nativas. Sendo esse modelo possibilitou o crescimento do empreendimento colonial ao nível da inovação financeira, especialmente quando se espalhou pelas colônias para se tornar prática cotidiana nas transações entre europeus nelas. Neste caso aconteceu a expansão do capitalismo racial, a operacionalização da racialização com a exclusão serviram para a evolução dos elementos cruciais do mercado de terras que foi central para o crescimento econômico, que permanece até hoje (K-SUE, 2021). Esse modelo econômico promoveu o apagamento, através do genocídio, na demografia e na cultura no Nordeste, atingindo os habitantes originais indígenas, sendo também dizimados e substituídos por negros escravizados, por isso, ela passa a ser sinônimo da cor de pele negra, desencadeando a segregação e o preconceito racial.

CAPÍTULO 2- “SEM NEGROS NÃO TÊM OURO, AÇÚCAR NEM TABACO”: A ENTRADA DO NORDESTE BAIANO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo será problematizado o papel do nordeste brasileiro nas relações internacionais, analisando a formação do empreendimento colonial que se estrutura no internacional através do Oceano Atlântico. Começando com o resgate das primeiras civilizações nordestinas através dos estudos arqueológicos para investigar antigas civilizações e como estas estavam estruturadas. Em seguida será analisada a geopolítica formada pela Europa construída no Atlântico para administrar o mercado triangular marítimo que expandiu o empreendimento colonial para o Nordeste. A partir deste último ponto entenderemos como esse comércio colonial internacional formou a relação entre Angola e com a Bahia através da produção e venda de cachaça, tabaco e tecido. Por fim, mostraremos a centralidade de Pernambuco e Bahia como regiões que o comércio colonial era movido pelo extrativismo (produção açucareira) e da exploração dos negros, representando a maior tecnologia do capitalismo racial.

2.1 AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES NORDESTINAS

Entender o nordeste brasileiro é analisar que os elementos informativos sobre determinada região, como: localização, clima e a composição dos habitantes, fazem parte de um conjunto de índole geográfica, sendo que precisamos ir mais além, para entendermos o que forma e o que formou tal região além do limite r das informações sobre a sua geografia (ETCHEVARNE, 1999). Dessa forma, nesta sessão, não será descrito aspectos geográficos sobre o Nordeste, é preciso ir para os aspectos sociais e históricos sobre as primeiras civilizações no nordeste antes da história contada pela colonização. Esse caminho subscreve uma forma de resgate da estrutura política organizada que transcende as delimitações de espaço, sendo uma forma de reconhecimento da origem dos antepassados, até porque, faz faria sentido utilizar um marco teórico amefricanizado e decolonial se partíssemos apenas da história contada pelo ocidente.

Por isso, nesta sessão faremos um desarquivamento dos estudos arqueológicos que evidenciam como e quem eram as primeiras civilizações do Nordeste, antes da chegada da colonização. Para isso, é necessário nos despir da história tradicional, que afirma que o ‘descobrimento do Brasil’ foi em 1500 por Pedro Álvares Cabral. Principalmente por esta narrativa fazer com que a colonização pareça um favor, para nós negros, além de apresentar o Brasil como se fosse um grande campo de mata sem humanos.

Além disso, para trazer a contextualização sobre as primeiras civilizações nordestinas, houve um esforço para não ter como base única, as mitologias, imaginários, teorias racistas, discursos

religiosos ou imagens fictícias que estão presentes nos diários e nas literaturas ocidentais. Apesar destes esforços não anularem, por completo, a presença destes elementos nas literaturas sobre o Brasil antes da colonização, por isso, como fontes primárias, foram escolhidos os resultados oriundos das pesquisas arqueológicas realizadas na região do Nordeste. Para assim, entendermos como estes grupos humanos, anteriores ao contato com os portugueses, viviam nas suas sociedades, com um marco ambiental e as interações profundas com a natureza e com os outros indivíduos (ETCHEVARNE, 1999), assim, destacamos três contextualizações sobre estes pontos.

A primeira contextualização parte dos registros presentes em uma junta de notas do documento intitulado “*Fenícios no Brasil: antiga história do Brasil de 1100 AC a 1500 dC*” do autor Ludwig Schwennhagen (1986), onde o mesmo descreve que os primeiros indícios sobre o nordeste brasileiro foi com o primeiro descobrimento, o que não aconteceu mediante Pedro Álvares Cabral em 1500, mas sim, pela frota dos povos Fenícios (Norte da Palestina) que tentaram fazer alianças com a Judeia para explorarem a Amazônia, isso foi datada em 1100 anos a.C. (SCHWENNHAGEN, 1986). Eles descrevem o lugar descoberto como “uma grande ilha, com praias lindas, rios navegáveis cobertos por imensas florestas abundantes em frutas, caça e peixe e com uma população pacífica e inteligente” (SCHWENNHAGEN, 1986, p. 34), estes exploradores continuaram navegando por muitos dias pelas partes litorâneas, em que ele pensavam que eram ilhas, na verdade, era o litoral do nordeste nas regiões de Pernambuco e Bahia (SCHWENNHAGEN, 1986).

A partir deste contexto, o autor faz uma cronologia histórica que comprova a estadia dos povos Fenícios, além das frotas dos povos Tirrenos e Etruscos, para este mesmo território, eles têm uma cultura muito forte de construção de objetos de cerâmicas. A presença deles é comprovada através da construção dos compridos aterros e dos antigos muros de pedras na Ilha de Marajó, além dos vasos cerâmicos com artes nas fitas com letras do alfabeto Etruscos, datado de 1080 a 1050 a.C. (SCHWENNHAGEN, 1986). Outra relação histórica que o autor faz é com a guerra de Tróia. Esta guerra tinha por intenção ganhar a ponte entre Europa e Ásia e por isso teve o peso de uma guerra mundial.

Para tal, foram mobilizados trinta povos da Ásia e cinquenta povos de outras tribos, que depois com a derrota de Tróia depois da sétima conquista estendeu-se para os povos Fenícios envolvidos com o comércio marítimo e como força de solidariedade a derrota dos povos troianos levando os sobreviventes para as colônias fenícias (SCHWENNHAGEN, 1986). Através destas práticas fundaram outras colônias em lugares como: Veneza, Lácio, Marrocos, Iberia e no Norte do Brasil (SCHWENNHAGEN, 1986). Este último teve uma região nomeada por Tutóia comandada pelos caciques indígena Morubixaba, que mesmo após a chegada dos europeus continuou sendo liderança da região nordeste do Brasil. O *Tutoia* foi comprovado como o nome mais antigo, sendo este

Tur-Tróia, a união dos dois nomes representam Tur, a metrópole dos Fenícios e a Tróia o centro de resistência contra invasores gregos, sendo modificado pela evolução da língua Tupi (SCHWENNHAGEN, 1986).

A segunda contextualização, sobre os primeiros habitantes de civilizações antes da colonização, foi pensada e estruturada a partir da análise dos resultados obtidos através das escavações realizadas parte deste território, que foram registradas e obras e documentos, compondo atualmente o acervo de patrimônio nacional. Apesar de parecer desconexo trazer resultados da arqueologia nesta pesquisa do campo das relações internacionais, principalmente por não ser comum na área. Isso se torna necessário para podermos entender que no nordeste, ainda nos tempos das primeiras civilizações, havia-se a relação entre território e fronteira, tinha uma conexão direta com povos, culturas e organização estrutural destas comunidades, ligados a conexão com o internacional através das vias marítimas, por isso, a vestígios de que as primeiras canoas flutuantes foram criadas no período da pré-história.

No livro ‘*Os indígenas no Nordeste*’ de Estêvão Pinto (1935), o autor descreve sobre a negação dos primeiros povos indígenas pelos colonos que eram da parte científica ou de comunidades religiosas e que descreveram teorias para legitimar essa hipótese deles, como o autor destaca: “a hipótese do botânico bávaro afigura-se-nos um mito das proporções do *El-dorado* da planura aluviônica, vestígios de antigas civilizações, perdidas no solo pátrio, não passam, fantásticos” (PINTO, 1935, p. 11). Apesar disso, relatos, registrados em 1753, de uma "cidade abandonada", com vários vasos e desenhos com descrições que presumem a presença de civilizações indígenas na chapada diamantina dos sertões da Bahia (PINTO, 1935). Pesquisas arqueológicas comprovaram que esta cidade abandonada eram, na verdade, ‘*hipogeus*’, que apesar de se considerado uma escavação ou construção subterrânea parecidas com os antigos sepulcros que eram de origem egípcia, fenícia e romana), o autor chama de olaria, foram encontrados: “louças de barro, aventais de *pudicícia*, pratos, discos, potes, lâmpadas, máscaras, amuletos, rodela, ou fusaiolas, e, notadamente, urnas antropomorfas e ídolos ou figurinhas ôcas e instrumentos de maracá, eram usados aos ritos ancestrais dos indígenas” (PINTO, 1935, p. 15-16, grifo nosso).

Além disso, parecido com estes artefatos, porém tinturados com um material brilhoso e que também foram encontrados o norte, pertenciam aos povos *Aruãs* ou *nu-arua-ques* que tinham conexão com os povos *Tupís* e *Jurunas*, que, porém, o autor destaca que foram os *Aruãs* que construíram e fizeram a olaria com todos os utensílios que o autor chama de *mound do Pacoval* (PINTO, 1935). Nesse sentido, os autores afirmam que o núcleo civilizacional indígena que fomenta a cultura do nordeste é composto pelos “*Aruãs*, *Tupis*, *Jerumas* vinculados as civilizações chichas de Costa Rica, do noroeste colombiano e do Napo, conforme se vê do mapa publicado por Max Uhle em seu trabalho *Civilizaciones mayodes de la Costa Pacífica de Sudamérica*” (PINTO,

1935, p. 19, grifo nosso).

Ainda sobre este mesmo contextualização no livro “*Pré-história do Nordeste do Brasil*”, a autora Gabriela Martin (2005), descreve no terceiro capítulo sobre ‘os primeiros nordestinos’, onde ela conta a descoberta de grupos humanos da *Furna do Estrago* no Brejo de Madre de Deus, localizado em Pernambuco (MARTIN, 2005). Por meio de escavações arqueológicas achou-se o conjunto de esqueleto que comprova a existência das populações indígenas que povoaram o médio e baixo vale do São Francisco na pré-história (MARTIN, 2005).

Os esqueletos foram achados na Gruta do Padre, em Pernambuco, estes também faziam olarias de artefatos (MARTIN, 2005), estes estudos arqueológicos estão sob a responsabilidade de Evelyn Peyre do *Musée de l'Homme* em Paris (MARTIN, 2005). Já na região da Bahia, constatado a existência de três grandes províncias rupestres, que os cientistas chamaram de "sub-tradição Central", achadas em cinco abrigos que deixaram grafismos rupestres com signos astronômicos (sol, estrelas, cometas, lunações, etc.) que considerou pertencentes a uma tradição rupestre à qual tem chamado tradição astronômica” (MARTIN, 2005, p. 120).

A terceira e última contextualização, sobre o nordeste, está muito conectada com a história da civilização do açúcar, porque estava ligada diretamente com a composição da terra nordestina. O que explicar o registro detalhado sobre as terras nos documentos que os colonos utilizavam como controle das terras, dos negros e indígenas escravizados, além da comercialização e produção das matérias-primas extraídas. Dessa forma, uma das primeiras características sobre o território do Nordeste Brasileiro, antes da colonização, foi informado no documento da Coroa Portuguesa, chamado de “Livro do almoxarifado das partes do Funchal”. Este livro era uma ata com registros dos 221 produtores mais os engenhos que administravam e o empenho da produção do açúcar (GOMES, 2019). Por exemplo, sobre cada engenho era noticiado a localização e a quantidade de canas plantadas, como foi contabilizando na região do Arquipélago da Madeira, considerada uma das maiores produtoras, produzia cerca de 100 mil arrobas de açúcar (cerca de uma tonelada e meia) em oitenta engenhos (GOMES, 2019).

No livro ata também era registrado as regiões recém descobertas em que os colonos pretendiam iniciar o plantio da cana-de-açúcar, por isso havia o registro do próximo lugar, sendo este, as Américas, tendo como responsável Cristóvão Colombo (GOMES, 2019). Este, já comandava os engenhos de açúcar e o grande comércio no Caribe e nas ilhas de Hispaniola (Haiti e a República Dominicana), onde já existiam 34 engenhos em operação (GOMES, 2019). É importante falar sobre este livro ata porque foi através dele que grupos de colonos, a mando da coroa portuguesa, decidiram investigar os territórios das Américas, apesar de não ter uma data exata do registro do primeiro plantio de cana no Brasil, afirma-se a cana foi plantada no Nordeste menos de duas décadas após a chegada de Pedro Álvares na Bahia (GOMES, 2019).

O Nordeste foi caracterizado como “território que obtinha os três dos quatro fatores essenciais à produção de açúcar: terras em abundância, solos férteis e clima quente. Faltava apenas o quarto item: mão de obra escrava” (GOMES, 2019, p. 239). O que nos leva a pensar sobre o vasto terreno de ricos solos de *massapê*⁴⁰ originários de composição de rochas calcárias, que pegava o litoral e as regiões de mata (ANDRADE, 2007), que foi dividido a partir dos avanços dos canaviais, da seguinte forma: do Norte até Goiana, administrados pela capitania de Itamaracá, para as capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba (ANDRADE, 2007).

Esta informação coincide com a ordem dada em 1516 pela Casa da Índia, que segundo o autor, funcionava como uma repartição governamental portuguesa responsável pela supervisão das colônias, controlava a distribuição dos técnicos em produção de açúcar para o Brasil, os recursos para a construção e manutenção das lavouras e engenhos (GOMES, 2019). A construção destas instituições começou durante a alta produção do pau-brasil. Por isso, elas controlavam os engenhos colocados na região nordestina, tendo registrado que em 1519 houve os primeiros lotes de açúcar, que já estavam sendo comercializados para a Antuérpia (Holanda) (GOMES, 2019). Com o passar do tempo, antes até da divisão do território brasileiro, que ficou conhecido como o sistema de Capitanias Hereditárias, considerado o primeiro esforço organizado de ocupação do Brasil, os canaviais, eram divididos da seguinte forma: do Norte até Goiana, administrados pela capitania de Itamaracá, para as capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba (ANDRADE, 2007; GOMES, 2019).

Salvador se tornou a capital de toda a Colônia, servindo como uma região administrativa responsável por todo desenvolvimento do comércio canavieiro do Recôncavo Baiano (ANDRADE, 2007). Sendo que durante este processo, ficou mais evidente a falta de mão de obra para a produção do capital, com os grandes problemas que os senhores de engenho tiveram pela captura de milhares de indígenas (ANDRADE, 2007). Resolveram mudar o *modus operandi*, quando Mem de Sá, “ordenou a redução em 40% das tarifas alfandegárias para a entrada de cativos africanos no Brasil, visando estimular a produção de açúcar” (ANDRADE, 2007, p. 16).

Consequentemente, podemos considerar que a entrada do nordeste baiano no comércio colonial pode ser justificada por dois motivos. O primeiro foi principalmente através das investidas de avanço do comércio nas vias marítimas guiado pelo conhecimento sobre a frequência das correntes marítimas (SILVA, 2014). Estas, envolviam o conhecimento sobre a direção dos ventos e assim traçavam os itinerários dos navios os guiando para os melhores portos com maiores riquezas (SILVA, 2014). Por Portugal ter estes conhecimentos eles os utilizaram para constatar a

⁴⁰ Em pesquisas recentes, o *massapê* continua sendo o solo de cor bem escura, quase preta, encontrado na região litorânea do nordeste brasileiro, possui na sua composição argila, surge através da decomposição do granito, e especificamente em regiões tropicais. (FILHO & AZEVEDO, 2023, p. 1)

impossibilidade da rota direcionada a chegada na Índia contornando a África, alegaram que o mais vantajoso seria navegar no sentido sudoeste, em direção ao Brasil, e, na altura do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco (GOMES, 2019).

Já o segundo motivo é justamente para que se mantivesse a comercialização dos negros capturados na África, pois, estes eram uma das mercadorias mais valiosas para o comércio colonial, o que justifica a mudança de rota no atlântico, que se dirigia para o sudeste, rumo à África do Sul (GOMES, 2019). Esse prolongamento de rota ficou conhecido como ‘volta grande’, que só os portugueses conheciam, essa volta grande serviu como bússola para outros colonos, como foi o caso da chegada de Pedro Álvares Cabral na Bahia (GOMES, 2019). Ambas as motivações, foram executadas para conservação do sistema mercantil continuasse erguido, tendo como objetivo comum entre os colonizadores, os negros sendo o produto de exportação mais importante da África, e o açúcar sendo o produto de exportação mais importante das Índias Ocidentais, que neste caso, esse açúcar seria produzido e comercializado na região nordestina nos estados de Pernambuco, Bahia e no sudeste no Rio de Janeiro. (GOMES, 2019). Para podermos entender, como estava organizado este comércio nas vias marítimas do Atlântico até o desembarque nas costas nordestinas, na sessão seguinte se descreve toda a organização e geopolítica deste comércio.

2.2 A GEOPOLÍTICA DO OCEANO ATLÂNTICO E O MERCADO TRIANGULAR

A partir desta sessão, a história do Nordeste será modificada devido à chegada da colonização, antes de 1500, com a chegada dos holandeses, com a leva de escravizados africanos e a implementação das primeiras indústrias açucareiras no recôncavo da Bahia (FLORENTINO, 1997; GOMES, 2019), e durante 1500, com a frase ‘terra à vista’, com a chegada das caravelas portuguesas. Porém, antes de adentrarmos nestes contextos devemos entender a geopolítica estabelecida no oceano atlântico e como este espaço foi essencial para que a colonização chegasse nas encostas no Nordeste. Partindo do ponto que o tráfico negreiro foi um negócio do setor mercantil, é válido lembrar que as formas assumidas por este modelo referente a circulação do capital referem-se ao capitalismo racial enquanto modelo, já que o núcleo mercantil com a produção de altos lucros só aconteceu pela empreitada negreira (FLORENTINO, 1997).

Porém, é bem verdade que esse sistema não foi regido de forma aleatória ou do acaso, já que houve uma estrutura tecnológica e politicamente regida em forma de triângulo no atlântico. A priori, para podermos entender sobre a operacionalização desse sistema, entenderemos como era regido o comércio entre os oceanos, que chamo de geopolítica, dentro desse contexto. Podemos salientar que o início do comércio colonial, foi marcado com violência e dominação, que já era operacionalizado no Oceano Índico, sendo o fator que fortaleceu alguns países europeus para

manter o comércio triangular no Oceano Atlântico e que depois, este comércio se expande para o nordeste brasileiro. Nesses processos sempre destacando que em ambas as estruturas a simbiose entre raça, escravidão e capitalismo racial estão presentes como fator base da movimentação de capital e enriquecimento dos países europeus.

Primeiramente, de forma breve, entenderemos qual o sentido da utilização da expressão geopolítica do oceano Atlântico, que nesta pesquisa, pretendo guiar este termo como uma forma de interpretação das ações de movimentação, organização e administração do mercado colonial no Atlântico. Para isso, primeiro destacam-se os pontos trazidos na obra *“Geopolítica: poder e território”*, no capítulo escrito por Carlos Rosa (2021), intitulado ‘Geopolítica: uma apreciação histórica’, em que ele, faz uma breve introdução sobre a origem da palavra geopolítica, destacando que surgiu mediante um artigo publicado pelo sueco Rudolf Kjellén, em 1994, que utilizou o termo ‘*geopolitik*’ no artigo publicado no jornal geográfico sueco de nome Ymer (ROSA, 2021). Sendo que ambos consideravam a geopolítica como um organismo vivo, que para se formar como tal, estava dependente de dois elementos principais, que seria o povo e o território, o que deu forma suficiente para se agregar as vertentes jurídica, econômica e social (ROSA, 2021).

Também, os primeiros conceitos que a geopolítica foi enquadrada era determinado a partir do contexto histórico que estava subscrito, por isso, o sentido da geopolítica, nesta sessão, será para explicar os fatores que se aglutinaram nas fases políticas envolvendo imperialismo unido com o fenômeno das guerras e a formação estrutural de uma nova ordem mundial promovida pelo ocidente voltados para o Nordeste. No livro *“The Geopolitics Reader”* do autor Ó Tuathail (2003), segundo ele, estes elementos marcam cinco momentos essenciais para entender cada conceito da geopolítica, que são: “o imperialismo; a Guerra Fria; a Nova Ordem Mundial; meio ambiente e a antigeopolítica, sendo que cada um desses momentos incorporaria aspectos peculiares ao conceito de geopolítica (Ó TUATHAIL, 2003, p. 55; ROSA, 2021). Porém, nesta seção, será analisada a geopolítica no momento do imperialismo e sua expansão, começando pelo ponto em que o autor aponta que essa geopolítica se torna geopolítica imperialista, por ter sido utilizada no período do imperialismo em conjunto com o colonialismo do final do século XIX (Ó TUATHAIL, 2003).

O que significa que ela representou uma prática de domínio justificado pela necessidade da busca pelo espaço vital, ou seja, a última instância da sobrevivência dos povos, cujo crescimento econômico era parte dessa necessidade de sobrevivência, sendo regulado pelas Leis impostas pelos Estados, principalmente por defenderem a necessidade deste crescimento através das teorias políticas, o que tornou o imperialismo uma empresa exclusivamente estatal (Ó TUATHAIL, 2003). Dessa forma, neste espaço vital, quem delimitava as fronteiras eram as colônias, que além de serem as supridoras de recursos, de diversas naturezas, desenvolveram uma política expansionista cuja necessidade de crescimento era explicada ‘cientificamente’ pela analogia da sobrevivência,

tornando assim o imperialismo em uma empresa estatal (Ó TUATHAIL, 2003).

Neste momento de expansionismo da geopolítica imperialista, pelo Atlântico, denota a relação do imperialismo unido com o fenômeno das guerras, considerando que este imperialismo ocorreu pela colonização (SALGADO, 2018). Tornando essa geopolítica imperialista dependente da escravidão, do capitalismo racial e do modelos de política pacífica. Que mais tarde seria entendido pelos processos para paz entre os Estados, ora colonos, ora levantes do imperialismo (SALGADO, 2018). Nesses aspectos, podemos citar como exemplo, a Guerra da sucessão espanhola (1702-1714), está desencadeou a luta contra os piratas que saqueavam os navios negreiros, além de motivar e influenciar a unificação com a entidade militar chamada de ‘Marinha de Guerra Francesa⁴¹’ (atual *La Royale*)⁴².

O que incentivou a criação da La Royale, foi a necessidade de ter uma extrema proteção das mercadorias (escravizados e alimentos), como também, o fortalecimento de uma organização para continuação da estrutura escravista, fortalecendo três pontos: primeiro ponto a proteção no ‘Porto da América Portuguesa⁴³’, que era a costa litorânea do norte do Brasil, controlada por Portugal, Espanha e França. o tráfico de escravizados liderado pela França, na cidade de Salvador e Rio de Janeiro e Portugal controlando ouro, pedras preciosas e escravizados capturados na África para São Paulo (FRANÇA & HUE, 2014). Segundo ponto os investimentos nas colônias da América e nas frotas, eram para garantir a segurança da carga e garantia de uma linha de frente para atacar os navios que não possuíam autorização (cartas de corso) (FRANÇA & HUE, 2014).

Caso os navios tivessem esta carta, poderiam transportar suas cargas, porém seria cobrado um valor correspondente a partilha de lucros, que custaria tanto os ataques das embarcações de outras potências estrangeiras, como acontecia com Portugal. Essa estrutura de fiscalização do tráfico escravista resultou na formação (FRANÇA & HUE, 2014). Terceiro ponto foi através da Marinha de Guerra Francesa que também possuía um sistema fortalecido para defesa de costas com os navios de guerra conhecidos como ‘couraçados costeiros’ estes foram utilizados na Primeira e Segunda Guerra Mundial pelas vias marítimas contra o bloqueio de navios escravistas feito pela Inglaterra (SARAIVA, 2017; SALGADO, 2018).

⁴¹Esse dispositivo nacional surgiu com a criação da base francesa de Leixões em 1997, para utilizar a força contra os concorrentes do comércio escravista da França e de Portugal, que nesse período tinham uma aliança econômica. Essa base foi solicitada a pedido urgente ao Governo Português para ficar permanentemente nesse porto, objetivando a utilização destes navios para a luta antissubmarina liderada pelo capitão do Porto de Leixões contra os britânicos. (SALGADO, 2018)

⁴²É o ramo naval das Forças Armadas Francesas com uma das mais tecnológicas frotas navais de combate de navios-patrolha com porta-aviões de propulsão nuclear, além de dez submarinos com lançadores de mísseis balísticos intercontinentais. (SALGADO, 2018; SALGADO, 2018)

⁴³Era a costa litorânea do Rio de Janeiro, sendo um dos pontos mais importantes para o comércio colonial, principalmente a carga de escravos que saía de Lisboa, uma frota carregada de mercadorias que, após deixar a carga no porto da cidade e depois voltava para a Europa com quantidade do metal, extraído “das minas de São Paulo vendidos no Rio de Janeiro. (FRANÇA & HUE, 2014, p.75)

Ou seja, a geopolítica imperialista dependia da geografia para se expandir para outros territórios, sendo que o autor identificou o papel do estado como um bloco de gerenciamento desta. Dessa forma, quando trazemos este sentido de geopolítica, ela não está limitada apenas nos espaços geográficos de terra, mas, foi utilizada principalmente nos oceanos, os transformando em espaços de disputas, guerras e a principal rota de expansão do empreendedorismo colonial.

Desta forma, na obra *“The Influence of Sea Power Upon History”*, o autor Alfred Mahan (1890) destaca que a guerra no mar e a estratégia naval, tornou o sentido da palavra geopolítica em práticas de legitimação dos ordenamentos administrativos que envolviam o controle e o poder das vias marítimas (MAHAN, 1890). Já que este controle estava relacionado com os fatores que o autor aponta de “estratégias navais que envolviam a posição geográfica, conformação física, extensão do território, tamanho da população, caráter nacional e o caráter do governo” (MAHAN, 1890, p. 20).

Com estas afirmações o autor demonstra que a geografia da superfície marítima só seria importante para o Estado se o mesmo o pudesse controlar, pois, sem este controle, o Estado não poderia se tornar potência, não teria um alto desenvolvimento comercial, bélico, expansionista ou qualquer outro tipo de recurso (MAHAN, 1890). Dessa forma, Mahan, apresentou a geopolítica enquanto ação política que desencadeou e legitimou, no período colonial, o desenvolvimento do expansionismo imperialista, tanto no âmbito terrestre quanto no marítimo (MAHAN, 1890).

Estes pontos, sobre a necessidade de domínio marítimo sendo regido pela geopolítica imperialista, que utilizava o poder bélico enquanto ferramenta de coerção tendo como bula a geografia política, foi defendido pelos colonos e até nazistas (ROSA, 2021). Entre estes temos Mackinder que defendia como base para o desenvolvimento a expansão do Estado como potencialidade geográfica (ROSA, 2021). Spykman (2008), também afirma que o imperialismo e o poder bélico, além de fomentaram o nazismo reafirmaram as teorias darwinistas, defendendo que a geopolítica imperialista era necessária, pois a ciência do condicionamento do processo político da terra, que depende da geografia política para manter as estruturas de poder e suas ações nestes espaços geográficos (SPYKMAN, 2008; ROSA, 2021).

Partindo destes pontos, entendendo que a geopolítica do atlântico foi uma geopolítica imperialista, que expandiu a colonização, mas, esse modelo político não surgiu no atlântico, ele vem das correntes marítimas de outro oceano, sendo o Índico. Por isso é necessário entender sobre esta relação e da articulação do comércio colonial no Oceano Índico que contribuiu para a manutenção do poder europeu no fomento do comércio triangular marítimo. Partiremos do ponto em que a Europa começou dominando o Índico, articulando estrategicamente a expansão do seu domínio através do Atlântico. Sendo que esta expansão desencadeou três fatores centrais, tanto para continuação desse comércio quanto para a entrada da região do nordeste baiano no comércio triangular marítimo no Atlântico.

O primeiro fator foi o fortalecimento bélico e econômico dos portugueses, que conseguiram em um curto tempo, desmontar as redes mercantis muçulmanas e controlar o oceano Índico, através do fechamento exclusivamente para desenvolvimento do comércio de Portugal (SILVA, 2014). Isso se deu através da violência, bombardeamentos de cidades mercantis e a sistemática perseguição das embarcações árabes e indianas, que lideram o comércio de produtos no Índico (SILVA, 2014). Nessa estrutura comercial, entre os produtos que eram exportados, importados e as regiões estavam: noz-moscada nas Malucas e passavam por Java, pimenta trazida de Malabar, no golfo de Cambaia, o carregamento de musselinas e outros tecidos finos de algodão de fios de ouro ou prata (SILVA, 2014). Estes produtos eram levados pelo Índico para serem vendidos nos portos do golfo pérsico e do mar Vermelho, depois por terra, para os comerciantes do Mediterrâneo (SILVA, 2014).

Nesse processo, se desencadeou o segundo fator, que estava relacionado com a necessidade dos portugueses em fortalecer o poder bélico para continuar controlando as águas do Índico, as tornando numa forma de império de seu comércio (SILVA, 2014). Neste caso, era mais fácil dominar os locais que transitavam para ampliação deste comércio entre o Sunda, Malaca, Ormuz e o Bab-el-Mandeb (SILVA, 2014). Além disso, sempre estavam preparados, militarmente, e colocavam nos portos navios armados para proteger e bloquear a passagem dos seus adversários (SILVA, 2014). Nesse formato de guerras e disputas, Portugal se tornou dono do mercado do ouro e de matiz amarelo, do outro lado do Saara, administrando nas vias terrestres os comerciantes, compradores e as famílias que administravam essa mercadoria (SILVA, 2014).

O terceiro e último fator, refere-se ao início da formação de um sistema de imposto nas vias marítimas do Índico, por meio de entidades que recolhiam os impostos referente as taxas para navegar no mar e o pedágio que eram cobrados pelos portugueses, como ressalta o autor (SILVA, 2014). Que “o regime dos cartazes” significava pagar taxas aos portugueses para navegar nas águas, que antes eram de livre circulação sem nenhum tipo de imposto (SILVA, 2014, p. 17). Porém, depois da implementação dos impostos obrigatórios, aqueles que se recusassem a pagar os cartazes eram violentamente punidos e proibidos de circular nesse oceano, sendo que os capitais recolhidos pelos cartazes, eram para investir nas armas das embarcações portuguesas (SILVA, 2014).

Apesar dos portugueses estarem com altos lucros e dominando o oceano Índico, em meados do século XVII, houve uma grande mudança nessa estrutura, pois começaram os conflitos pelo domínio do comércio nesse espaço provocado pelos holandeses e britânicos que conseguiram deslocar os portugueses destas conquistas (SILVA, 2014). Por um lado os ingleses tomaram Ormuz, em 1622 e no outro os holandeses tomaram Malaca, em 1641, sendo que após estas conquistas ambos continuavam disputando entre si pelo controle do comércio dos muçulmanos (SILVA, 2014). A expulsão definitiva dos portugueses aconteceu pelos *omanis* (muçulmanos) que conseguiram construir barcos e armá-los com canhões imitando os europeus, e assim, expulsaram os portugueses

do forte de Mascate (SILVA, 2014).

Porém, nem tudo estava perdido para Portugal, podemos dizer considerar que o país tinha cartas na manga, que nenhum outro país tinha. De forma mais direta podemos alegar, enquanto vantagem responsável por colocar novamente Portugal no topo da liderança do comércio, foi o desenvolvimento de tecnologias, exclusivamente criadas pelo país para facilitar o transporte de escravizados e mercadorias na rota marítima do Atlântico, que dava os maiores lucros para a Europa (GOMES, 2019). Para que estas tecnologias fossem melhor articuladas houve uma ligação internacional entre Portugal, Inglaterra e Espanha, o que também explica o desenvolvimento positivo do que mais tarde seria denominado por ‘comércio triangular marítimo’ (WILLIAMS, 2012).

Podemos dividir esta estrutura de fornecimento das tecnologias da seguinte forma: os ingleses produziram tanto os canhões de ferro fundido, que se disseminou pelas forças militares de todo o continente e os portugueses dominavam a ciência náutica com produção de cartografias marítimas e interpretação da bússola e a Espanha desenvolve, inicialmente, o comércio bélico com Portugal e da mão de obra tanto espanhola quanto italiana para exportação destas armas (CIPOLLA, 1965; REDIKER, 2008). Dessa forma, esta estrutura mercante de tecnologias é descrita na obra “*Guns sails and empires: technological innovation and the early phases of European expansion 1400-1700*” de Carlos Cipolla (1965), o autor menciona que graças a dois avanços tecnológicos distintivos que fizeram a Europa conquistar o mundo. O primeiro foram os canhões fabricados pelos ingleses, a priori, o autor explica que havia um comércio entre a Europa e os muçulmanos, este último, levou esta produção de materiais bélicos na Espanha e na Ásia em 1364 (CIPOLLA, 1965).

Além disso, os canhões foram usados pelos indianos em 1368, depois pelos otomanos em Kosovo e mais tarde na guerra entre turcos e alemães, dando vitória aos turcos, a procura por canhões aumentou muito no século XVI e no XV (CIPOLLA, 1965). Nesse período, se formou a aliança econômica entre Inglaterra e Alemanha que vendia canhões e manufaturados para a confecção dos navios negreiros, vendidos para Portugal e Espanha, o que tornou Portugal o maior centro de comercialização e distribuição de artilharias e navios mercantes (CIPOLLA, 1965).

O segundo foi a arquitetura naval para a construção naval fortemente presente no Norte do Mediterrâneo funcionando a todo vapor com suas indústrias. O autor explica que através de um *astrolábio*⁴⁴ persa foi construída a bússola magnética usada pelos europeus nas navegações (CIPOLLA, 1965). E as cartas náuticas, que eram como cartografias marítimas, e navegações astronômicas, foram desenvolvidas neste mesmo período, com a contribuição dos muçulmanos e dos chineses (CIPOLLA, 1965). Apesar do autor não deixa claro como os portugueses tiveram

⁴⁴ Antigo equipamento astronômico, criado para medir a distância das estrelas a partir do horizonte e guiar navegadores ao mar. Foi muito utilizado no mundo árabe desde a Alta Idade Média, e disseminado pela Europa a partir do século X tendo suas origens no século II. (CORRÊA, 2023, p. 2-4)

acesso a estas ferramentas tecnológicas, ele explica que foram os portugueses que as utilizavam no século XV, as aprimorando e conseguiram calcular a posição, no mar, de latitude observada e cálculos para medir a extensão geográfica convertidas em léguas (CIPOLLA, 1965).

Já a estrutura da arquitetura naval foi copiada e avançada pelos holandeses, observando a construção naval científica dos venezianos (moradores de Veneza), que possuíam mais de 1.400 navios mercantes com 400 toneladas, estes navios possuíam o formato redondo construídos para fins militares, o que rendiam lucros para Veneza no comércio de aparatos militares (CIPOLLA, 1965). Dos chamados ‘navios redondos’, que foi sendo modificado pouco a pouco, passando por navio comprido a remos até a refinada formação (CIPOLLA, 1965). Estas duas tecnologias se uniram, os navios começaram a ser construídos para suportarem pesados canhões, que na obra “*The Slave Ship: A Human History*” de Rediker (2008), vai destacar que “os europeus utilizaram estas tecnologias para navegar, explorar e dominar o alto-mar, visando a comerciar, lutar, apoderar-se de novas terras, saquear e construir impérios e assim estabeleceram uma nova ordem capitalista. Logo se tornaram os senhores do planeta” (REDIKER, 2008, p. 51).

Apesar destas ferramentas tecnológicas serem centrais para o domínio europeu pelo mundo, a que colocou Portugal na frente dos demais países, utilizando astrolábio persa e a bússola magnética, tinha além da posição, no mar, os cálculos da latitude e as léguas (CIPOLLA, 1965). Eles conseguiram assim interpretar a complexidade eólica do sistema de ventos e correntes presentes no oceano atlântico, sendo este conhecimento vital para que os navegadores lusitanos continuassem capturados negros na África (GOMES, 2019). Por isso, os portugueses conseguiam escolher as melhores rotas marítimas e assim orientava as futuras embarcações sobre onde poderiam ancorar os navios e qual a corrente marítima deveriam pega para não terem prejuízos com a carga e os caminhos que os levariam com mais rapidez de um lado a outro no Atlântico (GOMES, 2019).

Consequentemente, o domínio destes conhecimentos e destas ferramentas deram aos portugueses o poder de controlar o comércio colonial do local de embarque ao destino, já que eles desenhavam a melhor rota, que estava em consonância com as funcionalidades das correntes e ventos (GOMES, 2019). Por exemplo, a rota ao sul do Equador, a meio caminho entre a África e o Brasil, as correntes dos ventos estavam em sentido anti-horário, por isso, os velejadores eram orientados e pegar a Corrente de Benguela, que não daria problema para os que saíssem do Rio de Janeiro com destino a Angola (ALENCASTRO, 2000; GOMES, 2019). Estes conhecimentos, também, desencadearam consequências que estão diretamente ligadas tanto com a expansão do tráfico negreiro quanto na criação de dois sistemas diferentes de comércio de escravos no Atlântico.

Que Gomes (2019) traz o sistema que foi dominado pelos britânicos, franceses e holandeses, estes seguiam as rotas em direção às regiões mais acima da Linha do Equador, entre Gana e Senegal, e levaria às ilhas do Caribe (GOMES, 2019). O outro sendo o caminho que retornavam

para a Europa, para novamente abastecer os navios de mercadorias, e depois voltavam novamente para a África (GOMES, 2019). Estas rotas comerciais, são destacadas por formarem um dos maiores fluxos econômicos de escravizados e produtos (GOMES, 2019). Na obra *'Capitalismo e Escravidão'* de Eric Williams, na versão datada em 2012, de forma resumida, o autor afirma que o comércio triangular no oceano atlântico era formado pela Inglaterra com os produtos de exportação, a África com a mercadoria humana e a França forneciam os navios e manufaturados (WILLIAMS, 2012). Este sistema formava um triângulo, no oceano atlântico, em que os produtos saíam da metrópole (centro urbanos) com uma carga de artigos das fazendas e matérias-primas coloniais, nos navios negreiros na costa da África (WILLIAMS, 2012). É importante falar sobre o mercado triangular marítimo, pois foi através dele que os portugueses retomaram o controle do comércio colonial e expandiu esse comércio para além dos países que estavam envolvidos (WILLIAMS, 2012).

Vale ressaltar que, na medida que o volume do comércio aumentou, o comércio triangular foi complementado, mas nunca substituído por outro pelo comércio direto entre os países de origem, conforme destacado na nova versão da obra *'Capitalism and Slavery'*⁴⁵, de Eric Williams (2021). Graças a esta complementação, o comércio triangular, que em outrora envolvia Inglaterra, França e a África, passou a incluir a América Colonial, ambos abasteciam os navios com as exportações, sendo que a África continuava contribuindo com a mercadoria humana, plantações e as matérias-primas coloniais (WILLIAMS, 2021).

Já para a produção do capital funcionava da seguinte forma: os navios negreiros partiam do país de origem abastecidos com os produtos manufaturados, ao chegar nas costas da África estes eram trocados por uma parte dos negros africanos e a outra parte destes eram negociados nas plantações para gerar outro capital ao serem trocados por produtos coloniais, levadas em seguida de volta ao país de origem (WILLIAMS, 2021).

Dessa forma, o autor destaca que, neste comércio, os negros foram comprados para serem máquinas de manufaturas britânicas, uma parte destes eram transportados para as plantações, para produzirem açúcar, algodão, índigo, melão e outros produtos tropicais, já para preparo, processamento e venda destes produtos foi preciso a criação de novas indústrias na Inglaterra. Como ponderado pelo autor, a manutenção destes negros escravizados e de seus proprietários nas plantações desencadeou outro mercado para a indústria britânica, que envolvia a agricultura para alimentar os povos da chamada Nova Inglaterra e a pesca na Terra Nova (WILLIAMS, 2021).

Por isso, o autor afirma que em 1750, dificilmente existia uma cidade comercial ou industrial na Inglaterra que não estivesse de alguma forma ligada ao comércio triangular ou colonial direto, sendo que, os lucros obtidos em ambas as modalidades representavam a fonte de acumulação de

⁴⁵ Edição com prefácio atualizado

capital na Inglaterra, sendo responsável pelo financiamento da economia industrial (WILLIAMS, 2021).

Também, segundo Smith, a descoberta da América e a rota do Cabo para a Índia são “os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade” (SMITH, 2017, p.32). A importância da descoberta da América não residiu nos metais preciosos que forneceu, mas no novo e inesgotável mercado que proporcionou às mercadorias europeias (SMITH, 2017). Um dos seus principais efeitos foi “elevar o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que de outra forma nunca poderia ter alcançado” (SMITH, 2017, p. 33) deu origem a um enorme aumento no comércio mundial, os séculos XVII e XVIII foram os séculos do comércio, assim como o século XIX foi o século da produção (SMITH, 2017). Ou seja, antes este comércio era formado por Inglaterra, França e África, porém, depois do alto desenvolvimento de outros mercados e indústrias, elevando o sistema mercantilista, tendo por principal produto o açúcar, ele passou a ter um formato ampliado envolvendo a América Colonial (SMITH, 2017; WILLIAMS, 2021).

Sendo através disso que Portugal se torna, novamente, um dos maiores controladores do mercado colonial nas vias marítimas, já que além de ter iniciado movimento de expansão internacional, não podemos esquecer que foi dando ao país o poder de se tornar proprietário, após a reivindicação pelos territórios em que Portugal alegou, que os povos das Américas, se enquadram no âmbito de uma bula papal de 1455, por estes serem infiéis ao deus único, por isso, esta bula papal lhes davam autoridade de reduzir à servidão destes e de todos os outros povos infiéis (GOMES, 2019).

Isso fez com que Portugal conseguisse a autorização que a bula estabelecia sobre uma linha de demarcação entre as possessões coloniais dos dois estados: “o Oriente foi para Portugal e o Ocidente para Espanha. Mais tarde, Portugal reivindicou, conseguindo acordos mais satisfatórios no Tratado de Tordesilhas, que retificou a antiga decisão papal de permitir a propriedade portuguesa do Brasil” (GOMES, 2019, p. 33).

Com a entrada da América colonial no comércio triangular, que também foi dominado pelos portugueses, as navegações saíam ao sul da Linha do Equador levando as mercadorias diretamente ao litoral brasileiro. Entre estas mercadorias estavam os escravizados, que eram capturados nos territórios da República do Benin e dos dois Congos em Angola com direção a América colonial, desaguando nas costas marítimas de Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro (GOMES, 2019). Podemos afirmar, a priori, que foi dessa forma que a região do nordeste baiano entrou no sistema internacional, assim como África, como regiões para agrupar e expandir o comércio colonial. Outro ponto, se refere ao motivo da entrada dessa região, que para o autor começou por meio de duas grandes ações envolvendo conhecimento científico e tecnologias na dentro da história das navegações no Atlântico (GOMES, 2019).

Em muitas obras, os autores explicam sobre a descoberta do Brasil a partir da chegada dos

colonos pelo Atlântico no litoral do país, constatando que foi na região do nordeste. Brevemente, se for necessário entendermos a diferença entre região norte e região nordeste do Brasil, está na composição dos estados, a região norte é composta pelos estados: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (ROCHA, 2010). Durante essa pesquisa, quando utilizamos a palavra ‘nordeste baiano’, estamos nos referindo às regiões que estão nos espaços geográficos do litoral ao sertão. Sobre estes apontes, no livro “*Geografia do Nordeste*”, a autora Aristotélina Rocha (2010), explica que a essa região é organizada pelas partes: do litoral, agreste e sertão, tendo como composição geográfica os estados e suas respectivas cidades: Maranhão (São Luís), Piauí (Teresina), Ceará (Fortaleza), Rio Grande do Norte (Natal), Paraíba (João Pessoa), Pernambuco (Recife), Alagoas (Maceió), Sergipe (Aracaju) e Bahia (Salvador) (ROCHA, 2010).

Segundo a autora, a necessidade de dividir o território partiu dos colonizadores que reivindicavam seus espaços para o desenvolvimento do capitalismo comercial durante o ‘descobrimento’ (ROCHA, 2010). Além disso, ela explica que o povoamento do Nordeste foi fundamental para uma economia primária-exportadora com sucessões de naturezas, intensidade e extensão distintas, por isso, praticou-se o extrativismo no litoral, a agroindústria canavieira na Zona da Mata, a pecuária no interior até as terras do Norte, o algodão e o arroz com produções no Meio-Norte e a produção do cacau no sudeste baiano (ROCHA, 2010). Sobre o uso da expressão ‘nordeste baiano’ me refiro justamente ao extrativismo que foi desenvolvido no litoral, onde se concentrou tanto a comercialização de escravizados, como também se conectou muito com a prática da agroindústria canavieira na mata, ou seja, nas regiões de alta concentração da fauna e flora (ROCHA, 2010).

2.3 CACHAÇA, TABACO E TECIDO DE ANGOLA PARA BAHIA

Apesar de Pernambuco ter sido distinguido como uma das primeiras e mais importantes capitânicas hereditárias do Brasil na produção do açúcar, isso não seria possível sem a mão de obra da empreitada negreira. Isso marca a relação entre Brasil e África, mais especificamente e a relação entre a Bahia e a Angola, principalmente por serem pontos centrais, no sentido geográfico, que facilitava o transporte de materiais e escravizados entre ambos os países. Nesta seção o debate será dividido em duas centralidades para articular os argumentos e evidências sobre estes apontamentos, o primeiro irá se debruçar sobre a relação Brasil e África em relação aos transportes marítimos dos negros e ligação política. O segundo denota o papel da Bahia neste fluxo e a comercialização com a Angola e como estas mercadorias intensificaram este comércio direcionado para Salvador.

Em relação à primeira centralidade, a relação Brasil e África se torna um tema delicado porque o Brasil foi dominado pelos colonos que vinham de diferentes regiões do ocidente e que controlavam o comércio colonial nas vias marítimas e terrestres. Por isso, esta relação era exclusivamente uma

forma dos colonos continuarem capturando negros no Continente africano de forma violenta e com cada vez mais frequência, o que não foi aceito de forma totalmente pacífica entre os africanos. Segundo relatos destacados na obra *'Way of Death: Merchant Capitalism and the Angola Slave Trade 1730-1830'*, o autor Joseph Miller (1978), destaca que os escravos, comprados por um valor baixo em Angola, eram direcionados para capitânicas do norte do Brasil (Pará e Maranhão) e para o nordeste (Bahia e Pernambuco), para serem explorados no comércio ilegal, porém tolerado, do estuário da prata, o comércio do tabaco e no setor de exportação do açúcar, o que justifica o auto crescimento, a nível global, o número de exportações de Angola para o Brasil (MILLER, 1978).

Segundo o autor, o que ficou considerado como *'O comércio do Rio la Prata'*, foi o que salvou a economia brasileira do endividamento com a coroa portuguesa durante o período que ela dependia exclusivamente do comércio colonial (MILLER, 1978). Começando, principalmente, pela queda no preço do açúcar em Lisboa, os monopólios e proibições da comercialização do tabaco, considerado de alta qualidade, além da proibição do comércio brasileiro de aguardentes (cachaça) (MILLER, 1978). Essas proibições foram centrais para inibir a competição com o comércio dos vinhos do norte de Portugal, fizeram com que os fazendeiros e os comerciantes buscassem outras fontes de gerar riquezas (MILLER, 1978). Dessa forma, houve uma mudança na estratégia na economia colonial para continuar gerar lucro para os colonos. A primeira delas foi investir no crescimento do comércio de escravizados africanos de Angola e tarifar este fluxo de escravizados, já que era um elo vital na cadeia econômica brasileira na extração e comercialização do ouro e da e prata (MILLER, 1978).

Esta prata, principalmente, as extraídas em Minas Gerais, eram levadas para Espanha e depois enviada para a Ásia, vendida com alto preço com formas de jóias e considerada prata espanhola (MILLER, 1978). A segunda estratégia foi desenvolvida dentro da Bahia, o comércio do ouro de Minas Gerais vendido no Baixo Guiné depois transformados em produtos britânicos, franceses e holandeses, o que intensificou a escravidão no estado, foi convertido pelo comércio do tabaco, que eram comprados com os africanos e vendido para os europeus (MILLER, 1978). Outro ponto comercial, com políticas agressivas da metrópole baiana, foi a venda dos escravizados angolanos e os produtos agrícolas, açúcar, cachaça (aguardente) e o tabaco, serviam como moedas de troca pela carne seca e couro da Argentina (MILLER, 1978).

O autor também destaca que, que foi através do comércio da prata extraídas em Minas Gerais e comercializada para o mundo deu origem, século XIX, da escravatura em Angola (Luanda) somada a compra e venda dos asiáticos, ambos escravizados no sistema comercial da prata espanhola, de origem mineira, vendida no Caribe (MILLER, 1978). Porém, em 1648, Luanda foi devolvida para a autoridade portuguesa, o que fez a Espanha liberar licenças com prazo limitado para cidadãos espanhóis, que estavam sob a proteção capital mercantil dos britânicos, para continuar capturando

escravizados na costa angolana (MILLER, 1978). Ou seja, o autor deixa evidente que a ligação entre Brasil e África foi às práticas do extrativismo e do mercantilismo, porém para que ambas ferramentas fossem eficazes e conseguisse se expandir para outros continentes a mão de obra barata tinha que ser mais que barata, tinha que ser de fácil acesso e de uma foto inesgotável.

O que nos faz entender o segundo ponto desta sessão que é denota qual foi papel da Bahia dentro desta estrutura e fluxo do comércio colonial com a Angola, apesar que o autor acima já adiantou trazendo um ponto importante, de que através da alta movimentação deste comércio no território baiano outros estados entram funcionando como extensões comerciais regidas por capitânias. Sendo que através dessa evidência do estado que nos guiava a entender as ligações internacionais conectadas pela comercialização dessas mercadorias da Bahia centralizando em Salvador.

Segundo, Alencastro (2000), destaca que esse papel cumpre o exercício de deportação da gente angolana para as terras americanas, porém, com um movimento inverso que singulariza nossa história colonial (ALENCASTRO, 2000). O autor destaca também que estas “exportações de mercadorias brasileiras para a África, unindo duas margens do oceano, desenhando conjunturas econômicas, como foi o percurso: Portugal-Angola-Brasil-Portugal, Portugal-Brasil-Angola-Portugal e Brasil-Angola-Brasil” (ALENCASTRO, 2000, p. 344). Ou seja, entre este fluxo econômico de importação e exportação, cada país deste possuíam uma mercadoria específica que era mais vendida de origem própria que saíam das metrópoles centrais.

Dessa forma, essas mercadorias que estavam envolvidas nesta conjuntura econômica, se diferenciavam, a depender da região que saíam, o autor destaca que:

No século XVIII, quando as estatísticas passam a ser mais acuradas, se verifica que apenas 15% dos navios entrados no porto de Luanda vinham da Metrópole. Todo o resto da navegação para Angola, carregados de mercadorias brasileiras (mandioca, cachaça e tecidos asiáticos), saíam do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife. De Salvador zarpavam também os barcos com o tabaco baiano, que dominava o trato da Costa da Mina. Escusado dizer que uma porcentagem maior ainda desses barcos voltava direto para o litoral brasileiro: à diferença das outras mercadorias africanas (marfim, metais preciosos, etc.), os escravizados, sendo as mercadorias vivas, não podiam ser arriscados num transbordo em Lisboa e tinham de chegar logo ao seu porto brasileiro. (ALENCASTRO, 2000, p.35, grifo nosso)

O que a conjuntura comercial, tinham em comum, entre estes países, é que elas dependiam do negro escravizado para funcionar, tanto na metrópole interna de cada um quanto no transporte destas pelas vias marítimas. No trecho em destaque, o autor menciona que os maiores fluxos de embarcações saíam do Brasil com negros e mercadorias que eram de origem brasileira, como a mandioca, cachaça e o tecido que apesar de ser considerado de origem asiática estava sobre o domínio brasileiro.

Estas mercadorias saíam de metrópoles do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, como

anteriormente foi destacado, o papel econômico desses estados na economia colonial, e a da cidade de Salvador na Bahia, que estava controlando o comércio de tabaco (ALENCASTRO, 2000). Além de fazerem com frequência o percurso entre Portugal, Angola, Brasil, estes produtos também, passavam por um processo de transformação, que saíam da sua forma bruta e se tornavam objetos que depois eram vendidos com preços altos nos países da Inglaterra, Espanha e Reino Unido (ALENCASTRO, 2000).

Iremos destacar a importância que teve na abrangência desse comércio colonial, entre estes estados, três mercadorias, sendo elas: o tecido, a cachaça e o tabaco. De forma breve, será pontuado sobre a movimentação internacional que cada mercadoria proporcionou na relação entre a Bahia e a Angola, levando em consideração a facilitação do governo brasileiro em relação a estas dinâmicas. Começando pelo tecido, Gomes (2019), traz que a criação do tecido é de origem africana, passado de geração a geração, feitos por meio de teares, o cultivo do algodão era uma prática também muito antiga na África, assim com as vestimentas com bordados, sendo uma prática ensinadas no começo da infância (GOMES, 2019).

Dessa forma, o tecido é construído no tear, com o algodão cultivado e cascas e fibras de árvores, de forma artesanal, e em outras partes do continente, já havia indústria têxtil com materiais de fusos e rocas (GOMES, 2019). O autor também afirma que, por um bom tempo, o tecido era um tipo de moeda e também uma forma de demonstrar qual a posição social de determinado grupo, essa moeda de troca era muito utilizada para comprar escravizados no Golfo do Benim (GOMES, 2019).

Apesar do autor trazer a informação de que já havia um fluxo comercial de tecidos entre os africanos e suas comunidades com a chegada da colonização este tecido se tornou em moeda de troca com um valor alto, como salienta Alencastro (2000), “Da mesma maneira, não eram só escravos que saíam dos portos de trato. Além de produtos primários africanos, o Brasil importa tecidos da Senegâmbia e do Níger até meados do século XIX” (ALENCASTRO, 2000, p.47), ressaltando também que essa troca envolve o estado de Angola com a Bahia, sendo que dependia exclusivamente do tráfico negreiro e não sobrevivem à sua extinção (ALENCASTRO, 2000).

Outro sistema de troca que ocorria através do tecido, foi a ligação da Angola com o comércio do Norte da colônia através do domínio de Lisboa através das organizações de transações combinadas, trocando o tecido de mercância europeia, asiática e africana, em um comércio que ocupou quase toda a costa da Angola (ALENCASTRO, 2000). Neste mesmo momento, tanto para transportar estas mercadorias, quanto para fazer outras atividades, os escravizados ficaram cada vez mais comprados dos portugueses (ALENCASTRO, 2000).

A segunda mercadoria, para entender melhor a relação entre a Bahia e a Angola, foi a comercialização da cachaça. É interessante, como a movimentação desta mercadoria conseguimos ligar outros fatores dentro deste contexto, porque, está comercialização fazia a conexão entre o

oceano Índico e o Atlântico (ALENCASTRO, 2000). Sendo que foi nestes espaços que houve a interdição da comercialização dos navios brasileiros, o que desencadeou as rotas clandestinas nas encostas angolanas, formando uma grande rede comercial nas rotas terrestres (ALENCASTRO, 2000). Formando uma ligação comercial de cachaça de Angola para Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro, neste circuito, a moeda de troca eram os negros escravizados, sobre isso o autor destaca o seguinte trecho: “Câmara de Luanda deixará de cobrar o direito sobre as aguardentes (1500 réis por pipa), virou mercadoria de escambo que se resgata quantidade de escravos nos confins do Congo, nos Dembos e noutras partes do sertão” (ALENCASTRO, 2000, p. 42).

Na Bahia, a cachaça, era uma das principais atividades agrícolas da região, pois, reconhecida pela Câmara da Bahia, datada de 1690. Esta atividade era praticada principalmente pelos moradores do Recôncavo, que viviam da indústria da cachaça, a utilizando como moeda de troca por escravos, gerando altos lucros para os colonos da região (ALENCASTRO, 2000). Por isso, a junta política da Câmara, na época, era contra a proibição das exportações da cachaça para Angola, afirmando que isso seria um dano que afetaria a economia dos estados em cadeia (ALENCASTRO, 2000). Essa situação passou por uma reviravolta, sendo liberada novamente pelo marquês de Montebelo, na época, governador de Pernambuco, pois defendia maiores benefícios para as capitânicas, e dessa forma autorizou que continuasse a exportação da cachaça para a Angola (ALENCASTRO, 2000).

A partir desta época, a cachaça era o elemento chave do trato brasileiro em Angola, sendo uma porta de entrada para os brasileiros que comercializavam o produto no centro de Luanda (ALENCASTRO, 2000). Os lucros vindo desta comercialização voltavam para o Brasil, já no ano de 1800, o governo português tentou tributar o comércio da cachaça como acontecia com a aguardentes estrangeiras, isso foi negado pelo Conselho Ultramarino, que ameaçou destruir o comércio da cachaça em Angola e deu liberação ao Brasil (ALENCASTRO, 2000). A cachaça se torna de grande importância para as mercadorias brasileiras porque além de dominar os portos da África Central, ela conseguiu situar o Brasil como sendo um dos maiores exportadores mundiais de bebidas alcoólicas destiladas (ALENCASTRO, 2000).

Dessa forma, o autor explica que a produção somada a venda internacional de sucesso torna a cachaça brasileira em caso de comércio intercolonial português de manufaturados. Em segundo plano estava o sistema de produção e exportação de aguardente produzida através da cana-de-açúcar em Cabo Verde para a Guiné (ALENCASTRO, 2000). Destes mesmos lugares o autor menciona que saíam os “panos da terra”, uma espécie de autorização estatal para adquirir escravizados deportados, como foram os 23% dos 20 mil escravizados deportados para o Pará e o Maranhão (ALENCASTRO, 2000). O terceira e última mercadoria é o tabaco, que saia da Bahia e era levado para Angola e depois voltava para as costas brasileiras. Além deste ponto, o tabaco se torna elemento comercial importante na relação entre o Brasil com Angola conectado com a aliança

comércio entre Bahia, Irlanda e o Golfo da Guiné (ALENCASTRO, 2000).

Isso foi possível porque, depois da expulsão dos holandeses do Brasil, um tempo depois, eles reconquistaram fortaleza da Mina, por isso, Angola para manter o negócio negreiro sem intervenção dos holandeses pagava pedágio desta carga com remessas de fumos baianos para eles (ALENCASTRO, 2000). Partindo destes pressupostos, é evidente que estas conjunturas de movimentação econômica resultam dois fluxos de troca bilaterais que não só correspondem à continuidade mercantil nas vias marítima no formato do comércio triangular, que une portos da Europa, África e Brasil, quanto se expande para o mundo. Utilizando a maior tecnologia de todas que foi o capitalismo racial, pontuamos também que apesar dos elementos que compõem a economia colonial ocorrerem em tempo e espaços diferentes, eles estão na mesma cadeia de estrutural que o ocidente orquestrou para expandir a colonização e esta cadeia não fusionaria ou existiria sem a escravidão negra.

2.4 A TECNOLOGIA DO CORPO: DE PERNAMBUCO PARA SALVADOR

Na seção anterior, para desenhar como foi a operacionalização da expansão do comércio triangular marítimo para o Nordeste, foi necessária a criação e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas no sentido de materiais manufaturados. Nesta seção, trato como tecnologia corpórea, o próprio capitalismo racial, principalmente por ele depender, para ser operacionalizado, do corpo negro e da mão de obra escravizada na geração do capital, a partir dele que o Nordeste, especificamente as cidades de Pernambuco e a Bahia. Estas, tornaram-se regiões centrais para a movimentação de negros escravizados, tanto para exploração da mão de obra, quanto como moeda de troca, mais o açúcar. Por isso, trazemos a frase destacada no início da seção, referente a fala de um dos empreendedores do comércio colonial e também padre jesuíta chamado Antonio Vieira, nela ele afirma que sem negro não há Pernambuco porque o estado era uma grande civilização do açúcar que dependia exclusivamente da mão de obra negreira (ALENCASTRO, 2000, QUINTAS, 2007; GOMES, 2019).

Mas, antes de entrar neste contexto, começaremos a entender como o Nordeste se formou, analisando como o comércio colonial se pendurou e como ele foi se expandindo por outras regiões do Brasil. Apesar de destacamos Pernambuco e a Bahia, além, mesmo que de forma breve, o protagonismo do Maranhão e do Rio de Janeiro, deixando evidente que apesar de esta dialogando sobre eventos que aconteceram no âmbito nacional, eles sempre estão em contato com o âmbito internacional, principalmente pelo comércio colonial ser administrado pelo ocidente e para sustento do mesmo.

Como é evidente, no título desta seção, utilizo-a o termo de ‘tecnologias do corpo’ para referir-se

ao capitalismo racial, este se tornou a maior tecnologia mundial, que continua ativa e que independe, para agir, de tempo e do espaço, digo isto, pois, no período colonial fundou o maior sistema econômico do mundo, sendo a escravidão negra, e atualmente ainda entre as classes sociais, gerando desigualdades econômicas. Esse capitalismo racial, foi bem implementada no nordeste, por meio de três eixos centrais, que foram: a religião, geografia e os negros, este último estará presente em todo o contexto sobre produção de capital e extrativismo, tomando mais protagonismo no capítulo três. Por isso, a mão de obra negra foi central para construção dos equipamentos para a produção, comercialização e exportação do açúcar e também dos escravizados, por isso, o recorte geográfico, que também trago no título, ambos.

Podemos afirmar, também, que esta tecnologia foi eficaz por possuir duas características fundamentais, principalmente para a geração do capital, em um sistema de expropriação da violência extrema contra a vida coletiva (MELAMED, 2015). A primeira características, se justifica pelo capitalismo racial ter sido uma hermenêutica ativista, ou seja, ele foi usado para nomear e analisar a produção, isso acarretou a separação na vida social mais a desativação das relações entre seres humanos com a natureza, sendo que isso é necessário para que a expropriação capitalista funcione (MELAMED, 2015). O que torna o capitalismo racial em uma ferramenta de antirrelacionamento, sendo utilizado, principalmente, para reduzir a vida coletiva às relações que sustentam o capitalismo democrático neoliberal) em sua definição seminal de racismo (MELAMED, 2015).

A segunda característica é chamada de dialética, nesta, a produção é separada das formas funcionais da humanidade, isso acontece para serem distintas e somente interligadas através da alimentação do capital, que o autor chama esse processo de ‘partição’ (MELAMED, 2015). Esta, é como um algoritmo base para o capitalismo, que só existe e se desenvolve de acordo com sua capacidade de controlar quem pode se relacionar e em que termos (MELAMED, 2015). Nestes processos, “o racismo é produzido e sancionado pelo Estado e extralegal de vulnerabilidades diferenciadas de grupos à morte prematura, em geografias políticas distintas, mas densamente interconectadas” (MELAMED, 2015, p. 78, tradução nossa).⁴⁶

Partindo destes pressupostos, Robinson (2018) afirmou que o desenvolvimento, organização e expansão da sociedade capitalista perseguiu direções essencialmente raciais (ROBINSON, 2018). Consequentemente, o autor também argumenta que este capitalismo, durante um longo período histórico, foi influenciado, de forma extrema, pelas forças do racismo e do nacionalismo. O que o transformou em uma tendência da civilização europeia, que não tinha a intenção de homogeneizar e sim diferenciar, utilizando diferenças regionais, subculturais e raciais (ROBINSON, 2018). Dessa

⁴⁶ No original: Racism is the state-sanctioned and/or extra-legal production and exploitation of group-differentiated vulnerabilities to premature death, in distinct yet densely interconnected political geographies.

forma, essa tecnologia foi implementada no nordeste, por meio de três eixos: a religião, geografia e o fluxo de cativos capturados em África para o nordeste, se unindo aos nativos (GOMES, 2019). Para além disso, a própria formação do nordeste baiano se dá a partir destes processos da colonização para a expansão do capitalismo racial.

Sobre o primeiro eixo, sendo a religião, ela se torna em um elemento de autenticação do processo civilizatório justificado por uma filosofia sobrenatural de comunicação entre o divino e o homem, que estava sob esse posto ganhava a credibilidade de ter uma autoridade e poder associado a algo divino. Temos como práticas e narrativas da religião, a fala do padre Antônio Vieira, que apregoava que o tráfico negreiro era um “grande milagre” realizado pela figura considerada santa de nome Nossa Senhora do Rosário (ALENCASTRO, 2000).

O padre afirmava que a santa deu como missão civilizatória aos colonos para capturarem os negros da África, considerado lugar pagã, para serem salvos através da convenção à Cristo no Brasil católico (ALENCASTRO, 2000). A utilização deste discurso religioso pelo Vieira serviu como autorização celestial, o que na época era de mais-valia, para defender a venda de negros, para serem escravizados, entre Guiné e Colômbia, como destacado por Gomes (2019), “no espaço de 45 anos (1595-1640) desembarcaram, somente em Cartagena (atual Colômbia), uma média de 1320 escravos por ano, carregados da Alta Guiné (região Nordeste da Guiné-Bissau) por assentistas lusos” (GOMES, 2019, p. 71).

Também, considerava-se como milagre promovido pela santa as correntes eólicas que facilitam as navegações dos navios negreiros entre Angola e Pernambuco, chamados de ventos de comércio negreiro, ou, *African Slave Trade Winds*. Este milagre ocorreu devido ao fenômeno que ficou conhecido pelo padre como o “Sermão XXVII: a ”transmigração” (GOMES, 2019, p. 81), pois, estes navios conseguiam realizar as viagens e transportar a carga de negros, vencendo os ventos raivosos e não perde a carga durante a tormenta (GOMES, 2019).

O segundo eixo, o qual foi a base para a operacionalização do capitalismo racial enquanto tecnologia do corpo, foi o fator geográfico do Nordeste. A geografia analisada pelos colonos pautava-se em estudos sistemáticos que iriam desde a engenharia eólica para construir as caravelas dos navios negreiros, as correntes marítimas que facilitam as idas e vindas destes, até os estudos das vias terrestres. Estas análises eram feitas para se manter o fluxo contínuo de transporte de negros escravizados para a mão de obra e dos produtos e alimentos entra a região, África e Europa (ALENCASTRO, 2000). Estes estudos também nortearam o remanejamento da colonização, como o autor destaca que, “por causa do sistema de ventos, das correntes e do comércio predominantes no Atlântico Sul, a costa Leste-Oeste (a Amazônia propriamente dita, o Maranhão, o Pará, o Piauí e o Ceará) permanece dissociada do miolo negreiro do Brasil, enquanto Angola se agrega fortemente a ele” (ALENCASTRO, 2000, p.25).

Ou seja, era mais fácil manter o comércio entre Angola e Brasil do que as regiões do Leste do Brasil, apesar que, esta última proporcionou altas riquezas para os colonos através do extrativismo. Também, foi através dos estudos geográficos, que o interesse dos colonos pelo território brasileiro aumentou e deu arcabouço suficiente para a colonização se expandir pelo território (ALENCASTRO, 2000). Por exemplo, “as borrascas surgindo no horizonte colonial quando a Coroa, indo além do poder de domínio (*dominium*), reivindica também o direito de propriedade sobre as terras a conquistar e a tutela dos povos conquistados (*imperium*)” (ALENCASTRO, 2000, p.25). Nesse sentido, o autor explica que parte desta geografia econômica desencadeou condicionamentos políticos, e os impôs a colonização (ALENCASTRO, 2000), e por isso, assim como a coroa, portugueses, outros países também entraram na disputa na reivindicação das terras brasileiras, é provável que o Tratado de Tordesilhas (1494), seja o melhor exemplo para este contexto.

Foi através deste último eixo que Pernambuco e a Bahia entraram no radar da colonização e assim nas relações internacionais. Pernambuco foi o primeiro estado brasileiro em que os colonos chegaram e começaram a produção e a comercialização do açúcar (GOMES, 2019). Por isso, precisamos entender o que era essa região e como ela se tornou central para esse comércio. Para isso, este diálogo, será dividido em três momentos: o primeiro é parte da explicação como se deu a formação do estado de Pernambuco, entendendo como estavam estruturados as comunidades dos povos originários, que já ocupavam a região e cultivavam alimentos para sua sobrevivência, e o remanejamento destes com a chegada dos colonos. Já o segundo vai pautar sobre a importância da região para o sistema internacional e das relações internacionais que surgem através da comercialização do açúcar entre Pernambuco e o Ocidente.

Para tratar sobre o primeiro momento, utilizaremos as informações bem detalhadas pelo autor Flávio Guerra (1984), na obra ‘*História de Pernambuco*’, em que o mesmo começa justificando que a região foi escolhida pela necessidade de Portugal dominar e se desenvolver enquanto potência para dominar o comércio colonial e passar na frente da Espanha (GUERRA, 1984). Essa região foi caracterizada como uma “terra imensa, longínqua, de populações bravias e hostis, mas da qual as novas expedições que iam regressando ofereciam agora melhores informações, sobre principalmente a fertilidade do solo para uma nova agricultura, a da cana-de-açúcar” (GUERRA, 1984, p. 19).

Essas informações chamaram atenção dos interessados no cultivo da cana-de-açúcar, por isso foram ‘doadas’ através do documento chamado de ‘Carta Régia de doação’ que indicava os limites, localização e os atributos da autoridade soberana, esclarecendo os direitos e deveres do beneficiário e as especificações da posse (GUERRA, 1984). Esse documento representava uma deliberação direta da maior ordem governamental de Portugal, dando autorização para a capitania pertencente a

Vasco da Gama e liderada por Duarte Coelho para controlar e administrar a colônia nestas terras (GUERRA, 1984). Ambas legitimaram a ocupação do litoral brasileiro (atual região de Pernambuco) desde a foz do São Francisco até o rio, além de ocuparem com núcleos de portugueses, deveriam utilizar a força para se manterem no litoral (GUERRA, 1984).

Apesar dos colonos ter em mãos o documento mais importante em relação às burocracias do governo português na região litorânea já existia uma organização dos habitantes destas terras, que viviam e cultivavam, desde o rio chamado Capibaribe-mirim até Santo agostinho, que eram as comunidades dos Potiguaras, Tabajaras e os Caetés, este último eram os mais temidos por praticarem a antropofagia (GUERRA, 1984). Os Caetés conheciam muito bem os caminhos dos rios e em vários momentos se uniram aos Abacoariaras que viviam e controlavam toda a região do Rio São Francisco (GUERRA, 1984). Estas comunidades, juntas, resistiam contra os franceses que tentavam explorar as regiões, próximo, existiam as lideranças dos povos Mariquitos, Xucurus, Vouvés e os Pipianos, que resistiam contra os colonos em defesa de suas terras que eram representadas pelo limite ocidentais, que atualmente são as terras alagoanas (GUERRA, 1984).

Estas comunidades, de povos originários, já tinham suas próprias administrações, que incluíam, divisão de terras entre eles, distribuições de atividades para manutenção de sustento entre comunidades, além de manterem os limites de ações, respeitando a autoridade maior em cada comunidade (GUERRA, 1984). Inclusive, vale destacar, que esta costa litorânea, já tinha uma nomenclatura, era chamada de “*Pêra-Nhambucoque* que significava, "pedra furada", em alusão à abertura que há nos extensos recifes naturais de pedra ali existentes, depois, à barra do Recife foi chamada de Itamaracá, até os dias de hoje, conhecida como Pernambuco” (GUERRA, 1984, p. 27).

Esta última informação linca com as prerrogativas do segundo ponto, pelo simples fato que já existia a organização destas comunidades indígenas, sendo que os colonos chegaram para dominar utilizando a força e a violência extrema, incluindo nesse pacote, a escravização dos mesmo, vale mencionar que essa chegada não foi aceita de forma amigável por estas comunidades. Em “*A economia colonial brasileira: (século xvi-xix)*” dos autores, Fragoso, Florentino e a autora Faria (1998) é relatado que, neste mesmo período, Portugal estava em disputa com a Espanha, devido à divisão do território brasileiro, sendo as partes litorâneas que eram fundamentais para a expansão do comércio por vias marítimas (FRAGOSO, FLORENTINO & FARIA, 1998).

Além de estarem em conflito com as incursões de piratas franceses, que tentavam dominar estas costas brasileiras, mais precisamente, o comércio do pau-brasil (FRAGOSO, FLORENTINO & FARIA, 1998), ao mesmo tempo, os portugueses utilizaram a força contra as comunidades indígenas para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar no formato da agricultura de exportação, através desta, objetivavam tanto melhorar a adequação da colônia aos interesses de Portugal, quanto iriam gerar mais recurso para a manutenção do Antigo Regime (FRAGOSO, FLORENTINO &

FARIA, 1998).

Na coletânea “*A civilização do açúcar*”, a autora Fátima Quintas (2007), no primeiro capítulos ela aborda aspectos sobre a ‘Cultura, Patrimônio e Civilização’, e no segundo sobre a ‘Cana, Engenho e Açúcar’, em ambos, a autora une esforços para delinear como Pernambuco se tornou a civilização açucareira em curto tempo (QUINTAS, 2007). Vale ressaltar que, neste primeiro momento, estaremos enfatizando o papel de Pernambuco para o desenvolvimento do empreendimento colonial, sendo, também, o que norteou a entrada do nordeste baiano enquanto base na estrutura do capitalismo racial e fonte da geração do capital nas relações internacionais. Já sobre o surgimento do açúcar na região, a política internacional gerada em torno do comércio açucareiro e as partilhas deste pelos estados europeus, serão melhor tratados no capítulo três desta dissertação.

Na coletânea da civilização do açúcar, Quintas (2007), destaca alguns elementos que evidenciam o papel central de Pernambuco para as relações internacionais dentro do comércio colonial. Esse papel já tinha sido registrado, anteriormente, em documentos oficiais (QUINTAS, 2007). Através destas informações, a autora afirma que os registros sobre pagamentos de impostos à Alfândega de Lisboa para o transporte do açúcar proveniente de Pernambuco, datado em 1526, mostram que a região já era o centro da produção e exportação da cana-de-açúcar, com a extensão desse cultivo em Itamaracá, no ano de 1516 (QUINTAS, 2007).

O primeiro elemento que se justifica como condição favorável foi às características do solo pernambucano, chamado de massapê, ponto excelente para o plantio da cana-de-açúcar (QUINTAS, 2007). Esse tipo de solo, tinham as características necessárias para semeadura e desenvolvimento dos canaviais, por possuir uma terra viscosa, oleosa, de cor avermelhada, fértil, úmida e quente, que também sustentava uma *gramínea*⁴⁷ poderosa para a produção com lucros avantajados (QUINTAS, 2007). O que coincidiu com o próprio reconhecimento de valoração, já existente do produto, internacionalmente na geração de capital para Europa (QUINTAS, 2007). Esse reconhecimento se dava pela sua potência de gerar capital, que a autora descreve que o açúcar era chamado de “o ouro branco” que representou uma das melhores e mais caras iguarias da Europa, sendo muito cobiçada pelos reis, que investiram nessa empreitada para aumentar os seus impérios (QUINTAS, 2007).

O segundo foi pela grande extensão territorial ocupada pelas *plantations* (lavoura da cana), a autora reitera que o plantation dos ingleses teria sido o primeiro empreendimento capitalista em atividade agrícola (QUINTAS, 2007). Estes controlavam os meios de transportes tanto fluviais quanto os marítimos, ou fluviais até a costa, já os marítimos até o ponto de destino, por isso, os rios da região tiveram muita importância na vida da bagaceira (guias que facilitavam a localização dos engenhos para os colonos) (QUINTAS, 2007). Outro ponto foi que, a partir da expansão do

⁴⁷ Tipo de uma vegetação rasteira e ciperáceas (ervas perenes) que nasce no estrado das árvores. (MOREIRA & SENE, p. 3, 2019)

plantation, os ingleses começaram a implantação das estradas de ferro na região, tendo por objetivo possibilitar a interiorização dos engenhos, mediante novo meio de transporte (QUINTAS, 2007).

Também, condicionaram o desenvolvimento do “bangüê” (expressão para demonstrar a proximidade com a mata e o distanciamento dos índios), sendo que, ambas as proporções interligam-se aos princípios para aumentar e expandir as propriedades dos senhores de engenho (QUINTAS, 2007). Fatores estes que se conectam e dependem da própria localização geográfica de Pernambuco, considerado o ponto mais próximo da Europa e da África no sentido dos navios negreiros terem mais facilidade de desembarcarem nas costas litorâneas (QUINTAS, 2007).

Estes elementos, junto, deram grandes repercussões do açúcar da capitania de Pernambuco no circuito internacional, proporcionando também um crescimento estrondoso dos engenhos, entre 1570 e 1608, com mais de 77 engenhos, controlados por colonos da Inglaterra (Londres e Paris), Portugal (Lisboa) e Irlanda (QUINTAS, 2007). Este último foi o que mais lucrou com a produção do açúcar, tendo a maior quantidade de engenhos nas terras nordestinas brasileiras, para produzirem as especiarias como o *melaço* e as frutas cristalizadas, ambos bem comercializados e consumidos pelos nórdicos em toda a Irlanda, de Amsterdam, a capital, até Haia, Roterdão e Utrecht (QUINTAS, 2007).

Apesar do comércio colonial ser centralizado em Pernambuco e na Bahia, aconteceram em momentos diferentes e de forma gradual, quando as embarcações coloniais chegam na Bahia, elas se concentram na capital, no que atualmente é conhecida por Salvador, que a princípio era uma espécie de porto de chegada das embarcações negreiras, concentrando uma espécie de comunidade comercial. Em outra parte da Bahia, chamada de recôncavo, se concentraram as indústrias açucareiras e o plantio da cana-de-açúcar (FLORENTINO, 1997).

Nesse segundo momento em que o comércio colonial se expande para a Bahia, se insere muito bem na epígrafe de Charles Boxer (1969) na obra “*O império marítimo português*” quando afirma que “Os homens brancos voltaram outra vez ainda. Trouxeram-nos negros, cana-de-açúcar, tabaco, enxadas. Desde então e até os nossos dias, os brancos nada nos trouxeram senão guerras e miséria” (BOXER, 1969, p. 110, grifo nosso). Consequentemente, isso nos levar a refletir que a entrada da Bahia, na totalidade, continuou a desenvolver uma gigantesca estrutura lucrativa para a Europa, principalmente a comercialização dos negros escravizados. Sobre este ponto ainda podemos incluir, além da produção de açúcar, o tabaco e extração e lapidação do ouro (FLORENTINO, 1997; WILLIAMS, 2012).

Essa movimentação comercial expandiu drasticamente para mais adentro do estado, foi dessa forma que Salvador entra nesse sistema de mercados colonial para a continuação da movimentação da engrenagem do capitalismo racial. Dessa forma, no terceiro capítulo, a seguir, iremos entender essa entrada analisando alguns processos partindo do ponto central que ‘sem negros não poderia

haver ouro, açúcar nem tabaco’, denotando o papel de Salvador na formação do sistema internacional moderno, para tal, começaremos uma breve historiografia da produção do açúcar do recôncavo baiano que mantinha a ligação econômica de Salvador com a Inglaterra, Portugal e EUA, finalizando com a crítica do fator modernidade com as perspectivas do *NOMOS*.

CONCLUSÃO

Como exposto neste segundo capítulo, a comprovação da existência das primeiras civilizações nordestinas é uma forma de romper com a única história contada sobre o nordeste brasileiro antes da chegada da colonização. Pois, a história conhecida como ‘descoberta do Brasil’ é fundamentada em mitologias, imaginários, teorias racistas, discursos religiosos ou imagens fictícias registradas nos diários e nas literaturas ocidentais. Dessa forma, os resultados oriundos das pesquisas arqueológicas realizadas na região do Nordeste, que mostraram a existências de grupos humanos, anteriores ao contato com os portugueses, viviam nas suas sociedades, com um marco ambiental e as interações profundas com a natureza e com os outros indivíduos.

No corpo do texto trazemos os primeiros registros que foram dos povos Fenícios, oriundos do Norte da Palestina, que tentaram fazer alianças com a Judeia para explorarem a Amazônia, isso foi datado em 1100 anos a.C., seus registros contam com escritas sobre uma ilha, com praias lindas, rios navegáveis cobertos por imensas florestas abundantes em frutas, caça e peixe e com uma população pacífica e inteligente. Na verdade, estas ilhas, era o litoral do nordeste nas regiões de Pernambuco e Bahia. Também, dos povos Tirrenos e Etruscos que tinham uma cultura muito forte de construção de objetos de cerâmicas (SCHWENNHAGEN, 1986).

A presença deles é comprovada através da construção dos compridos aterros e dos antigos muros de pedras na Ilha de Marajó, além dos vasos cerâmicos com artes nas fitas com letras do alfabeto Etruscos, datado de 1080 a 1050 a.C. Outra comprovação de civilizações nordestinas foram as cidades abandonadas, com vários vasos e desenhos com descrições que presumem a presença de civilizações indígenas na chapada diamantina dos sertões da Bahia, sendo encontrado louças de barro, pratos, discos, potes, lâmpadas, máscaras, amuletos e instrumentos de maracá, eram usados aos ritos ancestrais dos indígenas (PINTO, 1935).

Uma última descoberta destas civilizações está intrinsecamente conectada com a história da civilização do açúcar, constado nos registros de controle das terras, dos negros e indígenas escravizados e das matérias-primas extraídas. Chamado de ‘Livro do almoxarifado das partes do Funchal’. Este livro era uma ata com registros dos 221 produtores mais os engenhos que administravam e o empenho da produção do açúcar. O primeiro plantio da cana-de-açúcar, no Brasil, foi no Nordeste, já que era um território que obtinha os três dos quatro fatores essenciais à

produção de açúcar: terras em abundância, solos férteis (o massapê) e clima quente, faltando a mão de obra escrava.

Essa chegada dos colonos marca uma relação do nordeste com o internacional nas vias marítimas, esta só foi possível pelo conhecimento sobre a frequência das correntes marítimas, baseadas na direção dos ventos e assim conseguiam traçar os itinerários dos navios os guiando para os melhores portos com maiores riquezas, alegado pelos portugueses. Estes afirmaram que o mais vantajoso seria navegar no sentido sudoeste, em direção ao Brasil, e, na altura do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, tendo facilidade de transportar a mão de obra da África, que está na direção da Bahia.

Justamente, dessa forma se manteve a comercialização dos negros capturados na África, tidos como mercadorias de mais-valia, para o comércio colonial, para conservação do sistema mercantil e a expansão do açúcar, sendo o produto de exportação mais importante das Índias Ocidentais. Apesar da história do Nordeste ser codificada com a chegada da colonização, sendo datado em 1500, mostramos que já havia, por exemplo, a presença dos holandeses que controlavam cargas de escravizados africanos e a implementação das primeiras indústrias açucareiras no recôncavo da Bahia. Essa estrutura torna o Oceano Atlântico em um espaço geopolítico, com ações de movimentação, organização e administração do mercado colonial.

Somado a outros fatores que se aglutinaram nas fases políticas, envolvendo imperialismo unido com o fenômeno das guerras e a formação estrutural de uma nova ordem mundial promovida pelo ocidente voltados para o Nordeste. Essa junção entre a geopolítica e o imperialismo torna o sentido da geopolítica, ela não está limitada apenas nos espaços geográficos de terra, mas, foi utilizada principalmente nos oceanos, os transformando em espaços de disputas, guerras e a principal rota de expansão do empreendedorismo colonial.

Conseqüentemente Portugal conseguiu tomar o comércio e passou a lucrar muito com o comércio marítimo entre a Ásia e a Europa que envolvia um alto volume de trocas pelo Índico, com mercadorias de luxo como também alimentos como: arroz, trigo, sorgo, carnes secas e salgadas, frutas frescas e em passas. Além do algodão em rama, madeiras, índigo, corantes, cerâmicas, chitas e diferentes tecidos.

De forma, o que permitiria Portugal estar na liderança do comércio marítimo colonial, foi o desenvolvimento de tecnologias, exclusivamente criadas pelo país para facilitar o transporte de escravizados e mercadorias na rota marítima do Atlântico. Estas davam os maiores lucros para a Europa, com tecnologias fossem melhor articuladas houve uma ligação internacional entre Portugal, Inglaterra e Espanha, o que também explica o desenvolvimento positivo do que mais tarde seria denominado por 'comércio triangular marítimo'.

Estas tecnologias não eram apenas de Portugal, elas estavam compactadas na aliança econômica entre ele, Inglaterra e Espanha, chamada de comércio triangular marítimo. Os ingleses produziram os canhões de ferro fundido, que se disseminou pelas forças militares de todo o continente. Os portugueses dominavam a ciência náutica com produção de cartografias marítimas e interpretação da bússola e a Espanha desenvolveu, inicialmente, o comércio bélico com Portugal e da mão de obra tanto espanhola quanto italiana para exportação destas armas. Esta estrutura mercante de tecnologias fizeram a Europa conquistar o mundo.

Principalmente pelos canhões, que antes eram comercializados entre a Europa e os muçulmanos, este último, levou esta produção de materiais bélicos na Espanha e na Ásia em 1364. E a construção naval no Norte do Mediterrâneo funcionando o mais rápido possível com suas indústrias. A bússola magnética usada pelos europeus nas navegações e as cartas náuticas, que eram como cartografias marítimas, e navegações astronômicas, foram desenvolvidas neste mesmo período, com a contribuição dos muçulmanos e dos chineses.

Após a entrada da América colonial no comércio triangular, a mercadoria com maior proporção é de mais-valia se tornou os escravizados, que eram capturados nos territórios da República do Benin e dos dois Congos em Angola com direção a América colonial, desaguando nas costas marítimas de Pernambuco e da Bahia. A compra de negros africanos, pelos britânicos, eram como comprar máquinas de manufaturas, uma parte destes eram transportados para as plantações, para produzirem açúcar, algodão, índigo, melão e outros produtos tropicais. Outra parte para o preparo, processamento e venda desses produtos, isso criou um novo mercado para a indústria britânica, que envolvia a agricultura para alimentar os povos da chamada Nova Inglaterra e a pesca na Terra Nova.

Dessa forma o nordeste foi dividido pelos colonizadores para o controle das terras e assim o desenvolvimento do capitalismo. Esse povoamento, através da invasão ocidental, possibilitou uma economia primária-exportadora, com sucessões de naturezas, intensidade e extensão distintas. Tornando o extrativismo, no litoral, em uma forma de agroindústria canavieira na Zona da Mata, a pecuária no interior até as terras do Norte, o algodão e o arroz com produções no Meio-Norte e a produção do cacau no Sudeste baiano. Nesta estrutura econômica três produtos estavam com grande destaque no comércio internacional, isso aconteceu com a queda no preço do açúcar em Lisboa, Dessa forma, houve uma mudança na estratégia na economia colonial para continuar gerar lucro para os colonos. O investimento no crescimento do comércio de escravizados africanos de Angola e tarifar este fluxo de escravizados, já que era um elo vital na cadeia econômica brasileira na extração e comercialização do ouro e da e prata. Como também, o desenvolvimento econômico dentro da Bahia, o ouro de Minas Gerais vendido no Baixo Guiné depois transformados em produtos britânicos, franceses e holandeses, o que intensificou a escravidão no estado, foi convertido pelo comércio do tabaco, que eram comprados com os africanos e vendido para os europeus.

Isso começou a centralizar o papel da Bahia dentro desta estrutura e fluxo do comércio colonial com a Angola, Sendo estas as exportações de mercadorias brasileiras para a África, unindo duas margens do oceano, desenhando conjunturas econômicas nos percursos entre Lisboa-Angola-Bahia-Lisboa e Bahia-Angola-Bahia. Ou seja, entre este fluxo econômico de importação e exportação, cada país deste possuíam uma mercadoria específica que era mais vendida de origem própria que saíam das metrópoles centrais.

Essa movimentação internacional, com mercadoria, proporcionou na relação entre a Bahia e a Angola, levando em consideração a facilitação do governo brasileiro em relação a estas dinâmicas. Entre estas mercadorias estavam o tecido de origem africana, feitos por meio de teares, o cultivo do algodão era uma prática também muito antiga na África, assim como as vestimentas com bordados. O tecido se tornou moeda de troca com um valor alto para compra de escravos e produtos primários africanos, que saíam do Brasil para Senegâmbia e do Níger.

A segunda mercadoria, foi aguardente (cachaça), esta era movimentada entre o oceano Índico e o Atlântico, nas rotas clandestinas nas encostas angolanas, formando uma grande rede comercial nas rotas terrestres. Com maior concentração, além de Angola para Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro. A cachaça teve mais destaque na Bahia, sendo uma das principais atividades agrícolas da região, reconhecida pela Câmara da Bahia, datada de 1690. Era produzida pelos moradores do Recôncavo, que viviam da indústria da cachaça, a utilizando como moeda de troca por escravos, gerando altos lucros para os colonos da região. A terceira foi o tabaco, o mesmo que o fumo, este era produzido em abundância na Bahia, e também exportado da Angola, depois vindo na Costa da Mina e outra parte era vendido no litoral brasileiro.

Por fim, para que este comércio colonial, no Nordeste, fosse expandido e continuasse dando lucro para a Europa, foi utilizada a tecnologia do corpo, esta é representada pelo capitalismo racial, sendo a maior tecnologia mundial, que continua ativa e que independe, para agir, de tempo e do espaço, digo isto, pois, no período colonial fundou o maior sistema econômico do mundo, sendo a escravidão negra, e atualmente ainda entre as classes sociais, gerando desigualdades econômicas. O capitalismo racial foi implementado no nordeste, por meio de três eixos centrais, que foram: a religião, geografia e os negros, este último estará presente em todo o contexto sobre produção de capital e extrativismo. Por isso, a mão de obra negra foi central para construção dos equipamentos para a produção, comercialização e exportação do açúcar de Pernambuco concentrada na Bahia, em específico em Salvador. Essa movimentação comercial expandiu drasticamente para mais adentro do estado, foi dessa forma que Salvador entra nesse sistema de mercados colonial para a continuação da movimentação da engrenagem do capitalismo racial.

CAPÍTULO 3- O PAPEL DE SALVADOR-BA NO SISTEMA INTERNACIONAL MODERNO

Neste capítulo entenderemos que o papel da cidade de Salvador-BA no sistema internacional moderno foi de subsídio alimentar para a Europa através extrativismo da cana-de-açúcar para produção e comercialização do açúcar, inicialmente nos mocambos dos Goytacazes onde se começou a formação da cidade. Em seguida, analisaremos o segundo papel da cidade como um dos maiores portos de cargas humana (negros) para distribuição, importação e exportação controlada pelos Estados Unidos, Inglaterra e Portugal no formato intra-caribenho e intra-americano. Já na terceira parte destacamos a relação entre Salvador e Haiti através da Revolta dos Malês e da Revolução Haitiana como acontecimentos centrais que remodelou essa economia escravista e a estrutura da cidade. Por fim, apontamos o terceiro nomos da terra como uma forma continuação da revolução contra a modernidade/colonialismo, racismo estrutural e desigualdades, essa nova revolução em Salvador é representada pela inserção e permanência dos negros e afrodescendentes nas universidades e assim desbranquecer e enfraquecer o racismo.

3.1 O COMÉRCIO DO AÇÚCAR NO MOCAMBO DOS GOYTACAZES

Em setembro, participei do Workshop de Pós-graduação da Rede de Estudos e Pesquisas em Sociologia Política Internacional (Rede IPS Brasil) promovida pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no qual apresentei esta dissertação, que estava em andamento. Na presente ocasião, fui questionada sobre como iria analisar os processos políticos do período colonial, tendo como objeto de análise a cidade de Salvador, a partir da metodologia escolhida. Foi sugerido pelos avaliadores analisar a cidade considerando-a como um grande museu aberto, já que tanto a aparência colonial presente na arquitetura da cidade, quanto a própria história do passado está tão presente. Partido da ideia de que o sentido de museu não está apenas voltado a instituições fechadas, podendo ser, também, “uma maneira como o mundo moderno expressou a consciência da sua própria modernidade, entendida como sendo inserida na história e direcionada para um futuro. Sua função será a de selecionar a memória e movimento, mostrá-lo como habitado” (CAVALCANTI, 2015, p. 18).

Além disso, a relação entre esse ‘passado moderno’ também está relacionada com a “própria dinâmica de produção com fortes conotações simbólicas associadas às práticas globais de consumo, de relações de sociabilidade e de homogeneização” (ALMEIDA, GUIMARÃES & PEREIRA, 2016). Essa dinâmica representa uma forma de relação dialógica entre o local com o global, presente nos circuitos urbanos, conformando novas e velhas territorialidades e exibindo novas

formas de diferenciação social, de demarcações simbólicas e materiais de dominação.

Partindo destes pressupostos podemos perceber dois fatores, o primeiro que apesar desta sessão, no seu título, passar a ideia de uma contextualização do período colonial, analisar Salvador nos faz sempre estar voltando ao passado, que está presente e por isso o presente também é o passado. O segundo fator é que esse presente, do passado, é vendido dentro da ideia de modernidade, porque o moderno passa o sentido de algo novo que se libertou do passado, como expressado por Walter Mignolo (2021) em “*The politics of decolonial investigations*”, os ”direitos” e a questão do “humano” seguiram trajetórias próximas e muitas vezes interligadas desde o renascimento europeu, passando transformações pela invenção da América, pela fundação do racismo moderno/colonial (MIGNOLO, 2021).

Ou seja, o moderno não deixou de ser colonial, ambos seguem o mesmo caminho com a mesma ideia de dominação, porém com modelagem diferentes. Partindo destas problemáticas, iremos discutir a política econômica da colonização, que não estar desprendida da modernidade. Mais adiante entenderemos como surgiu a atual cidade de Salvador e a ligação com o comércio açucareiro que dependia de dois elementos centrais, o solo do massapê e as comunidades dos Goytacazes, pois, a partir destes elementos se conjecturou inicialmente as indústrias açucareiras na cidade. Desencadeando aumento do fluxo da escravidão negra, disputas entre países europeus, revoltas dos escravizados e uma economia internacional gigantesteca de importação e exportação do açúcar e da mercadoria humana, entre Inglaterra, Portugal e EUA, que veremos com mais detalhes nas seções seguintes.

Quem é Salvador hoje? Recentemente, a Prefeitura de Salvador publicou um slogan (que veremos mais adiante sobre) com a seguinte frase: “*Salvador cresceu e ficou moderna sem perder o valor de sua história*” (PREFEITURA DE SALVADOR, 2014, p. 4). O que torna tal afirmativa relevante, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em conjunto com as pesquisas sobre o perfil financeiro dos municípios baianos, realizada pelo departamento de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apontam a cidade de Salvador a maior cidade tanto de território, quanto populacional do nordeste brasileiro.

Possuindo também um dos maiores Produto Interno Bruto (PIB) estimado em R\$ 62,7 bilhões e 73, 18% de arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do estado (IBGE, 2019; SEI, 2022). O que torna sua economia no eixo central do norte-nordeste e a nona maior entre os municípios brasileiros (IBGE, 2019; SEI, 2022). Também, o SEI, aponta Salvador como responsável por 23,0% de toda riqueza produzida no estado da Bahia, essa economia é composta pelo setor terciário (serviços financeiros, turismo, comércios de produtos e administração pública) com 86,5% (SEI, 2019). E pelo setor industrial (empresas de construção civil, fábricas de alimentos e instalações de máquinas) com 13,4% (SEI, 2019).

Apesar destes dados se apresentarem com um tom de positivo para o que poderíamos chamar de ‘crescimento econômico’ da cidade, eles não apagam o passado colonial que está tão presente. Mesmo com suas belíssimas paisagens e seu clima tropical com uma grande vegetação litorânea somada aos fragmentos florestais da Mata Atlântica, restingas e manguezais, com constantes correntes de ventos frios que vêm do oceano atlântico, Baía de Todos os Santos e o Recôncavo Baiano, pelo qual é banhada (IBGE, 2019). Salvador continua com alto índice de desemprego, desigualdades sociais, necropolítica e a denegação do racismo pelas entidades do Estado contra a população negra (IBGE, 2019; SEI, 2019).

Nesse sentido, podemos criticar essa ideia de relacionar o passado com um presente positivo, quando afirmam que a cidade não perdeu ‘o valor de sua história’, já que ainda se conserva a elite branca hereditária que controlam o agronegócio do café, cana-de-açúcar, soja, laranja, etc., temos as grandes senzalas e quilombos, sendo as favelas, periferias e as invasões, além da casa grande que são os condomínios, fazendas, chácaras e as mansões. Esta estrutura está distribuída em 18 regiões administrativas, compostas por 170 bairros, o quais, numericamente, resulta em aproximadamente 2.878.740 habitantes (IBGE, 2019; SEI, 2019), que podem ser chamados de soteropolitano⁴⁸, que desfrutam das mais famosas praias, como a do Porto da Barra, praia de Itapuã, dos Artistas entre outras.

Além disso, o departamento de Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD), em suas pesquisas, comprovam um alto reconhecimento de heranças genéticas africana pela população de Salvador, que representados em porcentagem ficaram: 54,9% da população que se autodeclara ter a cor parda, 26% preta, 18,3% branca e 0,7% amarela ou indígena (PNAD, 2018). E que coloca a cidade como o maior número de descendentes de africanos no mundo, após Nova York, sendo esse público majoritariamente de origem iorubá, vindos dos países africanos: Angola, Nigéria, Togo, Benin e Gana (PNAD, 2018).

Poderíamos destacar duas problemáticas a partir da análise destes dados. A primeira seria sobre a categoria do pardo, remetendo tanto à negação da descendência africana para ficar mais próximo do branco encardido, como também, uma consequência das políticas eugenistas no Brasil (GONZALEZ, 1982; BOLSANELLO, 1996; MBEMBE, 2016). Essa política eugenista abriu as portas do estado brasileiro para a entrada de imigrantes europeus para embranquecer ou clarear mais a população brasileira, já que o branco estava relacionado com o fator desenvolvimento (BOLSANELLO, 1996). O segundo seria uma tentativa de venda da cidade com uma imagem

⁴⁸São pessoas nascidas e vivem na cidade de Salvador, natural ou habitante, podendo ser chamadas salvadorenses ou soteropolitanos (OXFORD LANGUAGES, 2024). Já a origem da palavra provém do adjetivo da palavra Soterópolis, uma cidade grega que possuía um imperador chamado Sotero, esta última palavra, é do latim que significa Salvador (ARRAIS, 2017).

histórias da população negra escravizada e ‘docilizada’⁴⁹, (SOUSA, 1983), e por isso, apta para receber os turistas, principalmente europeus, com braços abertos e os chamando de ‘meu rei’⁵⁰.

Isso é notório tanto nas propagandas do Governo Federal quanto nas propagandas municipais, por exemplo, a Prefeitura de Salvador em 2014, publicou na revista chamada *Curta Salvador*, um artigo, intitulado “*A cidade como você nunca viu: as belezas, a cultura e a história do lugar onde nasceu o Brasil*”. Esse artigo também foi publicado, traduzido para o inglês com o mesmo título, para servir como manual para turistas, nele há diversas fotos, com alta resolução, dos principais pontos turísticos da cidade, praias, comidas típicas, músicas, orlas, etc., Ou seja, a preocupação maior é de mostrar o “desenvolvimento” urbano, com excelentes áreas de lazer, altamente segura, por isso, as fotografias só mostram os centros e a orla marítima da cidade, deixando de fora os bairros periféricos.

Sendo que, a ideia de uma “Salvador, grande e moderna” (PREFEITURA DE SALVADOR, 2014, p. 4), toma forma e destaque principalmente com reconhecimento internacional patenteadado pelo programa *United Nations Human Settlements Programme* (UN-HABITAT) da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado “*State of the World’s Cities 2010/2011: Cities for All, Bridging the Urban Divide*”, a cidade aparece como a 81ª maior cidade do planeta, contabilizando em 2014 como maior população, ultrapassando 4,3 milhões de habitantes, sendo o centro econômico, por concentrar quase um quarto de todas as riquezas geradas na Bahia (UN-HABITAT, 2011; PREFEITURA DE SALVADOR, 2014).

Podemos começar do início, como dito anteriormente, a atual Salvador era apenas um grande terreno de massapê habitados por comunidades indígenas, entre elas, os Goytacazes, o que a tornou central e com extrema importância para a economia colonial internacional pautada nestes dois elementos. O primeiro foi a mão de obra destes povos originários, que trazemos as comunidades dos Goytacazes, utilizando o termo *mocambos* dos Goytacazes. O segundo elemento foi o solo do *massapê*, este, foi essencial para o plantio da cana-de-açúcar, por isso, “quem detinha um pedaço da terra negra, tinha o centro do mundo e eram considerados os” reis do massapê” (CRUZ, 2018, p. 46).

Começando pelo primeiro elemento, podemos entender que os mocambos, segundo o conceito tirado da obra “*Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro do Brasil*” de Flávio Gomes (2015), era uma palavra utilizada para descrevem os agrupamentos formados por fugitivos,

⁴⁹Utilizamos este termo referindo-se a docilização no sentido crítico, pois tal ação é considerada um mito na história da escravidão negra (SOUSA, 1983).

⁵⁰Dialeto da região nordestina, utilizado com mais frequência no estado da Bahia, na cidade de Salvador, principalmente em pontos turísticos, para expressar uma relação entre o senhor (que manda, o rei) e do serviçal (quem obedece), ou seja, o rei sendo o turista consumidor e o servente sendo o baiano. Esta expressão nos remete ao período colonial em que os negros deveriam saldar os senhores de engenho ou dos palácios dessa forma a preço de penalidades severas para aqueles que não obedecesse. Além disso, faz parte de um conjunto de estereótipos do que é ser baiano, utilizados em filmes, músicas e propagandas (DANTAS, 2013).

sendo eles indígenas ou negros escravizados, que no Brasil eram chamados, primeiramente de mocambos, depois que passou a ser chamado de quilombos⁵¹ (GOMES, 2015). Já sobre a origem da palavra mocambo, ele afirma que foi usada na África Central para representar acampamentos improvisados, para abrigar soldados e vítimas das guerras, já no século XVII, a palavra quilombo era usada como adjetivo dos guerreiros imbangalas que estavam prontos para participar dos rituais de iniciação (GOMES, 2015).

Enquanto a palavra mocambo ou mukambu, no sentido da língua do kimbundu e do kikongo (línguas das regiões da África Central), dessa forma, a ideia de mocambos serem apenas para comunidades negras pode cair por terra, principalmente pelo autor trazer mocambo como “grupos com alta densidade populacional de migrações no sentido inverso, muitos dos quais eram de grupos indígenas, que estavam em constante movimento e fugindo das repressões” (GOMES, 2015, p. 47). Por isso utilizei a palavra mocambo, juntamente, para romper com a ideia de que estas comunidades só eram de agrupamentos de negros, além de trazer o surgimento de Salvador a partir dos grupos de negros como também de indígenas.

Para além disso, vamos abrir uma brecha, dentro deste primeiro ponto, para justificar o porquê foi preferido trazer sobre os indígenas Goytacazes e não sobre outras comunidades indígenas como: Tupinambá, Tapeba, Tupiniquim, entre outras, que possuem mais relatos de concentração no nordeste (GOMES, 2019). Primeiro para dar mais visibilidade a história dos goitacás que foram praticamente extintos, o que atualmente impossibilita estudos sobre tais e segundo para ressaltar a existências destas comunidades no nordeste, e não só no sudeste, e como elas participaram do comércio internacional do açúcar e utilizavam estratégias de combate contra os colonos (GOMES, 2019).

Partidos destes pressupostos, há fragmentos da história que comprovam a presença dos povos indígenas Goitacás, nas costas litorâneas do Nordeste (Salvador), como afirma Laurentino Gomes (2019), “além dos tupis e dos guaranis, o território litorâneo era pontilhado por outros agrupamentos indígenas, como os Goytacazes, na foz do rio Paraíba, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, e os tremembés, entre o Ceará e o Maranhão” (GOMES, 2019, p. 90). E no livro “*Em Costas Negras*”, de Manolo Florentino (1997), o autor explica que a cidade de Salvador, antes de ser considerada cidade, era um pequeno complexo açucareiro, com grande movimentação do comércio do açúcar e de outras atividades agrícolas realizadas pelos próprios Goytacazes, como o

⁵¹Nesta obra, é explicado que o termo quilombo aparece pela primeira vez na documentação colonial no final do século XVII, antes a terminologia usada era mocambo. Ainda, no século XVIII, os mocambos, na documentação colonial, ainda era utilizado em alguns estados para classificar comunidades de fugitivos escravizados, como na Bahia. Já o termo quilombos era utilizado em Minas Gerais e Pernambuco, este último apareceu em 1681. Depois, a expressão mocambos (estruturas para erguer casas) passou a ser substituída por completo em quilombos (acampamentos), estas expressões foram conhecidas como de origem africana que ganharam novos significados a partir das dinâmicas escravistas atlânticas entre o Brasil e a África. (GOMES, 2015)

abastecimento, pecuária, e do desembarque da população de negros escravizados (FLORENTINO, 1997).

Na obra *“Planícies Goytacazes, séculos XVIII a XIX: da escravidão africana atlântica ao campesinato no imediato pós-abolição”*, do autor Flávio Gomes (2019), salienta que nesta grande planície açucareira (região nordestina, mais precisamente localizado onde hoje está a cidade de Salvador)⁵², eram controladas por mocambeiros⁵³ e quilombolas que se alojavam nas planícies açucareiras onde viviam os Goytacazes (GOMES, 2019). Estes estavam mais concentrados, principalmente nas áreas de terras devolutas⁵⁴ e fronteiras abertas e também nos “sertões”, nas margens de fazendas, currais e engenhos (GOMES, 2019). Suas maiores concentrações eram nas regiões coloniais do Rio de Janeiro, no Campos de Goytacazes, Cabo Frio, Saquarema e o recôncavo da Guanabara (GOMES, 2019).

O segundo elemento, referente ao solo do massapê, está dentro do contexto da própria sobrevivência dos Goytacazes, como também para o cultivo e produção da cana-de-açúcar. Mas, o que é o solo do massapê? Na obra *“Água de Barrela”*, da autora Eliana Cruz (2018), a autora explica sobre as características do massapê, sendo uma terra negra, e poetiza: “A terra é negra. Ela se amassa com o pé. Ela é de massapê. Um chão de cor muito escura formado há milhões de anos de decomposição do granito perdido na eternidade. Pedras, piso de argila maleável e extremamente fértil, que faz tudo brotar” (CRUZ, 2018, p. 46). Essa forte característica de fertilidade do massapê tornou a cidade de Salvador uma das maiores produtoras do açúcar e exportadora de escravizados, justamente por ser fértil.

Os locais cobertos por este tipo de solo estavam aptos para o plantio de diferentes tipos de cana-de-açúcar como: cana caiana, cana fita, cana roxa, cana-de-macaco, dela se produzia: açúcar, melaço, rapadura, aguardente. Além disso, no solo da terra negra, também poderia se plantar as folhas para a produção do fumo, amandioca, quiabos, pimentas, moendas, frutas e fruta-pão (CRUZ, 2018). Sobre estas comunidades dos Goitacás e suas vivências nos campos açucareiros, plantio e da pesca, há dois pontos que não podemos deixar de mencionar sobre isso. O primeiro

⁵² Utilizo essa referência baseada na historiografia que relata sobre a presença de comunidades dos Goytacazes que viviam nas costas marítimas brasileiras, mais precisamente da região do Nordeste até o Sudeste, onde teve a maior concentração. Vê a obra *“Arqueologia da Escravidão e Liberdade: senzalas, cultura material e pós-emancipação na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII a XX”* (2019), organizada por Luís Symanski e Flávio Gomes.

⁵³ Os mocambos (quilombos), eram organizações compostas pelos povos mocambeiros, eram chamados assim por viverem do cultivo da terra. Nestas regiões de mocambeiros funcionavam como uma extensa rede socioeconômica, articulada e administrada por fazendeiros, grupos indígenas, roceiros, garimpeiros e outros envolvidos com setores rurais. Houve uma concentração maior da economia açucareira na Bahia e em Pernambuco, que, também, se tornaram as regiões mais importantes na comercialização de arroz e do algodão (GOMES, 2015).

⁵⁴ A utilização deste termo serve para justificar que estas terras eram, naquele momento, ‘terras públicas’, ou seja, elas ainda estavam confiscadas pelo Poder Público (na época, pelas autoridades coloniais) e não integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022, grifo nosso).

ponto é sobre como a presença destes povos criou uma barreira contra a colonização, isso porque os Goytacazes resistiram aos colonos revidando os ataques a suas comunidades e praticavam o ritual do canibalismo (GOMES, 2019). Isso acabava dificultando tanto a interiorização de colonos, seus alojamentos e propriedades nestas terras, quanto prejudicou, bastante, a venda do açúcar e a comercialização dos escravizados internacionalmente.

Ou seja, o que foi chamado de canibalismo, a autora chama de ‘antropofagia’⁵⁵, seria como demonstração de força e não de temor dos colonos (GOMES, 2019). O ato da antropofagia foi registrado no ‘Manifesto Antropófago’ de Oswald de Andrade que, apesar de ser analisado como um texto fundador da cultura brasileira, ele também representa a certidão de nascimento do Brasil (região nordestina), na era do ‘descobrimento’ relatando a morte do Bispo Sardinha devorado pelos índios, o que marca o momento fundacional pela prática do canibalismo (CAVALCANTI, 2021).

A antropofagia, foi considerada uma forma de revolta contra os colonos, acabou enfraquecendo o tráfico escravistas, a produção do açúcar e a exportação deste para as nações dos genoveses, florentinos, alemães, holandeses, catalães, castelhanos e principalmente os portugueses (ALENCASTRO, 2000; GOMES, 2019). Por outro lado, essa repreensão diminuía os concorrentes para os fazendeiros da região que além de comercializar escravizados cativos, mantinham engenho de açúcar, fábrica de louças e o domínio dos mercados de bens locais, fomentado também pela troca tanto por grupos cativos quanto por trabalhadores livres (GOMES, 2019).

O segundo ponto é que esses mocambos dos Goytacazes se expandiram para o sudeste brasileiro, se concentrando no norte da cidade do Rio de Janeiro, que chamou atenção de colonos que se encontram ali para o desenvolvimento do comércio do açúcar. Por exemplo, o autor menciona que na região que ficou conhecida por ‘Campos dos Goytacazes’, devido à maior concentração destes povos, até o início do século XVIII, predominou a atividade criatório de gado, depois, desenvolveu-se a cultura de cana-de-açúcar, com franquias que aumentaram os números das fábricas (GOMES, 2019). Contabilizando entre 1737 a 1828 uns 700 engenhos de açúcar, somada as fábricas, só nesta região, tendo maior desenvolvimento do que na região de Salvador (GOMES, 2019).

Vale ressaltar, que os mocambos, nestas planícies açucareiras, também eram formados pelas comunidades dos negros que fugiam dos senhores de engenho, eram considerados fugitivos, pois, em grande número também colocavam em risco o comércio do açúcar pelas grandes evasões que iam atingindo os engenhos. Apesar do açúcar ser o produto ser de grande valia para a economia colonial internacional, este só acontecia se houvesse grandes números de escravizados (GOMES,

⁵⁵ A antropofagia representa a devoração do outro, ao contrário do não afastamento, representa a sombra da imposição desse outro. Sendo que atualmente pode ser considerada uma ferramenta epistêmica para desestabilização da hegemonia do Ocidente (CAVALCANTI, 2021).

2019). Tanto para produção e venda desse açúcar quanto para outros serviços como serviços domésticos, mineração de ouro e diamantes, entre outras coisas. Porém, a cidade de Salvador torna a ter maior importância para a economia colonial internacional, principalmente pela sua geografia estratégica, e por isso, foi a cidade do Brasil que mais recebeu africanos escravizados (GOMES, 2019). Na seção seguinte analisaremos a movimentação da economia internacional gigantesca de importação e exportação do açúcar e da mercadoria humana, entre Inglaterra, Portugal e EUA, aumentando a escravidão negra.

3.2 O COMÉRCIO DE HUMANOS ENTRE INGLATERRA, PORTUGAL E EUA

O papel de Salvador no sistema internacional moderno foi de grande porto para exportação de importação comercial, primeiro lugar de mercadoria humana e em segundo da cana-de-açúcar. Como apontado por Sidney Mintz (1922) na obra *“Sweetness and Power: The place of sugar in modern history”*, na qual ele iniciou seu texto com essa inquietante frase do Saint (1773), nela o autor descreve sobre como o café e o açúcar foram importantes na economia europeia, com um ponto de crítica ao afirmar que ambos produtos não geraram felicidade ou total satisfação para os europeus (SAINT, 1773 *apud* MINTZ, 1922).

Provavelmente pelas inúmeras disputas, conflitos e revoltas que se desencadearam entre os países europeus e com outros países pelo domínio desse rico comércio açucareiro. Porém, estes dois elementos foram para a destruição dos dois continentes: América (do Sul) e a África, o que ficou evidente na economia e população de ambos, até os dias de hoje (SAINT, 1773 *apud* MINTZ, 1922). Apesar de que na frase os autores não dão ênfase, diretamente, na importância dos negros escravizados que foram utilizados como objeto e mercadoria tanto ainda mais-valia para o comércio internacional do açúcar, isso é expresso na imagem abaixo da frase.

Nessa imagem possui três mulheres, uma ao lado da outra, a do centro é uma mulher branca fraca, que se apoia nas duas mulheres, uma com traços indígenas, e a outra com traços negros, é segurada por uma corrente no braço pela mulher branca. Essa fotografia é de autoria de William Blake para demonstrar como a Europa é apoiada pela África e pela América no sentido da utilização dos corpos dos povos destas regiões enquanto mercadoria e indústria para o próprio sustento (BLAKE, 1796 *apud* MINTZ, 1922).

Na seção anterior, dialogamos sobre a importância de Salvador a partir da exploração do seu solo e da mão de obra indígena, que com o fracasso dos colonos na tarefa de escravizar em massa estes povos decidiram genocidar e extingui-los, como aconteceu com as comunidades dos Goytacazes (ALENCASTRO, 2000; GOMES, 2019; CAVALCANTI, 2021). Nesta seção entenderemos o papel de Salvador a partir da organização das indústrias açucareiras na cidade e aos arredores e da

ampliação da comercialização dos negros africanos para maior desenvolvimento desta produção entre os países: Inglaterra, Portugal e Estados Unidos. Esta seção será dividida em dois pontos.

O primeiro está relacionado com a política da doçura, que é apresentada desde os processos políticos desenvolvidos através da comercialização do açúcar até o desenvolvimento da mesma. Começando com uma breve contextualização sobre o açúcar, entendendo como ele chegou no nordeste (região de Salvador) como ele era cultivado e produzido para depois ser vendido no porto da cidade e sua exportação pelo atlântico para o restante do mundo. No segundo ponto, analisaremos a relação econômica entre Estados Unidos, Inglaterra, Portugal com Salvador, movimentado com maior contração em Lisboa, Londres e Nova York (região nordeste dos EUA), de comercialização da mercadoria humana somada ao comércio açucareiro, na dimensão intra-caribenha e intra-americana.

Entrando no primeiro ponto, para entendermos sobre a política do açúcar partiremos da breve história deste produto no Brasil, utilizando tanto a obra do Mintz (1922), doçura e poder, quanto o capítulo do autor Manuel Andrade (2007) que faz uma etnografia sobre a civilização do açúcar no Nordeste e a obra “*A dark history of Sugar*” do autor Neil Buttery (2022). Mas, o que era o açúcar do comércio colonial? Para extrair a sacarose (açúcar) é necessário o processamento de duas fontes, a cana-de-açúcar e a beterraba sacarina, esta última não era economicamente muito importante até meados do século XIX, por isso a cana-de-açúcar teve maior protagonismo para a movimentação econômica (MINTZ, 1922).

Segundo o autor, a cana-de-açúcar foi cultivada pela primeira vez na região da Nova Guiné (norte da Austrália), durante um prolongado tempo, esse fruto foi sendo transportado por povos da região e chegou nas Filipinas, Índia e na Indonésia (MINTZ, 1922). O registro mais antigo sobre a utilização e a produção do açúcar nestas regiões, aparecem registradas nos escritos indianos, chamado de *Sânscrito de Patanjali* (é a primeira gramática de uma língua escrita) onde *Mahābhāshya Patanjali*, sacerdote indiano, menciona repetidamente o açúcar combinado com arroz, leite, cevada, farinha e bebidas fermentadas e aromatizadas com gengibre (MINTZ, 1922). Já a solidificação, do açúcar foi registrado, pela primeira vez, no documento religioso hidu chamado ‘*Buddhagoisa*’, que falava sobre a consciência moral, nele é ensinado como deixar o suco da cana em forma de açúcar sólido, através da fervura do suco, a separação do melão e o enrolamento das bolas do açúcar (MINTZ, 1922).

De fato, poderíamos nos questionar do porquê entender sobre estas primeiras prerrogativas sobre o açúcar? Por que, desde a existência do seu cultivo, ele já era um produto considerado de luxo com alto valor econômico que só poderia ser usado por grupos religiosos, monarcas e os ricos da época (MINTZ, 1922). Além disso, ele já era comercializado entre Bagdá, costeiro do Baluchistão e no Golfo Pérsico, ele chega na Europa em meados do século VII, que foi levado com a expansão dos

árabes (MINTZ, 1922). Essa chegada do açúcar na Europa acontece com a conquista dos árabes do Norte da África e a ocupação na Europa, o que contribui com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar como da sua produção na bacia do Mediterrâneo, se estendendo até na Espanha (MINTZ, 1922). Neste período, a cana-de-açúcar passou a ser muito cultivada em todo norte da África (Argélia, Egito, Sudão, Marrocos, Líbia e Tunísia), sendo objeto de experimentação agrícola no sul do continente europeu (Espanha), tornando a cidade de Veneza um dos maiores centros de reexportação para a Europa (MINTZ, 1922). Essa estrutura comercial enfraqueceu e cessou a partir das colônias produtoras se estabeleceram no ‘Novo Mundo’, ou seja, com a descoberta das Américas (MINTZ, 1922).

Dessa forma, Quintas (2007) afirma que a cana-de-açúcar chegar no Brasil, pelos colonizadores portugueses, no início do século XVI, e o primeiro lugar do Nordeste, a ser cultivada, foi na cidade de Pernambuco, na região chamada de Itamaracá, sendo no mesmo período da segunda década da colonização liderada pelo navegador Cristóvão Jaques (QUINTAS, 2007). Consequentemente seu cultivo se alastrou pelas regiões nordestinas, sendo que estas regiões que foram divididas em capitanias hereditárias, sendo dividido da seguinte forma: Duarte Coelho Pereira (Pernambuco), Jorge de Figueiredo Correia (de Ilhéus), Pero do Campo (Porto Seguro), Vasco Coutinho (Espírito Santo) (QUINTAS, 2007; ANDRADE, 2007).

Sendo que em cada região nordestina dessa foi movimentado um tipo de comercialização de um determinado produto que era vendido internacionalmente, além de que todas dependiam da mão de obra escravizada. No caso do estado da Bahia, por ser situada mais próxima de Portugal, tendo o menor custo do transporte, teve a produção mais intensificada, onde o governo português instalou o Primeiro Governo-Geral do Brasil, em 1549 (ANDRADE, 2007).

Esse açúcar produzido na Bahia, mas especificamente em Salvador, desencadeou tanto a formação de empresas artesanais, que possuíam equipamentos para a transformação da matéria-prima, quanto a implementação de grandes áreas de plantios de cana, com o investimento de capitais, em geral, que resultou no acúmulo de capital na Europa. Sendo considerado o primeiro empreendimento capitalista de atividade agrícola, que gerou uma grande aglomeração urbana essencial para o avanço dos canaviais (ANDRADE, 2007). A priori, essa aglomeração urbana se concentrava na região do de Itamaracá, depois passou para Salvador, que mais adiante se tornou a maior capitania com o desenvolvimento da cultura canavieira, concentrado principalmente no Recôncavo Baiano, justamente pelos férteis solos de massapê (ANDRADE, 2007).

A autora explica que esse sistema econômico do açúcar criou uma ‘Civilização do Açúcar’ em todo nordeste e principalmente na cidade de Salvador. Apesar do sentido de civilização ser muito amplo, destacamos, dentro deste conceito de civilização, a formação estrutural da cidade entre fator econômico e estrutura, a partir da perspectiva da Europa, ou seja, a civilização açucareira criou um

modelo de cidadão civilizado (colonos, monarcas, comerciantes etc.), que deveria habitar nas cidades controlando a política (a polis) com núcleos amplos de família (oikos) e a formação da burguesia para assumir o poder e a civilização econômica (QUINTAS, 2007). Segundo Gilberto Freyre (1982) na obra “Rurbanização, que é?” a civilização açucareira era:

[...] predominantemente rural – já se fazia notar uma complementação urbana, com o porto de mar, importantíssimo para a exportação do açúcar e para a importação de valores europeus e africanos. (...) Se podem esses surtos de desenvolvimento sociocultural brasileiro ser denominados civilizações, é que não lhes faltaram características urbanas de vivência e de convivência. (FREYRE, 1982, p. 12).

Ou seja, a civilização açucareira além de ligar Salvador ao internacional, também criou fatores estruturais que fazem a separação entre o urbano e o rural, com a ideia de desenvolvimento e avanço nas capitais enquanto retrocesso e atraso nas zonas rurais. Também, foi através do internacional que espaços na cidade foram delineados entre urbanos centrais, o que tornou o açúcar como alimento de luxo, devendo ser usado apenas pelos ricos e entidades religiosas da época (FREYRE, 1982). Segundo, graças à estrutura social formada pela civilização açucareira, com o modelo da antiga sociedade aristocrática, eram dominadas por grandes e médios proprietários de terras. Estes viviam em casas grandes, ricas, com senzalas lotadas, pois necessitavam de uma imensa quantidade de serviços para trabalhar nas lavouras de açúcar, além de artífices especializados para a fabricação da aguardente (ANDRADE, 2007).

Terceiro, devido ao desenvolvimento destas civilizações e a necessidade de mais mão de obra gratuita para trabalhar nos canaviais, ocorreu uma reorganização, começando pela mudança da mão de obra dos indígenas que foram substituídas por negros escravizados (ANDRADE, 2007). Estes escravizados eram divididos em dois grupos, os que trabalhavam na agricultura e os que iriam ficar trabalhando com serviços domésticos, na casa grande (ANDRADE, 2007). Outra mudança foi o surgimento de pequenos grupos de comerciantes e nos tipos de máquinas e seus empenhos, para a produção dos produtos que eram produzidos pelo suco da cana-de-açúcar (ANDRADE, 2007).

Ou seja, os pequenos proprietários que movimentavam o fluxo econômico através da produção da rapadura e a cachaça, nos engenhos chamados de rapadureiros, possuíam seus manufaturados movidos pela tração animal de bovinos (ANDRADE, 2007). Já os empresários dos engenhos do litoral evoluíram com mais rapidez, pois, eram dominados principalmente pela Inglaterra que fornecia manufaturados que já possuíam a tecnologia de serem movidos a vapor, depois, se tornaram usinas de açúcar com grande porte (ANDRADE, 2007; GOMES, 2019).

Por isso, daremos mais foco nas indústrias do açúcar da parte litorânea, que além de movimentar um maior fluxo de produção, tinham também a maior demanda de mão de obra escravizada e a

venda internacional do açúcar e dos escravizados. A manufatura do açúcar dos engenhos⁵⁶ litorâneos da região de Salvador, eram movidos a ‘vapor’, antes eram chamados de ‘reais’, e eram movidos por água (QUINTAS, 2007). Depois ganharam o nome de ‘bangüê’ que significava “ícone no transporte da cana: espécie de padiola de cipós trançados na qual se levava o bagaço da cana ou os pães de açúcar para a seca – a seca do açúcar” (QUINTAS, 2007, p. 58).

Dois aspectos relevantes sobre a manufatura do açúcar nos engenhos, o primeiro é que somado aos engenhos tinha complexos como: a casa-grande (local estabelecido para vigilância para garantia de bom serviço dos escravizados), pequenos engenhos (chamados de fábricas), a capela (que emanava a ideia de relação próxima com o divino o que os resguardava dos possíveis ataques dos índios) as senzalas (local afastado, vigiado pelo senhor do engenho, onde eram aglomerados os escravizados) (QUINTAS, 2007).

O segundo aspecto refere-se às etapas da manufatura do açúcar, que são: (1) preparo da terra (essa terra era o massapê, solo escuro, viscoso e úmido que deveria ser pisado por horas pelos escravizados até ficar pronto para o plantio); (2) o plantio (depois do barro pisado eram jogadas as sementes); (3) a colheita (realizada com facão e foice para cortar a cana embaixo do sol); (4) moagem (a cana-de-açúcar era colocada na roda de água e espremida até sair todo o suco, essa roda era manuseada por três escravizados); (5) cozimento (era o cozimento do caldo em várias tachas de cobre aquecidas por fornos de lenha); (6) purificação (era a extração do mel depois do cozimento, o suco ainda quente era colocado em recipientes em forma de cones, deixado lá por vários dias, esse processo gerava tanto a cristalização do açúcar como da cachaça); (7) bagaceira (era o processo de secar o açúcar, bagaço ou o pão no sol) e por último (8) pesagem e embalagem (depois eram colocados em caixa de madeira e seguiam pelos transportes fluviais, até a costa e marítimas pelo atlântico) (QUINTAS, 2007).

Esse segundo aspecto nos direciona para contextualizar o segundo ponto desta seção, pois, com o crescimento das indústrias açucareiras e o aumento das demandas das vendas internacionais houvesse a necessidade do aumento da mão de obra escrava, alguns autores vão afirmar que a comercialização da mercadoria humana era a mais valiosa e importante para a economia colonial. O que de fato delineia o sistema comercial entre Estados Unidos, Inglaterra e Portugal somado ao comércio açucareiro nas dimensões intra-americana e intra-caribenha. Dessa forma, neste segundo ponto analisaremos estas dimensões envolvendo Salvador e seu papel no sistema internacional, com foco na comercialização de mercadoria humana.

⁵⁶ A palavra ‘engenho’ neste contexto, é tratado pela autora como: “uma referência dos mouros na construção da moenda, pois se tratava de um mecanismo habilidoso, cujo funcionamento dependia de uma engrenagem à base de encaixes. Assim, engenho acabaram sendo sinônimos da gravura do passado: insígnia da manufatura do açúcar” (QUINTAS, 2007, p.58).

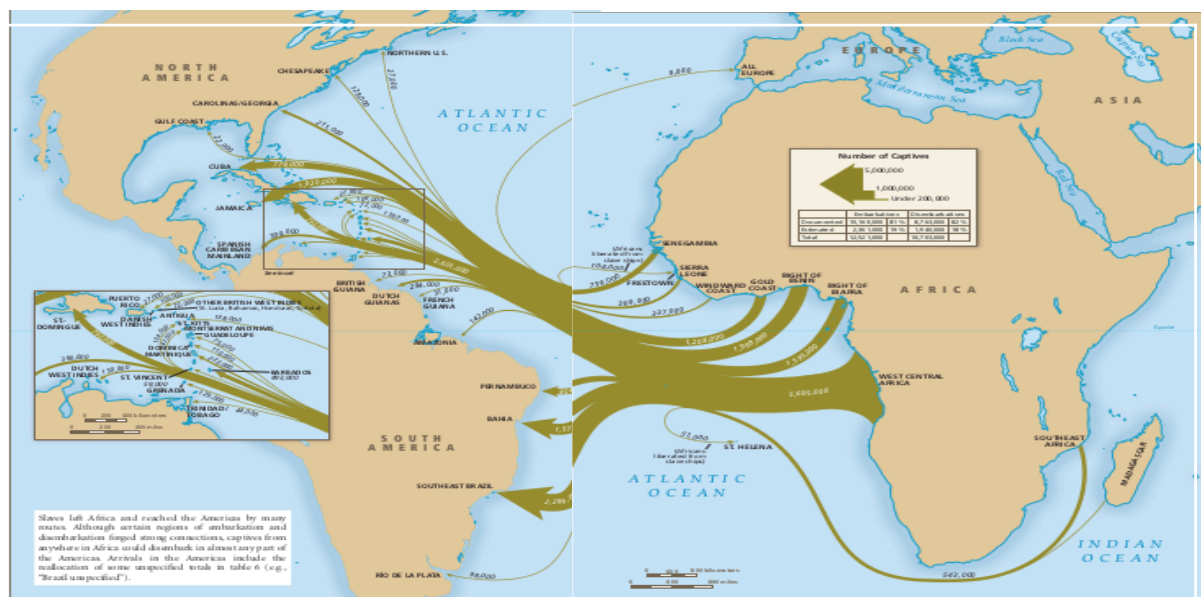
A obra intitulada “*Atlas of the Transatlantic slave trade*” dos autores Eltis e Richardson (2010), é uma ampla dimensão do tráfico de escravizados entre a África e as Américas, mais precisamente na década de 1960, em que muitos pesquisadores reuniram dados para captar informações precisas sobre a dimensão da escravidão, em uma escala global (ELTIS & RICHARDSON, 2010; SOARES, 2019). Nesta obra são apresentados mapas e tabelas, ambas com dados numéricos, que mais adiante se conecta com os quantitativos que constam no ‘*Slave Voyages*’, tanto a plataforma quanto o documento do atlas foram criados pelos mesmos pesquisadores.

O Slave Voyages, é uma plataforma de dados que se encontravam no final do século XVIII ao XIX, além do comércio britânico e francês, surgiu, principalmente, para quantificar a movimentação do comércio escravista no atlântico para entender e apontar as proporções desse empreendimento para o mundo (ELTIS & RICHARDSON, 2010). No site do slave voyages, possui tabelas de dados distribuídos dados numéricos nos tópicos: ano que chegou os escravizados, nome das embarcações, principais locais onde compraram os cativos, locais de desembarque dos cativos e o nome dos capitães das embarcações (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

Dessa forma, os autores descrevem dois tipos de movimentação escravista que foram essenciais entre os séculos XVI e XVII (1500- 1800), contabilizando mais de 15.000 (quinze mil) embarcações escravistas movimentando esse comércio, com maior concentração entre 1731 à 1800 (SLAVEVOYAGE, 2023). Essa maior concentração também é justificada pelo fluxo do comércio açucareiro, que nesse período estava tomando maiores dimensões internacionais. O que desencadeou também a intensificação da captura de africanos na África somada à comercialização transatlântica dos mesmos, além de fator, diminuição da mão de obra indígena. O primeiro formato da comercialização escravista, foi chamado ‘intra-americano’, que é o movimento de cativos, depois que chegaram às Américas (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

O que inclui a operacionalização da comercialização de escravizados se expandindo tanto entre os países do continente americano, quanto nos estados de cada país destes, como no Brasil, na Tabela 1: número estimado de escravizados para os vinte maiores portos das Américas (1501–1867) estão os sete principais portos do nordeste e sudeste brasileiro, como: Salvador com 1.550.000, Recife 854.000, Maranhão 98.000 e Rio de Janeiro 1.839.000 (ELTIS & RICHARDSON, 2010). E no Mapa 1: visão geral do comércio transatlântico de escravizados entre (1501-1867) mostra as várias rotas que escravizados eram capturados no continente africano, como se observa a tabela abaixo:

Mapa 1: Visão geral do comércio transatlântico de escravizados entre (1501-1867)



Fonte: ELTIS & RICHARDSON, 2010, p. 18

Tabela 1: Número estimado de escravizados para os vinte maiores portos das Américas (1501–1867)

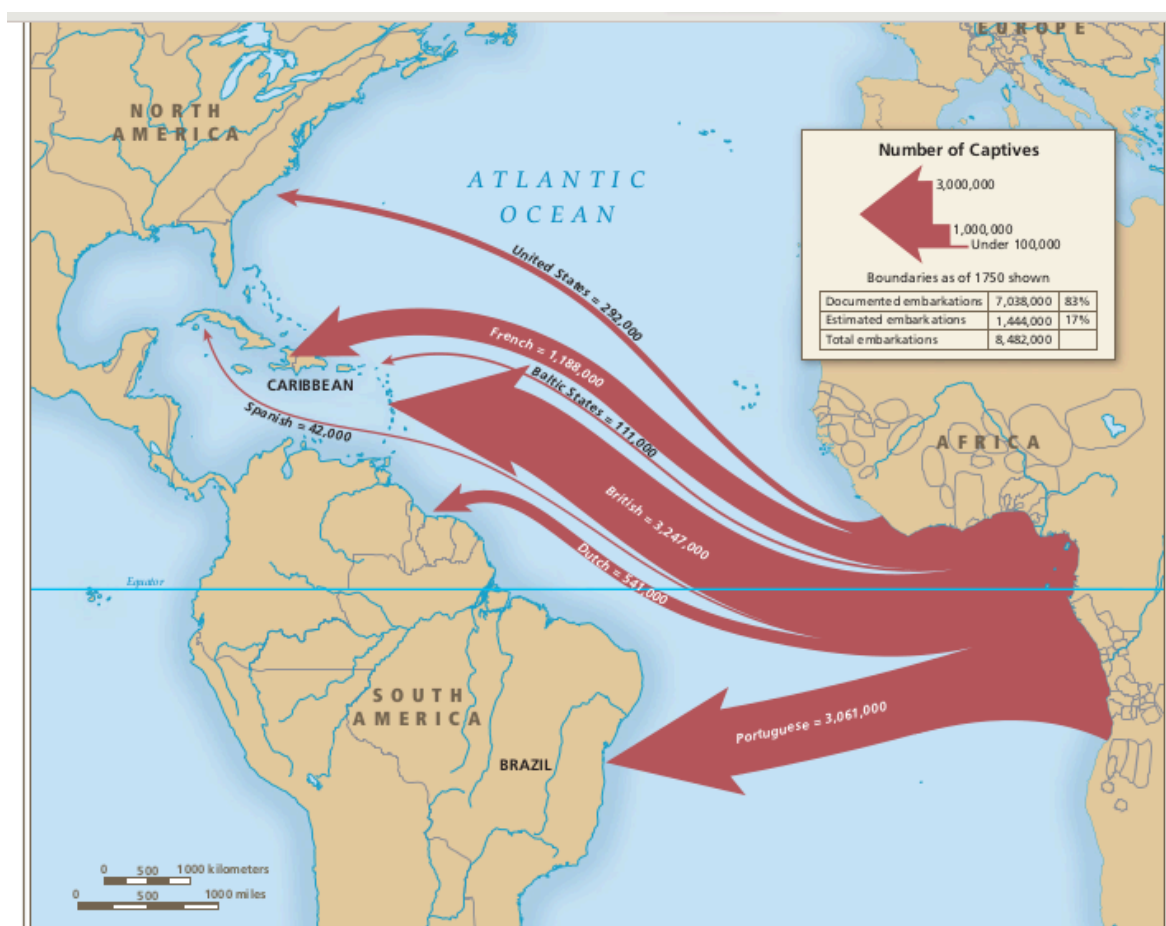
Port*	Number of Slaves
Rio de Janeiro	1,839,000
Salvador da Bahia	1,550,000
Kingston, Jamaica	886,000
Recife	854,000
Barbados (Bridgetown)	493,000
Havana	464,000
Cap-Français (now Cap-Haitien)	406,000
Suriname (Paramaribo)	256,000
Martinique (St.-Pierre)	217,000
Charleston, South Carolina	186,000
Cartagena	150,000
Antigua (St. John's)	138,000
St. Kitts (Basseterre)	134,000
Port-au-Prince	130,000
Grenada (St. George's)	129,000
Curaçao (Willemstad)	122,000
Dominica (Roseau)	110,000
Maranhão	98,000
Léogane, St.-Domingue / Haiti	90,000
Guadeloupe (Basse-Terre)	73,000
Total	8,325,000
All 179 known slave-trade ports of disembarkation combined	10,706,000

Fonte: ELTIS & RICHARDSON, 2010, p. 204

Tanto na Tabela 1 quanto no Mapa 1 é demonstrado a amplitude do comércio dos escravizados no formato 'intra-americano', que desencadeou portas no trânsito para cativos despachados através do tráfico transatlântico para o restante das Américas, principalmente na Carolina e Nova Orleans nos Estados Unidos. Ainda segundo os autores, este comércio intra-americano foi resultado da

supressão do comércio transatlântico, criando grupos de empresários que passaram a controlar uma parte do mercado de comercialização de escravizados que não precisava de intermediários, eles iriam direto de África (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Podemos melhor visualizar este comércio com o seguinte mapa:

Mapa 2: Escravizados levados da África por nacionalidade do navio negreiro (1642-1807)



Fonte: ELTIS & RICHARDSON, 2010, p. 26

Neste Mapa 2, as setas vermelhas mostram a quantidade de viagens realizadas mediante nacionalidades dos países. Nota-se que, o maior número, foram realizadas pela Inglaterra com 3,247,00 (três milhões duzentos e quarenta e sete mil), em seguida Portugal com 3.061.000 (três milhões e sessenta e mil), depois França 1.188.000 (um milhão e cento e oitenta e oito mil) e por últimos Estados Unidos 292.000 (duzentos e noventa e dois mil) (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Estes traficantes, considerados grandes empresários, lideravam o comércio intra-americano para fomento de outras atividades econômicas entre si e em seus países.

Havia, por exemplo, um conjunto de empresas de navios negreiros que eram patrocinadas pelo estado que funcionavam como empresas privadas, entre estas estavam a de Portugal e da Inglaterra. Estas tinham o total apoio da Coroa, para construírem grandes casas para captar grandes fortunas, nos principais portos, como a em Lisboa em Portugal e Liverpool na Inglaterra, além de outros. Ou

seja, os comerciantes destes portos, além da venda de escravizados, os exploravam para a caça à baleia, controlavam os serviços bancários, alimentavam o comércio com a China (para o mercado de chá e ópio).

Observando o mapa, além de termos aproximadamente a numeração referente a quantidade do fluxo de escravizado do embarque no continente africano e o desembarque em diferentes países da América, podemos delinear a movimentação econômica, desencadeada através da comercialização humana realizada por Portugal e pela Inglaterra. Porém, é válido lembrar que as navegações em direção a Salvador-BA eram lideradas por Portugal, com o fluxo de 1, 572, 000 (um milhão e quinhentos e setenta e dois mil), escravizados desembarcados na cidade (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

Também, é possível vê no Mapa 1 os estados de Pernambuco com 854.000 (oitocentos e cinquenta e quatro mil), Rio de Janeiro com 2.296.000 (dois milhões e duzentos e noventa e seis mil) e a Amazônia com 142.000 (cento e quarenta e dois mil) de negros comercializados. (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Neste caso, Portugal tinha como principal atividade econômica a ‘prostituição doméstica’, sendo que, uma grande parte desses escravizados eram mulheres, estas eram vendidas por altos preços na justificativa que poderiam gerar escravos, o que gerou grandes lucros para Portugal e para coroa portuguesa (QUINTAS, 2007).

Essa prostituição doméstica era uma atividade legalizada e por isso gerava muito lucro para os portugueses (QUINTAS, 2007). Além da exploração sexual estas mulheres também sofriam violência física, sem punição, pois, eram justificadas como ato de purificação dos corpos destas mulheres negras. Já que estas mulheres eram “acusadas de desvirtuarem os dignos valores da casa-grande, mentora das fantasias do senhor de engenho [...] a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava” (QUINTAS, 2007, p. 92; FREYRE, 1966, p. 397), o que leva a autora afirmar que seria impossível haver escravidão sem prostituição.

Na plataforma do SlaveVoyages, por exemplo, mostram os dados, que podem ser separados por gênero, aproximadamente 12 milhões de mulheres, transportadas pelos navios negreiros, sendo submetidas às várias violências, muitas eram mortas ou jogadas ao mar, contabilizando 36 mil (SLAVEVOYAGE, 2023). Os lucros gerados por estas atividades eram controlados e divididos por grupos, que iam desde financiadores, considerados como parcerias de capitalistas de risco, até os proprietários-comerciantes, composto pelos capitães dos navios, mais, os líderes religiosos portugueses e por final entidades políticas como os membros do Parlamento Britânico dos EUA (QUINTAS, 2007).

Por outro lado, a Inglaterra estava mais preocupada com o aumento da produção e exportação do ‘ouro branco’ (açúcar). Diferente dos outros países, este, extrapolou lucros com a escravidão, começando antes dos portugueses chegarem ao Brasil (GOMES, 2019). Pois, os ingleses já estavam

com indústrias artesanais produzindo açúcar e cultivando a cana no Recôncavo baiano, utilizando a mão de obra escrava e exportando esse açúcar para países europeus com o dobro do preço (GOMES, 2019).

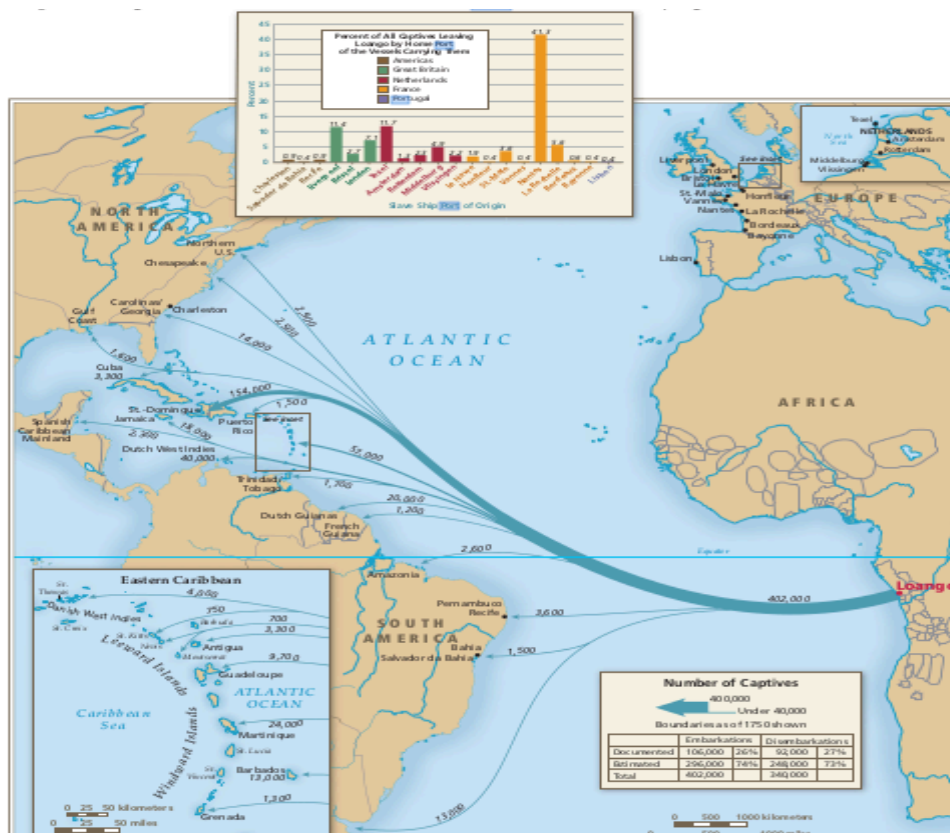
Além disso, foi a Inglaterra que criou *Royal African Company* (RAC britânica) em 1660, controlava com serviços militarizados, a costa da África, ilhas de Cabo Verde e o litoral de Gana, Ilha de Nova Amsterdã, com o fornecimento de cativos para as colônias inglesas no Caribe e na América do Norte (BOXER, 1969; GOMES, 2019). Com a empresa Rec britânica, a Inglaterra, privatizou e dominou o sistema comercial escravista, por meio de fiscalizações no pedágio marítimo, que prestava serviços administrativos de legalização e registro dos traficantes enquanto empresa privada, estes tinham que pagar a liberação da comercialização, com uma taxa de 10% dos seus resultados para a RAC (BOXER, 1969; GOMES, 2019).

Também, os ingleses saqueavam os navios em alto-mar, essa quantidade de açúcar apreendida era vendido em Londres e Lisboa estimada em 100 mil libras, as sobras eram levadas para Salvador e vendido para os reis (BOXER, 1969; ALENCASTRO, 2000; GOMES, 2019). Além do açúcar, houve também uma grande produção, em outras lavouras de cultivo intensivo na cidade, de algodão e tabaco, que foram muito comercializados e aumentaram a demanda no sul dos Estados Unidos com o tráfico de negros (BOXER, 1969; ALENCASTRO, 2000; GOMES, 2019). Com o aumento da comercialização do açúcar, o país voltou a centralizar seus lucros na produção e exportação deste produto, por isso, eram os principais fornecedores de equipamentos manufaturados, desde o comércio triangular marítimo, para França, Irlanda, Portugal e outros (BOXER, 1969; ALENCASTRO, 2000; GOMES, 2019).

Por exemplo, a máquina a vapor que referendou a grande “revolução” na feitura do açúcar, eram importadas da Inglaterra, tendo o primeiro engenho a vapor em Pernambuco, depois, reporta-se ao ano de 1817, embora Haiti e Cuba, centros de grande produção açucareira, dependente da mão de obra escrava (QUINTAS, 2007). Por isso, no mapa 1, é quantificado os desembarques de escravizados africanos no estado com Pernambuco 854.000 (oitocentos e cinquenta e quatro mil) e nos países de Cuba 779.000 (setecentos e setenta e nove mil), Haiti com 792.000 (setecentos e noventa e dois mil) (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Além dos países e das ilhas que fazem fronteira com estes, como: República Dominicana com 134.000 (cento e trinta e quatro mil), Montserrat 47,000 (quarenta e sete mil) e Puerto Rico 27,000 (vinte sete mil) (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

Já o segundo formato da comercialização escravista, foi chamado de ‘intra-caribenho’, teve uma grande participação dos Estados Unidos (EUA), que dominou a comercialização entre o Brasil e os países caribenhos, que não só acontecia por meios marítimos, mais teve altas concentrações também nos meios terrestres (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Como é demonstrado no mapa 3 abaixo:

Mapa 3: Destinos dos escravizados pelos caminhos caribenhos (1556-1807)



Fonte: ELTIS & RICHARDSON, 2010, p. 142

Neste Mapa 3, podemos notar a movimentação do comércio chamado de ‘intra-caribenho’ que representa o grande fluxo da comercialização de escravizados africanos, gerido entre Américas (Norte e Sul) com o Caribe e suas ilhas, tanto por vias terrestres e marítimas (ELTIS & RICHARDSON, 2010), mas, também podemos denotar duas principais atividades económicas geridas e controladas pelos Estados Unidos. A primeira começou pela instigação do alto fluxo constante de escravizados nos portos brasileiros para o Rio da Prata, tanto por vias terrestres a partir de portos importantes como Salvador da Bahia e Rio de Janeiro (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Este percurso também era utilizado para transportá-los para uma região chamada de Nova Espanha (o território espanhol no sudoeste dos Estados Unidos), enquanto no percurso, os escravizados iam sendo comercializados pelo México, América Central, também para as Índias Ocidentais e Filipinas (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

De fato, o maior lucro era dos Estados Unidos, já que este criou uma espécie de tarifa alfandegária para mercadoria humana, recebendo 15% por cativo que chegasse nos portos nas Caraíbas Orientais, Caribe e nas ilhas como Dominica, São Vicente, Santo Eustáquio, e pequenos cativos distribuídos por São Bartolomeu recentemente chegaram da África para outras ilhas (ELTIS & RICHARDSON, 2010). No Mapa 3 mostra o gráfico com as porcentagens referente às distribuições dos escravizados nos maiores e centrais portos marítimos, como: América do Sul

(Salvador-Ba 0,4%, Recife 0,9%), Grã-Bretanha (Liverpool 11,4%, Bristol 2,7%, Londres 7,1%), Holanda (Texel 11,7%, Middelburg 4,9%), França (Nantes 41,3%, La Rochelle 5,6%), Portugal (Lisbon 0,4%) e América do Norte (Charleston 0,9%) (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

Também, mostra os comercializados através de passagens terrestres e fluviais entre as ilhas caribenhas, como: Rio de la Plata 13.000 (treze mil), Grenada 1,300 (mil e trezentos), Barbados, 13.000 (treze mil), Guadalupe 9,700 (nove mil e setecentos), e Antígua 3,300 (três mil e trezentos) (ELTIS & RICHARDSON, 2010). E por fim, no mapa, do lado direito, mostra aproximadamente o total do número de cativos, capturados na África e distribuídos, contabilizando aproximadamente 402.000 (quatrocentos e dois mil) embarques e 340.000 (trezentos e quarenta mil) desembarques (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

No Mapa 3 também mostra os principais países para onde eram levados os negros capturados no continente africano, saindo do território que era conhecido como Reino Loango⁵⁷. Porém, vale ressaltar que, não foi apenas o Reino de Loango em África que foi explorado e disseminado pela colonização. Esta região foi destacada, especificamente pelos autores, para enfatizar que foram um dos comércios mais longo e contínuo datado na década de 1660 que eram controlados pelos povos de *Vili*⁵⁸ (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Estes atuavam como corretores entre os navios negreiros europeus e os fornecedores de cativos (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Sendo que, a maior quantidade dos escravizados comercializados de Loango desembarcaram nos portos britânicos, holandeses e franceses, sendo os holandeses, os principais comerciantes no século XVII (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Depois, no século, foram os franceses que dominaram esse comércio, já entre as colônias caribenhas, São Domingos foi o maior destino individual (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

Já a segunda atividades econômicas, com altos lucros, eram com as ‘fazendas de reprodução humana’, abordada por Carl Degler (1971) na obra “*Neither black nor white : slavery and race relations in Brazil and the United States*”, primeiramente o autor explica que depois da proibição da escravidão o comércio de escravos permaneceu aberto no Brasil, porém, a bastante tempo tinha sido encerrado nos EUA. Isso manteve os escravizados brasileiros e os negros livres em ligação com a África, que felicitava a continuação do fluxo de escravizados entra no país, enquanto nos Estados Unidos já não entrava mais (DEGLER, 1971). Esta continuação do fluxo escravista demonstrou a íntima ligação entre o Brasil, que até 1905, ou seja, quase vinte anos após a abolição, os navios

⁵⁷ *Loango*, na língua quicongo, era um Reino que atualmente é a ‘República do Congo’. Esse reino, nesse período, foi um estado pré-colonial africano, que se expandiu no século XVII de Mayombe, no norte, até Cabinda, em Angola, à foz do rio Congo (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

⁵⁸ Os *Vili* representavam uma das primeiras formações estatais que se localizavam ao norte do rio Congo em África, por isso, essa região era considerada como um reino. Ela também foi, economicamente, um dos reinos mais importantes na vida política colonial de África, porque formou o estado de Loango (República do Congo), que surgiu como principais centros de comércio de escravos no século XVIII (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

navegavam entre a Bahia (na cidade de Salvador) até a Nigéria (DEGLER, 1971).

Um outro processo que contribuiu para a criação das fazendas reprodutoras, foi a ‘escravidão comparada’, que significa o aumento natural de escravizados em determinada região, composto, em maior número, pelo sexo feminino, e com o menor número o sexo masculino (DEGLER, 1971). Foi o que aconteceu nos Estados Unidos, mediante censos populacionais demonstram para diferenciar os escravizados por sexo foi o de 1820, demonstrando a proporção de 95 mulheres para cada 100 homens, apesar de este senso sugerir uma discrepância pequena para um equilíbrio entre os sexos, ele foi considerado positivo para algumas políticas coloniais (DEGLER, 1971).

Conseqüentemente, para manter os altos lucros com a comercialização de escravizados, os empreendedores, fazendeiros, políticos, etc., recorreu ao sistema reproduções que aconteciam nas fazendas, estas eram conhecidas por serem as fazendas reprodutoras que “tinhas fêmeas para traduzir a prole em dinheiro” (DEGLER, 1971, p. 81, tradução nossa).⁵⁹ Essas fazendas eram muito comum no Sul dos Estados Unidos, que ainda conservava uma movimentada criação de escravizados (DEGLER, 1971). Outro fator nestas fazendas era que além da exploração física e sexual das mulheres escravizadas ocorria também uma alta exploração pecuária, porque, acreditava-se que a melhor mão de obra nas plantações eram as das mulheres negras, que superavam os homens escravizados, restando como solução a reprodução sistemática⁶⁰.

Estas ações foram registradas por escritos pessoais de fazendeiros demonstrando nitidamente que compravam fêmeas para traduzir a prole em dinheiro, para a venda destas, eram anunciadas em jornais (DEGLER, 1971). Por exemplo, o jornal de Charleston em 1838, publicou um anúncio oferecendo-se para vender uma escrava de vinte anos, com dois filhos, no anúncio estava escrito: “muito prolífica em suas qualidades geradoras e oferece uma rara oportunidade para qualquer pessoa que deseja criar uma família de servos fortes e saudáveis para seu próprio uso” (DEGLER, 1971, p. 80, tradução nossa).⁶¹

Apesar desses registros, uma descrição mais direta sobre as fazendas reprodutoras (criação de escravos) e como ocorria este processo foi o relato dado pelo fazendeiro da Virgínia Edmund Ruffin (DEGLER, 1971). Segundo ele, essa era considerada uma atividade normal na região, relatando que “nenhum homem é tão desumano a ponto de reproduzir e criar escravos para vendê-los regularmente, como um criador no Oeste faz com seu gado. Porém, é isso mesmo o que acontece” (DEGLER, 1971, p. 84, tradução nossa).⁶² Também, há registros de processos judiciais no

⁵⁹ No original: Females in order to translate the offspring into cash.

⁶⁰ Nesta expressão o autor se refere às leis coloniais baseadas na separação sistemática das raças, que utilizava meios legalizados, sendo um fenômeno norte-americano (DEGLER, 1971). É como se fosse a teoria darwinista invertida, neste caso seria análise de superioridade racial entre negros com base no sexo.

⁶¹ No original: very prolific in her generating qualities, and affords a rare opportunity for any person who wishes to raise a family of strong and healthy servants for their own use.

⁶² No original: No man is so inhuman as to breed and raise slaves, to sell off a certain proportion regularly, as a western

Mississípi (região costeira do sudeste dos Estados Unidos) em 1858, um fazendeiro demandante (que iniciou a ação judicial), teve seu status profissional caracterizado como “um agricultor malsucedido, geralmente comprando seu milho e carne, mas... ele conseguiu muito bem criar jovens negros” (CATTERALL, 1858, p. 356).

Apesar destes países ter a maior concentração em determinadas atividade econômica dentro da escravidão, o comum entre eles foi o envolvimento na dinâmica da economia açucareira. Além de usar a cidade de Salvador como parte integrante dessa dinâmica, seja de forma direta com o cultivo da cana-de-açúcar, produção e venda, ou de forma indireta, alimentando os altos fluxos da comercialização de escravizados por vias marítimas e terrestres. O que desencadeou algumas revoltas contra a economia açucareira e contra a própria colonização, como veremos na seção seguinte.

3.3 A REVOLTA DAS SENZALAS: DO HAITI PARA SALVADOR

Esta seção entra como uma forma de reivindicar o papel que os escravizados tiveram para demonstrar que a escravidão não foi algo aceito com facilidade, pelo contrário, houve articulações e organizações como tentativas de expulsão dos colonos, que ocorreram tanto em Salvador, quanto nas outras regiões do nordeste. Além disso, iremos delinear como estas revoltas causaram alterações socialmente, cultural, política e economicamente para a formação da cidade. Outro ponto, é que durante o texto usaremos a palavra ‘paz’, no sentido de vivências que os escravizados tiveram nas senzalas e não no sentido ocidental. Partindo desses pressupostos, esta seção será dividida em dois momentos, que são consequências tanto dos altos fluxos do comércio referente à produção do açúcar nos canaviais da região. Que desencadeou o aumento de desembarque de negros africanos para serem escravizados nestes canaviais, excitou muitas revoltas na cidade. No primeiro momento destacamos a Revolta dos Malês, que marca a aproximação organizacional entre Salvador e o Haiti.

Para dar prosseguimento ao primeiro ponto, é de que as revoltas na cidade de Salvador, acontecem pelo aumento da comercialização de negros escravizados de África para o Brasil, principalmente entre Angola e Salvador, como mostrado anteriormente. Como também é mencionado na obra “*Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos*” do autor João Reis (1992), que em primeiro lugar, está a expansão da economia a partir do aumento do número de engenhos de produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África (REIS, 1992). Em segundo lugar, o crescimento da agricultura de exportação que intensificava a exportação de escravizados e o trabalho escravo na produção desses alimentos (REIS, 1992).

Analisando os apontamentos de Reis (1992), é necessário que entendamos a definição de revolta, já que ela está ligada à expansão da economia açucareira e também aos atos desumanos que foram multiplicados graças ao aumento da comercialização de humanos, como apontado pelo autor. Ou seja, revolta pode ser o sinônimo de paz, isso quando estamos tratando sobre as senzalas, sem revolta, sem paz, talvez pareça um pouco sem sentido dizer que a paz é, na verdade uma forma de revolta. Porém, quando entendemos o tipo de paz que era operacionalizada nas senzalas notamos a veracidade dessa possibilidade. Como problematizado na obra “*A paz das Senzalas*” escrita por Manolo Florentino e José Góes (1997), os autores trazem a ideia de paz representava em uma relação de barganha do castigo pela docilidade do escravizado em cumprir suas tarefas. Ou seja, para os escravizados paz, não era no sentido de tranquilidade, calma, sossego, descanso, harmonia ou cuidado, e sim na obediência a qualquer custo, até mesmo de sua vida.

O que denota uma paz deturpada dá quilo que conhecemos, essa estava relacionada a escravidão, por isso, era tratada enquanto organização social com efeitos deletérios, estes eram um tipo de circuito de causa e efeito, ou seja, as consequências produziam efeitos danosos de destruição ou morte sobre os escravizados (FLORENTINO & GÓES, 1997). Os autores também afirmam que esta paz, que representava tanto o grande desenvolvimento econômico nas colônias, quanto a manutenção, nas senzalas, da ordem e obediências dos escravizados, era de responsabilidade, do que eles chamaram de *homo economicus*⁶³ Por excelência (FLORENTINO & GÓES, 1997). Estes eram um cargo de alta patente, por ser considerado o ponto central da contabilidade, liberação do capital e liderança da economia entre senzalas e colônias. Além de agir como uma espécie de rei para fazer viger estes efeitos nas senzalas, já que eram considerados lugares da anomia (a ausência de leis, normas ou de regras que representasse uma organização social civilizada) (FLORENTINO & GÓES, 1997).

Dessa forma, a paz nas senzalas significava a aceitação da condição de escravo, sem hostilidade contra os colonos, somado ao bom empenho nas produções e da obediência subalterna. Isso representava a paz nas senzalas e um tipo de tratado entre as partes (colono e escravizado). Para que essa paz se mantivesse, os escravizados assumiam serviços diversos sem apresentar problema ou tentativa de fuga, assim eram isentos de torturas e castigos dos colonos (FLORENTINO & GÓES, 1997). Porém, apesar desse tipo de paz ter sido operacionalizada nas senzalas de Salvador, ela não foi tolerada por muito tempo, podemos entender o ato de revoltas nas senzalas da cidade como um ato de reverter essa ideia de paz.

⁶³ Já que o escravo era considerado uma mercadoria das mais variadas transações mercantis como: venda, compra, empréstimos, doação, herança, penhor, sequestro, embargo, depósito e adjudicação, ou seja, era uma propriedade que funcionava dentro do sistema de empresas escravistas, estas eram movidas por agentes maior, o senhor, este controlava a economia e exercia seu poder de excelência sobre estas empresas, os autores chamaram de *homo economicus* por excelência (FLORENTINO & GÓES, 1997).

Começando pela mudança de agentes desta ação, ou seja, a inversão de lugares, de escravizados contra colonos, o fim das torturas, das capturas de africanos, dos atos desumanos contra as crianças e mulheres escravizados, entre outros, como uma forma de se alcançar uma paz humana. O que estava associada ao sentido da revolta, já que, elas objetivavam, em sua grande maioria, o fim da escravidão e da exploração da mão de obra nos canaviais de cana-de-açúcar.

A revolta que iremos abordar é a Revolta dos Malês, que além de marca o contexto histórico da cidade de Salvador, também, se tornou uma revolta mais conhecida na cidade, contada em pontos turísticos, culturais, além de ser relatada em músicas, como, por exemplo, a músicas da *Banda Olodum*⁶⁴, destacado na estrofe:

*Retirante ruralista, lavrador,
Nordestino, lampião, salvador
Pátria sertaneja, independente,
Zumbi em Alagoas, comandou.
Exército de ideais. Libertador, eu
Sou mandinga, balaiada, Sou malê
Sou búzios, sou revoltas, arerê
Êta, cabra da peste, Pelourinho, Olodum somos do nordeste...*

Banda Olodum, canção “Revolta Olodum” (1989, grifo nosso)

Na música a banda destaca o que significou as revoltas para a população da cidade, demonstrando como essa população foi formada pela luta contra a escravidão, com as lembranças do passado escravocrata de mortes e da forma desumana em que eram postos os escravizados. Nessa estrofe a banda destaca algumas figuras nessas revoltas mais conhecidas que ocorreram em Salvador. Entre estas estão a Revolta dos Búzios, Guerra de Canudos no cangaço, Revolta dos Malês e a Revolta dos Palmares que teve como líder o Rei Zumbi, entre outros (OLODUM, 1989, fx 1).

Trago este trecho para podermos entender a necessidade de pensar a conjuntura de formação do território da cidade a partir da importância das revoltas nas senzalas. Na música, também, podemos perceber que o ato de se revoltar está conectado ao sentido de organização entres grupos, que estão compartilhando da mesma experiência, que é a escravidão, independente do espaço geográfico ou da liderança, ambos estão indo em busca da liberdade (OLODUM, 1989, fx 1).

Outro ponto importante é que a Revolta dos Malês não foi uma situação isolada em Salvador, ela foi uma consequência de outros acontecimentos e guerras, que aqui pautamos em três acontecimentos centrais, dois no oceano atlântico e um na região caribenha. Os dois primeiros acontecimentos estão relacionados diretamente com a geopolítica do oceano Atlântico, sendo eles: a

⁶⁴ O nome ‘*Olodum*’ é de origem *yorubá*, que no ritual religioso do candomblé significa “Deus dos Deuses” que faz menção a *Olodumaré* (Deus criador do Universo) (DUARTE, 2012). Antes era um bloco de carnaval dos moradores do Pelourinho em 1979, depois se tornou a Banda Olodum (DUARTE, 2012). “A Banda adotou as cores do Pan Africanismo para ser sua bandeira, que são: O verde (representa as florestas equatoriais da África), vermelho (sangue da raça negra), amarelo (ouro da África), preto (orgulho da raça negra) e o branco (a paz mundial) (DUARTE, 2012, p. 2).

Guerra da sucessão espanhola⁶⁵ (1702-1714), não foi diretamente a guerra em si, mas o que através dela foi desenvolvido. Ou seja, para o combater aos ataques dos piratas ingleses, que saqueavam os navios negreiros espanhóis, foi realizado uma aliança com a França para a utilização da entidade militar chamada de ‘Marinha de Guerra Francesa⁶⁶’ (atual *La Royale*)⁶⁷ para proteção das mercadorias e escravizados da Espanha (FRANÇA & HUE, 2014).

Isso acabou montando uma forte organização para continuação da estrutura escravista, fortalecendo dois pontos: (I) o sistema econômico entre com o Porto da América Portuguesa⁶⁸ que era a costa litorânea brasileira, controlada por Portugal, Espanha e França. Com exportação e importação de alimentos e escravizados de África para Salvador depois para São Paulo; (II) E das três principais cidades do país, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, rumo a Lisboa e Porto, abastecendo com produtos da colônia para a metrópole (FRANÇA & HUE, 2014).

O segundo acontecimento foi a Guerra dos Bôeres (1899-1902), descrita na obra “*De Boerenoorlog*” do autor Martin Bossenbroek (2012), que traduzimos do idioma holandês para destacar dois pontos relacionados a comercialização dos escravizados pelo atlântico, sendo eles: (I) sendo o momento da concentração do imperialismo com práticas dos atos violentos de genocídio do Reino Unido (principalmente Inglaterra) contra as repúblicas bôeres (bôer eram os fazendeiros que ocupavam o Estado Livre de Orange e a República Sul-Africana), como uma tentativa de monopolizar a colonização de toda parte Sul do continente africano (BOSENBRÖEK, 2012).

E assim continuar a venda, exploração e exportação da mão de obra negra nas atividades mercantil e a exploração do ouro na região de Pretória⁶⁹. (BOSENBRÖEK, 2012); (II), a consolidação entre a empresa Rac britânica regida pelo parlamento inglês, com ações de cobrança de impostos por meio de privatizações e pedágios marítimos, para enriquecimento do Reino Unido e o controle global da economia escravista (BOSENBRÖEK, 2012; GOMES, 2019).

Ou seja, o capital vindo desses juros, eram aplicados para a criação e desenvolvimentos das companhias estatais, que estavam na incumbência de fornecer escravos e estimular a produção de

⁶⁵ A escolha desta guerra se dá especificamente por esta guerra ter envolvido a maioria das nações da Europa ocidental, que resultou no confronto entre os Bourbons e os Habsburgos pelo trono da Espanha. Sob seu pano de fundo, no entanto, várias outras questões emergiram, destacamos: a rivalidade entre a França e a Inglaterra e as disputas pelo controle dos espaços coloniais e pelo comércio transatlântico, especialmente pela comercialização de escravos.

⁶⁶ Esse dispositivo nacional surgiu com a criação da base francesa de Leixões em 1997, para utilizar a força contra os concorrentes do comércio escravista da França e de Portugal, que nesse período tinham uma aliança econômica. Essa base foi solicitada a pedido urgente ao Governo Português para ficar permanentemente nesse porto, objetivando a utilização destes navios para a luta anti-submarina liderada pelo capitão do Porto de Leixões contra os britânicos (SALGADO, 2018).

⁶⁷ É o ramo naval das Forças Armadas Francesas com uma das mais tecnológicas frotas navais de combate de navios-patrolha com porta-aviões de propulsão nuclear, além de dez submarinos com lançadores de mísseis balísticos intercontinentais.

⁶⁸ Era a costa litorânea do Rio de Janeiro, sendo um dos pontos mais importantes para o comércio colonial, principalmente a carga de escravos que saía de Lisboa, uma frota carregada de mercadorias que, após deixar a carga no porto da cidade e depois voltava para a Europa com quantidade do metal, extraído “das minas de São Paulo vendidos no Rio de Janeiro (FRANÇA & HUE, 2014, p.75).

⁶⁹ Umas das capitais da África do Sul.

açúcar, algodão e outros cultivos no nordeste brasileiro (VASCONCELOS & MENDES, 2023)⁷⁰. Algumas como: Capitania da Baía de Todos os Santos, Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco, em particular, estas duas últimas, tornaram o tráfico negreiro um investimento inteiramente privado, funcionando com empresas (GOMES, 2019; VASCONCELOS & MENDES, 2023), parafraseando Eric Williams (2012) “o capital gerado pelo comércio negreiro no Caribe teria sido suficiente para financiar a Revolução Industrial inglesa no final do século XVIII” (WILLIAMS, 2012, p. 55).

Somado a estes fatores, houve uma disparada na fabricação de cachaça e fumo, que eram também moedas de trocas por escravizados neste período. Estes foram suficientes para gerar a Revolta dos Malês. Esta ficou conhecida por este nome porque “foi um movimento regidos por escravos haussás e pelos nagôs, que eram africanos falantes do iorubá, entre os quais se incluíam os malês, ou seja, nagôs islamizados, ambos capturados no litoral do golfo do Benin” (REIS, 2014, p. 69). Essa revolta foi promovida por estes cativos, em especial haussás e nagôs, que se concentravam em grandes colônias étnicas na região, chamadas de “nações”, ou, *nación*, *nation*, *natie*, eram como quilombos, que tinham suas estruturas organizadas por líderes negros (REIS, 2021).

Nesse momento entra o segundo acontecimento, que foi Revolução Haitiana, que ocorreu na Ilha Espanhola, que marca a relação entre Salvador e Haiti, pois, estas nações de negros nagôs, espalhadas pela Bahia, tinham vínculo com as nações que existiam no Caribe, e por isso, elas foram encorajadas a se revoltarem tendo como exemplo a Revolução Haitiana (1791-1804) (REIS, 2021). O que comprova a possibilidade da relação entre estes dois lugares, rompendo, por exemplo, com algumas hipóteses que relatam sobre a dificuldade de comunicação entre comunidades negras pela diferenciação do idioma.

Ou algum tipo de rivalidade entre estes poderia impossibilitar tal aproximação, seria o quantitativo de desembarque e embarque do fluxo de escravizados entre a região baiana e as ilhas do Caribe, como mostrado anteriormente. Além disso, o objetivo maior da revolução dos malês era para seus integrantes, compostos por negros escravizados, terem participação na estrutura política das colônias, ou seja, participar das cadeiras do poder e assim conseguir garantir melhores condições de vida para os negros a partir do fim da escravidão e também a agricultura açucareira.

Por um lado, a Revolução Haitiana conseguiu mostrar que os negros de Salvador poderiam sacudir as estruturas colônias, mostrando que poderiam acabar com a escravidão. Por outro lado, provocou a remoção de um dos maiores fornecedores do açúcar brasileiro que movimentavam o mercado mundial que era a França, isso conseqüentemente, fez com que a Bahia (principalmente

⁷⁰ Este trecho está no artigo intitulado “*Without Blacks There Can Be No Gold, Sugar or Tobacco: the role of race in the economy of the modern international system*” de autoria da autora com a co-autoria de Virgílio Mendes, apresentado no 47º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), publicado no *Scielo Preprints*.

em sua capital Salvador), apropriada por Portugal, triplicasse os engenhos de açúcar e o número de escravizados para ocupar esse lugar. Ou seja, o “número de engenhos baianos cresceu de 221, em 1790, para 315, em 1818, ou seja, a exportação do açúcar baiano subiu de 500 mil arrobas em 1789 para mais de 1 milhão em meados da década de 1790, e aí estacionou” (REIS, 2014, p. 76).

Dessa forma, a economia escravista que se alimentava através das produções nos engenhos aumentou o consumo de mão de obra, intensificou o tráfico transatlântico, além do aumento dos conflitos na Costa da Mina, o que mais tarde seria a corrida do ouro, com a exploração do ouro em Minas Gerais (REIS, 2014). Nesses processos, Salvador continuou recebendo escravos africanos no litoral e os que eram exportados da Costa da Mina, em condições desumanas, sob torturas, maus tratos, excesso de fome, de exploração, aumento de doenças por condições insalubres e diversas outras coisas que seria impossível relatar em apenas um parágrafo. De fato, a Revolta dos Malês, não aconteceu porque um grupo de ‘trabalhadores canavieiros’ buscavam direitos trabalhistas ou porque eram escravos fugidos e rebeldes, a revolta aconteceu pela necessidade de humanização e paz para aqueles que eram considerados mercadorias humanas.

Essa paz representava, por exemplo, o fim da imposição do catolicismo, o fim do regime escravocrata, a reforma de prestação de serviços nos canaviais para a produção do açúcar, além da criação de uma república islâmica que representassem os negros, implementada no nordeste baiano. Essa revolta é sufocada pela repressão dos colonos que capturaram os principais líderes e levaram a julgamento no Tribunal da Relação da Bahia, onde toda a audiência foi conduzida pela Ouvidoria do Crime, registrada no documento chamado de *Acórdão*⁷¹(REIS, 2014). Na seção seguinte entenderemos como, tanto a estrutura da economia açucareira, quanto toda essa movimentação de comercialização humana que desencadeou outras estruturas e sistemas podem ser interpretados dentro do aspecto do Nomos da terra.

3.4 O TERCEIRO NOMOS DA TERRA: A CONTINUAÇÃO DA REVOLTA

Para que possamos entender *Nomos da Terra* precisamos nos desprender das ideologias tradicionais que tendem a reproduzir a história contada pelo ocidente. O que faz parecer que estamos rodando em círculos ou que estamos incorporados por um tipo de carma ocidental⁷². Que domina tanto o campo epistemológico, quanto na construção dos nossos corpos e da nossa alma,

⁷¹ Refere-se ao documento proferido contra os Confederados Homens pretos naturais da Costa da Mina, de Nação Usá, 13 de novembro de 1814. Sua cópia está na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (BNRJ), II, 33, 22, 72. (REIS, 2014, p. 77)

⁷² Coloco esta expressão referindo-se ao carma como um espírito deixado pela colonização, sendo este o próprio colonialismo, que dificulta o desprendimento do Ocidente. Dialogando assim com o conceito da palavra mencionado no dicionário online *Oxford Languages* (2024), como: uma forma sutil de matéria que, se desenvolve na alma, prejudicando-lhe a pureza e, com isso, prolongando seu ciclo de transmigrações e adiando a possibilidade de salvação final. (OXFORD LANGUAGES, 2024)

para podermos nos desprender desse espírito, seria necessário alguns banhos de *Ebo*⁷³. Apesar de parecer desconexo, seria o começo da re-codificação da política de Salvador e também uma realocação das peças na política internacional.

Dessa forma, objetivo desta seção, que apesar de parecer uma sessão de terapia emocional, sendo indiretamente internacional, é para podermos analisar como as questões tratadas, nas seções anteriores, que ocorreram no passado, forjaram processos que colocam a cidade de Salvador em dois pilares. O primeiro está associado com um presente, que se define dentro da ideia de modernidade, mas que, porém, tem nas suas estruturas ainda no passado colonial, já que se conserva o colonialismo, sendo operacionalizado pelo Estado, atingindo principalmente a população negra. O segundo pilar, é a posição de luta constante, gerida principalmente pela sua população negra e afrodescendente, contra o sistema contínuo de racismo institucional, desigualdades, genocídios, violência policial, entre outras. Essas lutas, são o resultado de revoltas anteriores, que na atualidade se tornaram um tipo de revolução da resistência, utilizando outros tipos de armas, que será melhor detalhado adiante.

Estas duas posições que Salvador é colocada será enquadrada, nesta seção, em dois momentos, no primeiro será dentro da ideia de modernidade/colonialismo conceituado no Segundo *Nomos da Terra*, que se concretizou em acontecimentos no sistema global atual, dentro da ideia de geopolítica atlântica com foco na formação e transformação da ordem mundial moderna/colonial, que o autor data entre 1500 a 2000, apontado por Carl Schmitt (2006 [1950]) dialogando com a Matriz Colonial do Poder (MCP) de Aníbal Quijano (2017). Já o Terceiro nomos da terra é apontado por Mignolo (2021) como um ato de revolta contra o Ocidente que age como uma força de desocidentalização, resultando em uma reconstituição, que o autor aponta como solução para mudanças no âmbito da política internacional (MIGNOLO, 2021).

No livro intitulado “ *The Nomos of the Earth: in the International Law of, the Jus Publicum Europaeum*” de Carl Schmitt (2006), o autor explica que ‘nomos’ era uma expressão utilizada para se referir a primeira apropriação da terra entendida como a primeira partilha e classificação do espaço, para a divisão e distribuição primitiva e para descrever o processo fundamental envolvido na relação entre ordem e orientação (SCHMITT, 2006). Ou seja, o nomos, assim como qualquer outra expressão comum, era utilizada para se referir a atos direcionados em uma relação de ordem, entre monarquias, cleros, civilizações, etc. Para além disso, o autor explica que esta palavra é considerada uma das mais antigas do mundo, ela teve influência da filosofia gregos passando a ser

⁷³ Em Salvador, esse banho é conhecido por curar chagas do corpo e da alma. Seu preparo é ensinado pelas mulheres pretas velhas para as pretas novas, ele é utilizado, principalmente, como uma forma de purificação da alma, isto é, livrar de qualquer encosto que esteja atrasando a prosperidade em qualquer pessoa, também é usado nos terreiros de Candomblé. O banho de ebó, é preparado com várias folhas, escolhidas pelas pretas velhas que escolhem o tipo de mata e o horário para a retirada das folhas, depois de preparado a pessoa é banhada e no ato é proibido guardar ou deixar sobrar o banho.

reconhecida como uma expressão utilizada por juristas e monarcas. Por isso, se tornou também uma forma de representação de regra para apropriação de terras (SCHMITT, 2006).

Outro ponto, que o autor explica, que *nomos* foi se tornando um elemento central na política ocidental, já que se tomou em regra num sistema de Leis e normas, que foi estudada por Platão e Aristóteles, que “significava uma mera regra - e o *nomoi* de Platão já contém algo do utópico caráter plano das leis modernas. Aristóteles distinguiu entre a ordem concreta na totalidade, a politeia, e os muitos *nomoi* individuais, *Nomoi* [Leis] (SCHMITT, 2006, p. 66, grifo nosso). Ou seja, em primeiro lugar, *nomos* significava uma expressão de apropriação de terra, em segundo, uma regra da propriedade fundiária, e em terceiro lugar, o *nomos* foi um governo das classes médias (SCHMITT, 2006). Por um lado, funcionava como um incentivo de lutas contra a oposição ao domínio dos muito ricos, por outro, apontava como necessidade o domínio das massas pobre (SCHMITT, 2006).

Mais adiante, o sentido do *nomos*, entrou na diferença, no que diz respeito, sobre as ideologias modernas do “estado de direito”, é que nesta mesma interpretação, os sofistas Cálicles, definiu *nomos* o direito do mais forte, sendo uma expressão, que na Alemanha atual chama de ‘poder normativo’ do dado (SCHMITT, 2006). Segundo o autor, foi através destas ideologias que o *nomos* se tornou um processo fundamental na distribuição de espaços e na apropriação de terras como uma forma constitutiva protegida pelo direito internacional, temos como grande exemplo, a apropriação do ‘Novo Mundo’, entre outras terras invadidas a apropriadas pela Europa, como ele afirma:

[...] O novo global, resultante da circunavegação da Terra e da grande descoberta. As décadas dos séculos XV e XVI exigiram uma nova ordem espacial. Assim começou a época do direito internacional moderno que durou até o século XX. A luta pelas apropriações terrestres e marítimas do Novo Mundo começou imediatamente após sua descoberta. A divisão e distribuição da terra tornou-se cada vez mais uma preocupação dos povos e potências existentes na proximidade. Linhas foram traçadas para dividir e distribuir o todo terra (SCHMITT, 2006, p. 86, tradução nossa).⁷⁴

É interessante destacarmos que apesar de não ser nossa intenção trazer um debate sobre o surgimento do direito internacional, o autor critica a ideia da construção das leis e normas, que deveriam ser usadas para manter uma sociedade justa e igualitária. Porém, serviu para legitimar um dos maiores atos de violência do mundo, que foram as invasões e apropriações de terras (SCHMITT, 2006). Dessa forma, a partir da ideia de *nomos* como ato de apropriação e dominação forma-se o segundo *nomos* da terra, a partir da criação de inovações se começou a formação da

⁷⁴ No original: The new global, resulting from the circumnavigation of the Earth and the great discovery. The decades of the 15th and 16th centuries demanded a new spatial order. Thus began the era of modern international law that lasted until the 20th century. The struggle for land and sea appropriations of the New World began immediately after its discovery. The division and distribution of land became increasingly a concern for the people and powers existing nearby. Lines were drawn to divide and distribute the whole land.

ordem mundial moderna, por vias terrestres e marítimas (SCHMITT, 2006).

Além destas ações se tornarem cada vez mais frequente e normal entre os povos dos países considerados potências mundiais (SCHMITT, 2006). Ou seja, o segundo nomos se inicia pelas primeiras tentativas de estabelecer as dimensões e demarcações de uma ordem espacial global, traçando linhas, superficialmente, com divisões geometricamente, que criou uma ordem espacial substantiva da Terra (SCHMITT, 2006). Também, nas palavras do autor, o nomos se torna em nomos da terra, pois, “em todas as épocas da humanidade, a terra foi apropriada, dividida e cultivada, sendo a era das grandes descobertas o momento dos homens dominá-la” (SCHMITT, 2006, p. 92, grifo nosso).

Na obra “*The politics of decolonial investigations*” escrita pelo autor Walter D. Mignolo (2021), o autor faz uma associação entre modernidade e colonialismo na política internacional através da comparação do segundo nomos da terra com a matriz colonial do poder (MCP). Ou seja, ele acrescenta que o segundo nomos da terra, representa a unificação da unipolaridade dos Estados, nas relações internacionais, com a hegemonia, ou, domínio dentro de uma concepção de modernidade ocidental (MIGNOLO, 2021).

O que torna esse domínio ocidental cada vez mais crescente reproduzindo uma lógica colonial através da apropriação de terras. Como destaca o autor que a colonização “para os europeus foi o momento inicial e triunfal da constituição da civilização ocidental, cujos primeiros passos foram dados na Europa a partir do século XIV – constituição simultânea com miséria, vivida pelos desamparados” (os não europeus) (MIGNOLO, 2021, p. 486, grifo nosso). Neste ponto, Mignolo faz uma comparação da MCP trazida por Quijano, para mostrar que foi nesse momento que a ideia da modernidade (como salvação) quanto da lógica da colonialidade (justificada na diferença colonial), ambas usadas enquanto justificativa aos atos promovidos pelo ocidente de expropriação, desapropriação, exploração e a desvalorização contra outros povos (QUIJANO, 2017; MIGNOLO, 2021).

De fato, o segundo nomos contribuiu para a construção e o desenvolvimento da retórica da modernidade, o que fez acontecer a promulgação da lógica da colonialidade, que também representa o pensamento linear global, dominou a anomia da Terra (sociedade política global emergente, atores, ONG e os Estados (QUIJANO, 2017; MIGNOLO, 2021). É neste sentido que o primeiro pilar de análise de Salvador entra no debate, como dito anteriormente, a própria cristalização da MCP, sendo operacionalizado pelo Estado atingindo principalmente a população negra, na atualidade, desencadeia consequências racializadas. Isso começa com a constituição da América, que Quijano (2005) explica “o espaço/tempo e estabeleceram-se eixos padrão de poder (QUIJANO, 2005). A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, assumida pelos conquistadores como fundacional, das relações de dominação” (QUIJANO, 2005, p. 10, grifo

nosso).

Sendo que este padrão de poder forjar a identidade da modernidade, esta última, o autor define como categoria mental criada pelo europeu para disseminar a ideia de civilizado/humano e não humano e a raça europeia das outras (QUIJANO, 2005). Apesar da relevância presente nestes pontos nos deparamos com dois problemas, um relacionado a negação da existência do racismo, colocando a escravidão como coisa do passado e o segundo está na ideia de modernidade como algo evoluído, novo, que provocou mudanças sociais e por isso todos são iguais perante as Leis e portadores de direitos, ou seja, a negação do racismo o torna cada vez mais vigente na cidade de Salvador.

Estes dois problemas destacados demonstram a própria cristalização da MCP na conjuntura política e social da cidade de Salvador, resulta como efeito o ‘genocídio da população negra⁷⁵’, como, por exemplo, os altos índices de jovens negros mortos em operações policiais na cidade, como apontam os dados do relatório escrito por Ramos, et al., (2023) através da “Rede de Observatórios da Segurança” com base nas informações das secretarias estaduais de segurança publicada, seguindo os critérios de classificação racial dos pretos e pardos estabelecido pelo IBGE (mencionado no início do capítulo).

Entre 2015 a 2022 constatou-se um crescimento de 300% mortes registradas como decorrentes de violência policial, já no quarto ano consecutivo de 3.171 registros de morte, com informação de cor/raça declaradas, os negros somaram 87,35%, correspondendo a 2.770 pessoas vítimas da violência policial, esses dados apenas no estado da Bahia, concentrados na cidade de Salvador (RAMOS, et al., 2023).

A cidade está entre os seis municípios com mais mortes decorrentes dessa violência, dados por raça: parda, 274, branca, 28, preta, 120, negra, 394, amarela, 2, foram registradas 1.465 mortes em 2022, entre estes 74,21% das vítimas tinham idade entre 18 a 29 anos e 29,90% aconteceram na cidade (RAMOS, et al., 2023). Apesar desses altos índices comprovarem a operacionalização do racismo institucional contra a população negra, que no relatório, são atribuídos alguns estereótipos como: ter a pele preta, morar em favelas e ser pobre, já se enquadra no alvo da violência policial (RAMOS, et al., 2023).

Nem os órgãos de segurança pública, nem o Governo do Estado da Bahia, apresentam qualquer tipo de solução plausível para colocar um fim nestas violências contra a população negra. Apenas as

⁷⁵ Essa temática tem sido cada vez mais pautada em pesquisas, como também tem sido o desafio principal do Estado para obter uma solução, já que esta prática vem da violência policial nas favelas contra os moradores. Levando este debate em forma de denúncias, essas questões na favela na qual vivi e as experiências pelas quais meus familiares passaram pelo racismo institucional. Além de ponderações sobre o crescimento do genocídio da juventude negra, nesta favela, como sendo orquestrado pelo estado utilizando como ferramenta a força policial no projeto de pesquisa intitulado ‘*Quem puxa o gatilho? Violência policial contra moradores da favela Planeta dos Macacos, Salvador-BA*’ (2019).

justificam como sendo resultante da guerra às drogas, afirmando que é nesta situação que ocorre o confronto de agentes da polícia contra os criminosos, no entanto, a cor de quem morre não mudou, como demonstrado nos dados do total de mortos pela polícia em 2022, com 94,76% eram negros (RAMOS, et al., 2023). Além disso, o que o estado define como guerra às drogas, sendo a principal motivação para as operações policiais, afetam cotidianamente a vida das pessoas que residem principalmente nos territórios de periferia e favelas de Salvador.

Um outro ponto é que além das mortes, outros setores são afetados quando acontecem estas operações policiais, como o fechamento de escolas e postos de saúde, além da impossibilidade da circulação dos moradores para seus trabalhos e outras atividades diversas, o que representa a violação direitos básicos (RAMOS, et al., 2023). Parafraseando os autores, “No final, os únicos resultados dessas operações são as pilhas de corpos, vidas de crianças, adolescentes e jovens perdidas e esquecidas” (RAMOS, et al., 2023, p. 20).

O segundo pilar, para se analisar Salvador, refere-se a posição de luta constante, presente tanto na história da composição de sua história quanto na atualidade de algumas conquistas da população negra e afrodescendente. Isso marca tanto a luta contra o sistema contínuo de racismo institucional, desigualdades, genocídios, violência policial, entre outras, quanto a conquista e amplitude de direitos básicos para negros e afrodescendentes. Este segundo pilar trago seria uma forma de prática do que Mignolo (2021) denomina como o Terceiro nomos da terra. Principalmente por ele ser classificado como um ato de revolta contra o Ocidente que age como uma força de desocidentalização, resultando em uma reconstituição, está ocorrendo no âmbito da política doméstica atinge a política internacional (MIGNOLO, 2021).

Antes de entendermos esta ligação entre lutas e o terceiro nomos, é interessante entender que ele não exclui o segundo nomos trazido por Schmitt (MIGNOLO, 2021). Ao contrário, o terceiro nomos se constituiu através da existência da pluralidade, tanto na esfera dos Estados como na esfera do povo (a sociedade política organizadas), a reexistência, a reemergência e o ressurgimento são as forças e energias do primeiro nomos que se transformam no terceiro emaranhado com o segundo (MIGNOLO, 2021). Ou seja, a constituição deste terceiro nomos é formada por todas as tentativas de lutas e revoltas contra o ocidente ou qualquer tipo de imperialismo dele sobre outros povos, ele é uma re-significação do segundo por que ele coloca a revolta como uma forma de mudança entre sociedades e corpos políticos, como entre os atores internacionais.

O autor destaca alguns pontos sobre a relação entre o terceiro nomos como uma forma de revolução, mostrando também a relação que ele tem com o pensamento decolonial, que apesar de não ser o assunto central desta seção é importante mencionar. Ele explica que “as práticas que representam o reexistir e o reemergir, são os horizontes da política decolonial, em geral, não apenas a política estatal, mas a política básica exigida pela práxis de viver dentro do MCP” (MIGNOLO,

2021, p. 489, tradução nossa).⁷⁶ Ainda segundo o autor, o ato de reexistir e reemergir significam a afirmação do sujeito comunitário que a modernidade o ‘sujeitou’ a competir e ter sucesso, estes sujeitos não são da Grécia ou de Roma (MIGNOLO, 2021). Estes são do Sul da América Latina com descendência dos povos indígenas colonizados e africanos escravizados, para estes que compartilham as mesmas experiências do histórico de colonização a tarefa da política decolonial e da reconstituição epistêmica (MIGNOLO, 2021).

Um dos exemplos do funcionamento do terceiro nomos da terra, mencionado pelo autor, é relacionado a inserção de líderes indígenas em universidades europeias, ocupando cadeiras acadêmicas para falar sobre seu povo e sua forma de viver, como ele aponta “da mudança de era é que os acadêmicos indígenas, estão lenta, mas incansavelmente a ocupar cadeiras na mesma mesa com acadêmicos e jornalistas anglo-americanos e da Europa Ocidental” (MIGNOLO, 2021, p. 497, tradução nossa).⁷⁷

É nesta perspectiva que também podemos trazer a inserção da comunidade negra e afrodescendentes nas universidades da cidade de Salvador como uma representação do terceiro nomos da terra. Já que o acesso à educação representa as lutas promovidas pela população, com a representação da disseminação da política decolonial, ou seja, uma revolta contra o ocidente para gerir mudanças. Por isso, apontamos anteriormente, que o segundo pilar ser composto por lutas da população da cidade para ampliação e conquistas dos direitos para povos negros e afrodescendentes.

Entre estas conquistas, justamente o direito à educação para a população negra, com a inserção dessa população nas universidades (públicas e privadas), neste sentido temos dois elementos que contribuíram para a eficácia desse direito. A primeira são as Políticas de Cotas⁷⁸ raciais, e a segunda envolve as Organizações Não Governamentais (ONG’s) com projetos de vestibulares, espaços com estruturas escolares, tendo, educadores que ministram aulas e cursos preparatórios, voltados ao público de jovens negros e afrodescendentes das periferias e que se encontram com vulnerabilidade social, entre estas trazemos o caso do Instituto Steve Biko.

Antes, abrimos um parêntese para ressaltar sobre educação internacionalmente como ferramenta de política externa, do Brasil para outro países, mencionada na tese de doutorado do professor Felipe Almeida (2022) intitulada “*Universidades federais de missão institucional internacional e*

⁷⁶ No original: Reexisting and reemerging (I will come back to these concepts) are the horizons of decolonial politics at large, not only state politics but the basic politics demanded by the práxis of living and especially of living within the cmp.

⁷⁷ No original: One of the signs of the third nomos and the change of era is that Indigenous scholars are slowly but relentlessly occupying chairs at the same table with Anglo-American and western European scholars and journalists.

⁷⁸ Segundo as informações constatadas no relatório promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais com formulação políticas públicas, as cotas raciais surgem através da Lei no 12.711/2012 (IPEA, 2020). Esta lei estabelece que todas as “instituições federais de ensino superior (IFES) e ensino técnico de nível médio devem designar metade de suas vagas para egressos de escola pública, entre as quais 50% devem ser para pessoas de baixa renda (envolvendo candidatos pretos, pardos e indígenas)” (IPEA, 2020, p. 16, grifo nosso)

seu papel para a política externa brasileira”, porque, o próprio contexto histórico da construção educacional e a luta para seu acesso fosse um direito de todos, está relacionado tanto com a política internacional quanto no âmbito doméstico. Essa tese em específico denota o papel das universidades (públicas e privadas) na missão institucional internacional para política externa brasileira, e como exemplo, o autor destaca a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (ALMEIDA, 2020).

Ponderando que são “instituições educacionais destinadas a cumprir missões institucionais internacionais em linha com a política externa do segundo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (ALMEIDA, 2020, p. 8). Ou seja, estas instituições educacionais, em sua funcionalidade, representam o nomos da terra, pois, são fundamentais tanto para a inserção da comunidade negra e afrodescendentes nas universidades, quanto das outras partes da América Latina, mais a África.

Sendo essa forma uma possível possibilidade das pessoas destes espaços reescreverem, educarem, ensinarem e transmitirem as narrativas não ocidentais ou que vão contra estas. Além disso, ambas funcionam objetivando enfraquecer a estrutura social e política racistas e suas desigualdades, já que promovem integração cultural, política, ancestral, educacional, experiências, vivências entre países que compartilham da experiência de serem colonizados. Inclusive, estrategicamente a UNILAB, está no nordeste do Brasil, nos estados do Ceará e outro na Bahia (campus dos Malês em São Francisco do Conde-Salvador). Já a UNILA fica no sul do Brasil, no estado do Paraná, dando a possibilidade para a estrutura sulista entender o impacto que a colonização causou e a importância da integração.

Sendo assim, ainda existem muitos desafios envolvendo tanto a entrada nestas universidades quanto as políticas de permanência, a intenção aqui não é trazer o debate sobre ambas ações nem o contexto histórico e político dos pontos positivos e negativos das cotas raciais. Nem tão pouco descredibilizar sua importância, como afirma o autor Kabengele Munanga (2001), a política de cotas se enquadra nas chamadas políticas de ação afirmativa, que tanto segue uma ideologia anti-racista, por outro lado, é necessária, principalmente, nos países com o passado racista, como o Brasil (MUNANGA, 2001). Por isso, focaremos no segundo elemento. Começando pelos quantitativos apontados por instituições do estado da Bahia, como os dados apresentados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em conjunto com as Secretarias de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), comprovaram que em 2012 o percentual de negros no ensino superior era de 3,6%, esta estatística mudou depois, tendo um aumento significativo desses numero em 2022 atingindo 6,9%, ou seja, entre 2012 e 2022, o quantitativo soltou de 412 mil para 845 mil (representando 105%) (POLCRI, 2023; DIEESE, 2023, SEPROMI, 2023).

Além disso, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que está localizada em Salvador, publicou uma matéria sobre o perfil racial da comunidade universitária, o que reafirma a importância e o sucesso das ações afirmativas, atestando que entre 2005 a 2012 dos 43.241 mil ingressantes da universidade 19.227 mil são optantes por cotas, enquanto entre 2017 a 2022 dos 29.714 mil ingressantes 13.414 mil são por cotas (UFBA, 2023). Sobre estes números, o reitor da universidade Paulo Miguez afirma que, apesar dos números terem tido um aumento significativo, ainda é necessário mais do que garantir vagas, porque, precisamos entender as dificuldades do público-alvo destas políticas para que as necessidades sejam atendidas (UFBA, 2023). Ainda assim, devemos considerar estes dados como uma representação significativa do avanço na história da população negra de Salvador, como também, eles demonstram um avanço na educação, inserção no mercado de trabalho e o enfraquecimento do racismo voltados a esta população.

Como ressaltam as autoras no artigo *“Educación, decolonialidade y quilombo: posibilidades de transgresión de los currículos y prácticas educativas”* da autora Livia Souza, et al., (2022), as autoras trazem a relação do ato de resistir com os avanços da educação para a população soteropolitana “a resistência e o resistir se tornaram elementos fundamentais na correlação de forças entre os submetidos, à diáspora africana e a sociedade, estruturalmente, hierarquizada e escravocrata brasileira” (SOUZA, et al., 2022, p.20).

Ou seja, essa forma de resistir representa uma comunidade negra que além das formas de sabedoria, cultura e educação oriunda das ancestralidades, tanto indígena quanto africana, rompe os imaginários do ensino ocidental levando esse conhecimento para as universidades. O que acaba criando uma autonomia dessas comunidades nestes espaços, que muitas vezes são embranquecidos e elitizados (SOUZA, et al., 2022). Isso acontece porque “a educação é uma forma de rebeldia que culminou na formação de comunidades negras, que continuam existindo, resistindo, dissolvendo-se e reagrupando-se mesmo após o advento da República” (SOUZA, et al., 2022, p.20).

Essa representação da educação na comunidade negra, colocada pelas autoras, é somada as revoltas escravas, as organizações nos quilombos, os grupos de mulheres negras com suas cantorias nas senzalas, é por isso não se torna uma educação de revoltas, resistências, agrupamento, aquilombamento, dos cânticos ancestrais, do candomblé, do vodu, o que marca Salvador como uma grande universidade histórica e atual. Sendo ressaltado pelas autoras “a grande necessidade de reformular as histórias dos povos negros no Brasil, principalmente, pela recomposição das narrativas, dos símbolos e dos significados, para a redefinição das narrativas da consciência social” (SOUZA, et al., 2022, p.20, grifo nosso).

Por fim, organizações, não governamentais, que contribuem com esse aumento da população negra soteropolitana inserida nas instituições educacionais do ensino superior, através de ministração de aulas e cursos preparatórios para estes jovens negros e afrodescendentes das

periferias, muitos estando em vulnerabilidade social, destacamos o papel do Instituto Steve Biko (ISB). A primeira vez que tivemos contato com este instituto foi na cidade de Salvador, onde ele funciona, localizado no centro do Pelourinho, na subida da ladeira do Carmo, no ano de 2012. Nessa época o ISB fazia parceria com um Instituto Nextel (IN), onde oferecia cursos profissionalizantes para jovens negros de baixa renda e poderia estagia no ISB para comprovar a experiência profissional e dessa forma ter facilidade para se inserirem no mercado de trabalho. Entre o tempo que IN funcionou houve a capacitação com encaminhamento para o mercado de trabalho de diversos jovens negros, entre estes obtive a experiência de participar. Ainda sobre o ISB.

O autor Marcos Pereira (2023), no seu artigo “*Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ações afirmativas e empoderamento negro: o caso do Instituto Steve Biko em Salvador*”, afirma que o intuito é uma das mais importantes política baiana que representa uma forma de cooperação internacional que desenvolve o empoderamento negros tanto na cidade de Salvador quanto na política internacional (PEREIRA, 2023). Isso acontece porque as práticas da cooperação internacional entre as organizações não governamentais começam a aumentar com a onda da descolonização envolvendo os países africanos e asiáticos (PEREIRA, 2023).

Marcada no Brasil pela resistência da sociedade civil organizada pelos movimentos negros contra a ditadura militar, isso possibilitou a aproximação de ONG’s brasileiras com os movimentos civis e da diáspora negra (PEREIRA, 2023). Entre este período em diante, o Movimento Negro conquista a inserção do debate étnico-racial nos espaços institucionalizados da sociedade brasileira, isso gera mudanças e formas de repensar e refletir o papel do negro na sociedade brasileira, sendo que o racismo era considerado inexistente (PEREIRA, 2023).

Ou seja, mesmo com a abolição da escravidão no século XIX, sua estrutura continuou perpetuando o racismo, principalmente, mediante as ideologias do mito da democracia racial somado ao idealismo branco. Em combate a este modelo de sociedade brasileiro surge o ISB em 1990, visando dá autonomia aos estudantes negros (PEREIRA, 2023). O nome do ISB faz referência e homenagear o grande ativista sul-africano chamado Bantu Stephen Biko, que promoveu uma grande luta antirracista com o apartheid na África do Sul. O autor traz o contexto de cooperação já que o ISB firmou uma cooperação internacional com a Coca-Cola Foundation em 2016, visando fortalecer e aumentar o número de instituições do projeto Pré-vestibular (portando salas de aulas, biblioteca, brinquedoteca e salas administrativas). O que o autor considera que assim, o ISB, “vem fortalecendo a construção de capacidades dos jovens negros de Salvador, para que estes cresçam, evoluam, entrem nas universidades e construam suas próprias competências intelectuais e profissionais” (PEREIRA, 2023, p. 6).

Sendo estas competências associadas ao domínio da liderança, autonomia e coordenação que a

população jovem negra possa ter, além de gerar mudanças no meio social que vivem. Dessa forma, o terceiro nomos da revolta utiliza, como ferramenta, as próprias instituições, apesar dessa revolta possui um formato diferente da Revolta dos Malês, por exemplo, carrega o mesmo objetivo, sendo uma luta de libertação da população negra soteropolitana contra a exploração, desigualdades, violências, pobreza, entre outras.

CONCLUSÃO

Como exposto neste terceiro capítulo, os fragmentos históricos comprovam a presença dos povos indígenas Goitacás, nas costas litorâneas do Nordeste, o que inclui Salvador, e não só os tupis e guaranis. Por isso, Salvador, antes de ser considerada cidade, era um pequeno complexo açucareiro, com grande movimentação para produção e comercialização do açúcar e de outras atividades agrícolas que eram realizadas pelos próprios Goytacazes, como o abastecimento de pecuária. Nestas planícies açucareiras as organizações eram chamadas de mocambos, além dos indígenas, eram composto por roceiros, garimpeiros, etc. que se alojavam nas planícies açucareiras (MARTIN, 2005).

O desenvolvimento do comércio açucareiro dependia do solo específico para o plantio, este é o elemento principal que marca a permanência da colonização na região nordestina. Sendo o solo do massapê, que promoveu a sobrevivência dos Goytacazes e o cultivo da cana-de-açúcar. Essa fertilidade vem dar cor escura formada há milhões de anos de decomposição do granito perdido na eternidade, tornando Salvador uma das maiores produtoras do açúcar. A presença destes povos criou uma forma de combate a colonização e a escravidão para a produção do açúcar no âmbito internacional. Tanto que, pois, dificultando tanto a interiorização de colonos, como o estabelecimento de propriedades nestas terras.

Essa tentativa de combate à colonização ficou marcada pela forma que estas comunidades faziam. Os Goytacazes tinham suas próprias técnicas de ataques e estratégias de eliminar os acampamentos dos colonos. Isso foi criando barreiras contra a expansão da colonização para dentro de Salvador, sendo uma das coisas mais temidas pelos colonos era a prática ritualística do canibalismo. Isso acabava dificultando tanto a interiorização de colonos, seus alojamentos e propriedades nestas terras, quanto prejudicou, bastante, a venda do açúcar e a comercialização dos escravizados internacionalmente.

O ritual do canibalismo, além de amedrontar os colonos enfraquecia a economia vinda da exploração e do açúcar, era uma forma de autodefesa e de proteger sua população e seus territórios da colonização com força sem temor dos colonos. Neste mesmo período em uma ocasião que aconteceu o canibalismo foi presenciado por um dos colonos sendo registrado no ‘Manifesto

Antropófago' de Oswald de Andrade, que apesar de ser analisado como um texto fundador da cultura brasileira, ele também representa a certidão de nascimento do Brasil (a partir do nordeste). Neste manifesto é relatado a morte do Bispo Sardinha 'devorado' pelos índios, esse acontecido é tido como o momento fundacional pela prática do canibalismo (CAVALCANTI, 2021).

Outro fator é que os mocambos dos Goytacazes se expandiu para o sudeste brasileiro, se concentrando no norte da cidade do Rio de Janeiro, região essa que ficou conhecida por Campos dos Goytacazes, predominando-se as atividades como: criatório de gado, depois, desenvolveu-se a cultura de cana-de-açúcar, aumentando assim as fábricas. Estes mocambos, também abrigavam comunidades dos negros que fugiam dos senhores de engenho, eram considerados fugitivos, pois, em grande número também colocavam em risco o comércio do açúcar pelas grandes evasões que iam atingindo os engenhos. Ainda assim, Salvador continuava sendo a peça central para economia colonial internacional, principalmente pela sua geografia estratégica, e por isso, foi a região do Brasil que mais recebeu africanos escravizados.

Dessa forma, o papel de Salvador no sistema internacional moderno é marcado desde a exploração do seu solo, o massapê, mais a mão de obra indígena, que com o fracasso dos colonos nessa tarefa decidiram extingui-los. Com o crescimento da produção do açúcar houve a necessidade de aumento da mão de obra negra para produzirem mais açúcar nas indústrias açucareiras artesanais, que era liderado pelos países: Inglaterra, Portugal e Estados Unidos.

Entre estes países formaram-se alianças conjecturando uma determinada política da doçura, que é apresentada desde a produção para extrair a sacarose (açúcar) através do processamento da cana-de-açúcar e da beterraba sacarina. Até a comercialização em Bagdá, costeiro do Baluquistão e no Golfo Pérsico, o que contribui com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar como da sua produção na bacia do Mediterrâneo se estendendo até Espanha. Sendo cultivado também na Argélia, Egito, Sudão, Marrocos, Líbia e Tunísia e no Sul do continente europeu (Espanha), tornando a cidade de Veneza um dos maiores centros de exportação.

A política da doçura formou uma civilização do açúcar em Salvador, composta por empresas artesanais, que possuíam equipamentos para a transformação da matéria-prima, além da implementação de grandes áreas de plantios de cana, com o investimento de capitais. No geral isso resultou no acúmulo de capital para Portugal, França e principalmente para Inglaterra. Na cidade as consequências caíram na sua formação urbana gerando grande aglomeração urbana, graças ao aumento dos canaviais tornando Salvador na maior capitania na cultura canavieira.

A civilização do açúcar logo aumentou as demandas das vendas internacionais, necessitando cada vez mais da mão de obra escrava que aconteceu de duas formas, entre os séculos XVI e XVII (1500-1800), contabilizando mais de 15.000 (quinze mil) sendo o marco central da relação econômica entre Estados Unidos, Inglaterra e Portugal.

A primeira forma é chamada de intra-americano, liderado principalmente por Portugal e Inglaterra, com a divisão e vendas dos cativos, depois que chegaram às Américas, incluindo a comercialização de escravizados tanto entre os países da América do Norte e do Sul e nos estados de cada país destes. No caso do Brasil os sete principais portos eram no nordeste e sudeste, entre as cidades de Salvador, Recife, Maranhão e Rio de Janeiro. Contabilizando centenas de viagens mercantes além das viagens entre estes estados por terra.

Neste formato intra-americano, havia outras atividades econômicas, trazemos como exemplo, o conjunto de empresas de navios negreiros que eram patrocinadas para funcionar como empresas privadas, entre estas estavam a de Portugal e da Inglaterra. Estas tinham o total apoio da Coroa, para construírem grandes casas para captar grandes fortunas, nos principais portos, como o de Lisboa e Liverpool. Ou seja, os ingleses controlavam os comerciantes destes portos, lucravam com a venda de escravos e os exploravam para a caça à baleia, controlavam os serviços bancários e investiam no comércio com a China (para o mercado de chá e ópio).

Também, a Inglaterra lucrava com a produção e exportação do que eles chamavam de ‘ouro branco’ (açúcar). Diferente dos outros países, este, extrapolou lucros com a escravidão, começando antes dos portugueses chegarem ao Brasil, já realizavam esse comércio com indústrias artesanais produzindo açúcar e cultivando a cana no Recôncavo baiano, utilizando a mão de obra escrava e exportando esse açúcar para países europeus com o dobro do preço.

Ainda ganhavam outros lucros com a Royal African Company (RAC britânica) através da venda dos serviços militarizados, na costa da África, ilhas de Cabo Verde e o litoral de Gana, Ilha de Nova Amsterdã, com o fornecimento de cativos para as colônias inglesas no Caribe e na América do Norte e com os impostos cobrados pela empresa para os outros países europeus através da fiscalização e pedágio marítimo, que prestava serviços administrativos de legalização e registro dos traficantes enquanto empresa privada. Já Portugal lucrava principalmente com a atividade econômica da ‘prostituição doméstica’, em que usavam as mulheres negras capturadas para serem escravizadas, eram vendidas por altos preços na justificativa que poderiam gerar escravos. Isso gerou grandes lucros para Portugal e a coroa portuguesa. Isso tornou a prostituição doméstica em ato legalizado, como qualquer comércio comum.

A segunda forma foi no formato intra-caribenho, controlado principalmente pelos Estados Unidos (EUA), através da comercialização entre o Brasil e os países caribenhos, que não só acontecia por meios marítimos com altas concentrações através dos transportes terrestres. Os lucros viam tanto das tarifas alfandegárias da mercadoria humana de 15% por cada cativo que chegavam nos portos nas Caraíbas Orientais, Caribe, ilhas Dominicanas, São Vicente, Santo Eustáquio. Além dos distribuídos por São Bartolomeu que recentemente chegaram da África para outras ilhas, tinham as fazendas de reprodução humana, tendo mais demanda depois da proibição da escravidão que

enfraqueceu o comércio de escravizados, estando aberto apenas para o Brasil. Isso manteve os escravos brasileiros e os negros livres em ligação com a África, que facilitava a continuação do fluxo de escravizados entra no país, enquanto nos Estados Unidos já não entrava mais.

Estas movimentações escravistas aumentaram drasticamente o comércio de humanos, concentrado em Salvador ou passando por ela, o que acabou criando várias revoltas na cidade justificadas pelos tratos de exploração x tortura, o que torna essas revoltas em sinônimo de paz. Por isso, a ideia de paz nas senzalas representava em uma relação de barganha do castigo pela docilidade dos escravizados em cumprir suas tarefas. Ou seja, para os escravizados a paz não era no sentido de tranquilidade, calma, sossego, descanso, harmonia ou cuidado, e sim na obediência a qualquer custo, até mesmo de sua vida.

Essa paz deturpada estava relacionada a escravidão, por isso, era tratada enquanto organização social com efeitos deletérios, estes eram um tipo de circuito de causa e efeito, ou seja, as consequências produziam efeitos danosos de destruição ou morte sobre os escravizados (FLORENTINO & GÓES, 1997). Manter esse modelo de paz representava o sucesso para o grande desenvolvimento econômico nas colônias, quanto à organização nas senzalas.

Quem detinha o controle pela organização nas senzalas era o *homo econômico* Por excelência. Estes eram um cargo de alta patente, por ser considerado o ponto central da contabilidade, liberação do capital e liderança da economia entre senzalas e colônias. Além de agir como uma espécie de rei para fazer viger estes efeitos nas senzalas, já que eram considerados lugares da anomia (a ausência de leis, normas ou de regras que representasse uma organização social civilizada).

Mesmo assim, as condições insalubres, tonturas e cada vez mais o aumento da comercialização humana tornaram Salvador em um grande quilombo, contabilizando mais escravizados do que colonos. Assim aconteceu a Revolta dos Malês, esta teve esse nome por ser regida por escravizados haussás e pelos nagôs, que eram africanos falantes do iorubá, entre os quais se incluíam os malês. Essa revolta foi promovida por estes cativos, em especial haussás e nagôs, que se concentravam em grandes colônias étnicas na região, chamadas de “nações”, eram como quilombos, que tinham suas estruturas organizadas por líderes negros.

Essa revolta só aconteceu influenciada pela vitória da Revolução Haitiana, formando a relação entre Salvador e Haiti, pois, as nações de negros nagôs, que se concentraram em Salvador estavam em comunicação com as nações que existiam no Caribe, e por isso, elas foram encorajadas a se revoltarem, tendo como exemplo a Revolução Haitiana. Dessa forma, a Revolução Haitiana conseguiu mostrar que os negros de Salvador poderiam sacudir as estruturas coloniais, e que poderiam acabar com a escravidão. Ou seja, a Revolta dos Malês não pode ser justificada porque um grupo de ‘trabalhadores canavieiros’ buscavam direitos trabalhistas, ou, ser considerada como uma revolta de fugitivos e rebeldes. A revolta foi bem organizada e orquestradas por negros e

negras que buscavam viver como humanos, por isso ela aconteceu pela necessidade de humanização e pela busca de paz para aqueles que eram considerados mercadorias humanas.

Por fim, através destas problematizações entendemos que para analisar o papel de Salvador no sistema internacional moderno não temos como desprender o passado do presente, assim mesmo, o colonialismo da modernidade, por isso, o passado da cidade continua presente, nas relações sociais, economia e na política. Assim, temos o presente, que se define dentro da ideia de modernidade, mas que, porém, tem nas suas estruturas ainda no passado colonial. Já que se conserva o colonialismo, sendo operacionalizado pelo Estado, atingindo principalmente a população negra.

E o sentido da luta constante que é um produto contra a modernidade, gerida principalmente pela sua população negra e afrodescendente, contra o sistema contínuo de racismo institucional, desigualdades, genocídios, violência policial, entre outras. Essas lutas, são o resultado de revoltas anteriores, que na atualidade se tornaram um tipo de revolução da resistência, utilizando outros tipos de armas, que será melhor detalhado adiante.

Estas duas posições colocam Salvador dentro da ideia de modernidade/colonialismo conceituado no Segundo Nomos da Terra, que se concretizou em acontecimentos no sistema global atual, dentro da ideia de geopolítica atlântica com foco na formação e transformação da ordem mundial moderna/colonial. E no Terceiro nomos da terra, sendo o nomo da revolta contra o Ocidente que age como uma força de desocidentalização, resultando em uma reconstituição, que o autor aponta como solução para mudanças no âmbito da política internacional. Esse terceiro nomos representa a continuação da revolta em Salvador, com o formato diferente, já que ele representa a inserção e continuação de negros e afrodescendentes no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação propôs denotar o papel de Salvador-BA na formação do sistema internacional moderno. Nesse sentido, o Capítulo 1 é composto pelo debate teórico para que possamos problematizar tanto esse campo teórico da disciplina, quanto entender que o sistema internacional e codificado por cores, ou seja, não podemos analisá-lo sem entender a importância da raça e da escravidão na política internacional. Dessa forma, neste mesmo capítulo, afirmamos que a disciplina de RI sofre de uma patologia chamada de afasia racial, esta condição causa na disciplina um esquecimento calculado, ou seja, é uma obstrução do discurso, da linguagem e da fala, sendo um silêncio sistemático e evasão das problemáticas. Contra o papel da raça nos processos políticos e desconsidera sua funcionalidade entre os atores na política internacional. Até porque a própria conjuntura política internacional é composta pelas ideologias supremacista branca, tidas como

fundamentais, e por isso acaba influenciando a formação das políticas domésticas. Mesmo assim, a afasia racial toma conta da disciplina, podemos notar isso a partir dos sintomas, como a incapacidade de reconhecimento, de escrever, falar, compreender ou ler a centralidade e o papel que a raça exerceu e continua exercendo, tanto no campo teórico quanto entre os atores internacionais (STOLER, 2011).

Essa patologia, no campo teórico, é muito latente nos três principais grandes debates das RI, o realismo, construtivismo e o liberalismo, o que torna a afasia racial enquanto algo perigoso, já que estes são linhas teóricas dominantes para a compreensão da política global, estas são construídas sobre fundações raciais e racistas que limitam a capacidade da própria disciplina em responder questões voltadas a elas. Com influência do eurocentrismo para justificar o imperialismo branco, sendo que isto não é amplamente reconhecido no campo das RI, já que os neorealistas, afirmam apenas a existência do equilíbrio de poder entre as grandes potências.

Nesta conjuntura, o construtivismo é considerado a melhor corrente para lidar com raça e o racismo, porém, rejeitam a condição dada de anarquia e sustentam que ela e a segurança são construídas socialmente com base em ideias, histórias e experiências compartilhadas. Por isso, as questões raciais não são uma perspectiva das RI e sim uma característica organizadora central da política mundial. De fato, atualmente a raça continua sendo a ferramenta central do Estado, que a utiliza dentro das questões envolvendo ameaças, percepções e resposta ao extremismo. Isso mostra como a omissão através do não querer vê nem falar sobre é comparada a uma enredo de um filme, em que devem ter caído acidentalmente e batido com a cabeça e esquecido do passado racista (ANIEVAS, MANCHANDA & SHILLIAM, 2015).

Nesse sentido, para curar a afasia racial trazemos a categoria política-cultural da amefricanidade criada por Lélia Gonzalez. A amefricanidade foi criada para se pensar na formação histórico-cultural da América Latina, utilizando o conhecimento e os saberes dos povos da terra somados à ligação que o continente possui com o Continente Africano. Ambas influências unidas serviriam para rejeitar a dominação do inconsciente exclusivamente Europeu. Acreditando que o rompimento desse inconsciente causará a imersão do Continente Africano na América Latina sem a presença da opressão. Por isso, é sugerido por Lélia que a própria nomenclatura, da América Latina deveria ser modificada para América Ladina (GONZALEZ, 1988).

Ou seja, o sentido da amefricanidade de lutar contra a dominação da europa e de trazer o pensamento latinoaficano como agente do próprio conhecimento a coloca em diálogo com as teorias: africanidade, anticolonialismo e com o pensamento decolonial, já que a categoria parte do pressuposto de que a criação da modernidade surge com a conquista da América. Através do controle do Atlântico pela Europa no século XV se construiu o poder através da violência e isso deixou como herança o colonialismo e as dinâmicas construtivistas do sistema-mundo moderno

capitalista de exploração e acumulação. Assim surge a subalternização que acaba atingindo uma parte da população mundial, começa a se estabelecer nos eixos estruturais no controle do trabalho, da intersubjetividade, designados pelo eurocentrismo como modelo da forma de produção de conhecimento na modernidade.

Esse diálogo entre a amefricanidade e as teorias ressalta e centraliza a luta partindo de estratégias como: a desestabilização dos discursos da Europa imperial (como a história da filosofia, linguística e do desenvolvimento), o desafio das experiências de falar e escrever contra os discursos dominantes. Por exemplo, terceiro mundo, países de atraso econômico, disputa binária, etc. A recuperação das vozes históricas perdidas dos considerados marginalizados, oprimidos e os dominados, em uma construção radical da história de produção do conhecimento. Ou seja, a categoria da amefricanidade tem influências da africanidade, anticolonialismo e dialoga com o pensamento decolonial.

Ao analisarmos essas influências, separamos quatro pontos centrais que mostram como a amefricanidade pode curar a afasia racial das RI: ponto um por colocar a África enquanto agente político e não como subalterno e desprovido de conhecimento, por isso, pode promover a descolonização desses espaços. O segundo ponto é que a amefricanidade entende a modernidade como produto da conquista da América, com o controle do Atlântico pela Europa e o terceiro ponto refere-se ao poder como fator violência do colonialismo e das dinâmicas construtivistas do sistema-mundo moderno capitalista de exploração e acumulação.

Dessa forma, na última seção do Capítulo 1 trazemos a relação entre raça, escravidão e capitalismo racial. Partindo do breve entendimento histórico do surgimento do capitalismo a partir de processos racializados da sociedade, ainda na Europa, criado para substituir o antigo sistema feudal. Ou seja, o capitalismo foi influenciado pelas forças do racismo e do nacionalismo dentro da estrutura de organização de produção e troca, como foi o caso da sociedade feudal. O que mostra que esse capitalismo é racial, pois, não pode ser separa da raça nem da escravidão. Além da conexão com o nacionalismo assumiu o caráter de capitalismo moderno justificado na junção entre nacionalismo moderno e o surgimento dos estados modernos, que exigiu a combinação de fatores políticos, morais e econômicos intrincados na estrutura da evolução ocidental.

Esse modelo econômico do sistema global, fundado no comércio internacional, orquestrado pela movimentação de capital em escravizados, chega no nordeste brasileiro indo até a região sudeste (com maior contração no Rio de Janeiro), através da descoberta das "Américas" pela Inglaterra, porém, proclamada por Portugal e a disputa com Espanha, França e a própria Inglaterra. Essas disputas começaram a ganhar maiores proporções pelo aumento dos lucros vindo da produção do açúcar, nas indústrias artesanais, além do aumento de vendas de humanos e dos elementos tabaco, tecido e cachaça.

Em seguida, no Capítulo 2 é analisada como se deu a entrada do Nordeste nas relações internacionais da modernidade. Ela se inicia pela necessidade da Europa expandir o capitalismo e o imperialismo para outros lugares do mundo, que no Nordeste chegaram nas encostas marítimas, logo os colonizadores perceberam que o plantio da cana de açúcar foi bem sucedido visto que este território possuía os três elementos essenciais para a produção do açúcar: terras em abundância, solos férteis e húmido (o massapê) e clima quente, restando apenas a mão de obra escrava.

Justamente por essa necessidade o internacional é marcado pelo avanço do comércio nas vias marítimas guiado pelo conhecimento sobre a frequência das correntes marítimas e a direção dos ventos e assim traçavam os itinerários dos navios os guiando para os melhores portos com maiores riquezas. Além disso, a facilidade de transportar a mão de obra da África, que está na direção da Bahia. Justamente, dessa forma se manteve a comercialização dos negros capturados na África, tidos como mercadorias de mais-valia, para o comércio colonial, para conservação do sistema mercantil e a expansão do açúcar, sendo o produto de exportação mais importante das Índias Ocidentais.

Essa movimentação internacional, com mercadoria, proporcionou uma relação comercial entre a Bahia e Angola no comércio do tecido, que foi moeda de troca na compra de escravos e produtos primários africanos, que saíam do Brasil para Senegâmbia e do Níger. Além da aguardente (cachaça), movimentada entre o oceano Índico e o Atlântico, nas rotas clandestinas nas encostas angolanas, formando uma grande rede comercial nas rotas terrestres (GOMES, 2019).

Já o tabaco, que é o mesmo que o fumo, era produzido na Bahia, exportado para Angola, depois vendido na Costa da Mina e a outra parte era vendido no litoral brasileiro. Este ciclo econômico colonial não só coloca o Nordeste nas relações internacionais, como também, expande para outras partes do Brasil, sendo o modelo econômico o próprio capitalismo racial, que dependia exclusivamente da empreitada negreira. Por isso, a mão de obra negra foi central para a construção dos equipamentos para a produção, comercialização e exportação do açúcar de Pernambuco, concentrada na Bahia, em específico em Salvador.

Por fim, no Capítulo 3, constatamos Salvador foi um ator no sistema internacional moderno que possibilitou a colonização desde a exploração do solo massapê o desenvolvimento das indústrias açucareiras na cidade até de ser um dos maiores portos de comercialização dos negros africanos. Essa economia criou uma civilização do Açúcar em Salvador, já que surgiu empresas artesanais, que possuíam equipamentos para a transformação da matéria-prima, quanto a implementação de grandes áreas de plantios de cana, com o investimento de capitais, em geral, que resultou no acúmulo de capital para a Inglaterra, Portugal e Estados Unidos.

Essa movimentação acabou desencadeando uma grande aglomeração urbana que aumentou ainda mais graças ao comércio de humanos, tanto no formato intra-americano, liderado por Portugal e

Inglaterra, com vendas de cativos por todo continente americano e nos estados de cada país destes, nos sete principais portos do nordeste e sudeste brasileiro nas cidades de Salvador, Recife, Maranhão e Rio de Janeiro. Contabilizando centenas de viagens mercantes somadas a outras atividades econômica como a ‘prostituição doméstica’, em que usavam as mulheres negras capturadas para serem escravizas sexuais tendo preços mais alto pois poderiam gerar escravos (QUINTAS, 2007). Gerando maiores lucros para Portugal e a coroa portuguesa, que tornou a prostituição doméstica em ato legalizado como qualquer comércio comum para continuarem lucrando.

Quanto ao formato intra-caribenho controlado principalmente pelos Estados Unidos (EUA), com comercialização entre o Brasil e os países caribenhos, que não só acontecia por meios marítimos, mas teve altas concentrações também nos meios terrestres. Somado aos lucros que viam das fazendas de reprodução humana, já que depois da proibição da escravidão o comércio de escravos permaneceu aberto no Brasil, porém, a bastante tempo tinha sido encerrado nos EUA. Isso manteve os escravizados brasileiros e os negros livres em ligação com a África, que facilitava a continuação do fluxo de escravizados entra no país, enquanto nos Estados Unidos já não entrava mais (DEGLER, 1971).

O aumento de escravizados em condições insalubres que estavam sob a condição perversa da escravidão em Salvador, se ocasionaram várias revoltas, entre elas destacamos a Revolta dos Malês. Esta teve esse nome por ser regida por escravizados haussás e pelos nagôs, que eram africanos falantes do iorubá, entre os quais se incluíam os malês. Essa revolta foi promovida por estes cativos, em especial haussás e nagôs, que se concentravam em grandes colônias étnicas na região, chamadas de “nações”, eram como quilombos, que tinham suas estruturas organizadas por líderes negros. Nesse período, Salvador era como um grande quilombo, já que havia triplicado a quantidade de cativos estando em maior número dos que os colonos.

Isso justificar a conexão da Revolução Haitiana com a Revolta dos Malês, que marcou a relação entre Salvador e Haiti, pois, estas nações composta principalmente por negros nagôs, estavam em grande número espalhadas pela Bahia. Tinham vínculo com as nações que existiam no Caribe, e por isso, elas foram encorajadas a se revoltarem tendo como exemplo a vitória da Revolução Haitiana sobre a França. Dessa forma, a Revolução Haitiana serviu como incentivo e modelo para os negros de Salvador para expulsar os colonos e acabar com a escravidão.

Por fim, através destas problematizações entendemos que para entendermos o papel de Salvador no sistema internacional moderno não temos como desprender o passado do presente, assim mesmo, o colonialismo da modernidade, por isso, o passado da cidade continua presente, nas relações sociais, economia e na política. Assim, temos o presente, que se define dentro da ideia de modernidade, mas que, porém, tem nas suas estruturas ainda no passado colonial.

E o sentido da luta constante que é um produto contra a modernidade, gerida principalmente pela sua população negra e afrodescendente, contra o sistema contínuo de racismo institucional, desigualdades, genocídios, violência policial, entre outras. Essas lutas, são o resultado de revoltas anteriores, que na atualidade se tornaram um tipo de revolução da resistência, utilizando outros tipos de armas, que será melhor detalhado adiante.

Estas duas posições colocam Salvador dentro da ideia de modernidade/colonialismo conceituado no Segundo Nomos da Terra, que se concretizou em acontecimentos no sistema global atual, dentro da ideia de geopolítica atlântica com foco na formação e transformação da ordem mundial moderna/colonial (MIGNOLO, 2021). E no Terceiro nomos da terra, sendo o nomos da revolta contra o Ocidente que age como uma força de desocidentalização, resultando em uma reconstituição, que o autor aponta como solução para mudanças no âmbito da política internacional. Esse terceiro nomos representa a continuação da revolta pois nos possibilita entendê-lo que como representação da inserção e continuação de negros e afrodescendentes no ensino superior.

Dessa forma concluímos que pensar Salvador no terceiro nomos da terra é entender que este representa uma forma de revolta que representa representada nas lutas pela inserção e continuação de negros e afrodescendentes nas universidades. Por isso, esse terceiro nomos da revolta pode ser um elemento central para enfraquecer o domínio ocidental e das narrativas da modernidade. Pois apesar desta modernidade se apresentar como um fator de desenvolvimento e mudança, na verdade ela cria dinâmicas para produzir o racismo violento, genocídico e necropolíticas contra a população negra sendo este administrado pelas instituições do estado.

Ou seja, esse terceiro nomos representa não só as formas de resistências construídas pelo povo negro, como também é uma forma de trazer, como forma de conhecimento na academia, os saberes, cultura, ancestralidades, tanto indígena quanto africana. Representando as revoltas escravas, as organizações nos quilombos, os grupos de mulheres negras com suas cantorias nas senzalas, aquilombamento, os cânticos ancestrais, do candomblé, do vodu, o samba de roda, a capoeira, o que marca Salvador como uma grande universidade atravessada pela história e pela atualidade. Entender sobre estas narrativas rompe com os imaginários que o ensino ocidental implementou no formato da educação brasileira possibilitando a inclusão destes povos na educação superior. Além disso, o diferencial desse modelo de revolta é que as armas são as escrevivências e os conhecimentos vindos dos cânticos até as escritas, as semelhanças com a revolta dos Malês é que ambas andam, buscam a libertação dos negros, que nesta pesquisa se aloca em Salvador, contra a exploração, desigualdades, violências e a pobreza.

REFERÊNCIAS

- ABERNETHY, D B. **The Dynamics of Global Dominance**. New Haven: Yale University Press. 2000
- ACHARYA, Amitav. **Race and racism in the founding of the modern world order**. Constructing global order. *International Affairs* 98: 1, 2022.
- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre.(Org.). **Papel da memória**. São Paulo: Pontes Editores, 1999, p. 11-19.
- ALEGRIA, Renné P. **A construção de uma língua oficial africana: o suaíli na Tanzânia**. São Paulo: Letras, 2000
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul no século XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras. pp.278-279. 2000
- ALMEIDA, Rachel de Castro, GUIMARÃES, Sávio, PEREIRA, Patrícia. **Museus Contemporâneos e os novos sentidos da relação espaço e cultura**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2016
- ALMEIDA, Felipe Cordeiro de. **Universidades federais de missão institucional internacional e seu papel para a política externa brasileira**. 2022. 177p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)- San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2022.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença Martins Fontes, 1980
- ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. Confronting the global colour line: an introduction. In. ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations: confronting the global colour line**. Nova York: Routledge, Third Avenue, 2015.
- ANDRADE, Manuel C. ‘*Apresentação - A Civilização Açucareira*’. In: QUINTAS, Fátima [Org]. **A Civilização Açucareira**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007, p. 13-21
- ARAÚJO, Ana Lucia. **Atlantic routes**. memory, heritage and slave representations on the Slave Route. *New Faculty Start-Up Program da Howard University: Belo Horizonte*. Vol. 25, nº 4, p. 129-148, jan/jun. 2009
- ARRAIS, Diogo. **De onde vem a palavra soteropolitano?** Professor responde. Exame, 2017. Disponível em: <https://exame.com/carreira/de-onde-vem-a-palavra-soteropolitano-professor-responde/> . Acessado em 18 jan 2024
- APPIAH, Kwame Anthony. **Racisms’ in David Theo Goldberg: Anatomy of Racism** Minneapolis. Minnesota: University of Minnesota Press, 1990.

BHAMBRA, Gurminder K, BOUKA, Yolande, PERSAUD, Randolph, RUTAZIBWA, Olivia, THAKUR, Vinnet, BELL Duncan, SMITH, Karen HAASTRUP, Toni, ADEM, Seifudein. **Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism?** Ignoring the central role of race and colonialism in world affairs precludes an accurate understanding of the modern state system. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/>. Acesso em 14/mar/2023.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. **Problematising the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics.** Contexto Internacional, v. 41, n. 3, p. 599-619, , Sept.-Dec. 2019.

BLANCO, Ramon. **Peace as Government Peace as Government: The Will to Normalize Timor-Leste.** London: Lexington Books, 2020.

BARDER, Alexander D. **Global Race War: international politics and racial hierarchy.** New York: Oxford University Press, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. **“América Latina e o Giro Decolonial”.** Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, pp.89-117. 2013.

BUTTERY, Neil. **A dark history of sugar.** Yorkshire-Philadelphia: Sword History, 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. Introdução Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico:** Ed. 3°. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 440, 2018.

BOURNE, Richard. **Commonwealth of Nations: Estratégias Intergovernamentais e Não-governamentais para a Proteção dos Direitos Humanos em uma Instituição Pós-colonial.** São Paulo: Revista Internacional de Direitos Humanos, 2010.

BOLSANELLO, Maria A. **Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”:** sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. Curitiba: Editora Educar da UFPR, v.1, nº12., p. 153-165. 1996

BOXER, C.R. **O império colonial português (1415-1825).** In. Inês Duarte (tradutora). São Paulo: Martins fontes, 1969.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre la negritud.** Negritud, etnicidad y culturas afroamericanas. Discurso sobre el colonialismo. Tradução de Beñat Baltza Álvarez. Madrid: Editora Akal, 2006. p. 85-91.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism.** Nova York: Monthly Review Press, 2000.

CERVO, Amado Luiz. **Concepts in International Relations**. Revista Brasileira Internacional. São Paulo: Universidade de São Paulo (Nupri). 2008

CENTER OF STUDY AND INVESTIGACION FOR DECOLONIAL DIALOGUES. (2023). **Decolonizing Knowledge and Power: Postcolonial Studies, Decolonial Horizons**. Disponível: <https://www.dialogoglobal.com/barcelona/> Acesso 12/07/2023

CHAKRABARTY, Dipesh. **Translating life-worlds into labor and history: Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press, p. 72-96. 2008

CAVALCANTI, Flavia G. (2021). '*Pensando as relações internacionais a partir da periferia: antropofagia e perspectivismo ameríndio*.' In. TOLEDO, Aureo [Org.] **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais**. Salvador : EDUFBA. 288 p.

CAVALCANTI, Maria Lectícia Monteiro. '*Açúcar no Tacho*'. In. QUINTAS, Fátima [Org.] **A civilização do açúcar**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre. 2007, 192 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Terras devolutas**. Dicionário de Libras - Termos político-legislativos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas> Acesso 21 dez. 2023

CATTERALL, Helen. T. **Judicial Cases Concerning Slavery and the Negro**. Washington, 1926.

CAVALCANTI, C.C.B. **O Conhecimento em exposição: Novas tecnologias da comunicação como construção multidirecional de conhecimento e de percepção do mundo contemporâneo**, Rio de Janeiro: Ed. Novas Edições Acadêmicas, 2015

CIPOLLA, Carlos. **Guns, Sails, and Empires: Technological Innovation and the Early Phases of European Expansion, 1400-1700**. New York: Pantheon Books, 1965.

CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere. **Astrolábio, o que é e como funciona**. Rio Grande do Sul: Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe, Departamento de Geodésia – IG/UFRGS, 2023

CLEVELAND, Donald. **Slavery and abolition in Campos**. Brazil. 1830-88. Cornell University, 1973.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de barrela**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DERRY, T.K. & BLAKEWAY, M.G. **Making of Pre-industrial Britain**. Londres: John Murray. 1973

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage Pittoresque et Historique Au Brèsil**. Tome deuxième II, Vol II. Paris: Libraires Jacob: M DCCC XXXV, p. 210. 1816. Tomos I e II, Vol I, II e III. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1978. Todas as pinturas datadas: <https://www.guiadasartes.com.br/jean-baptiste-debret/imagens>.

DEGLER, Carl N. **Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States.** Nova York, Macmillan Publishing, 1971.

DIALLO, Mamadou Alpha . Coups fourrés et diplomatie : le chaos franafricain qui nous pend au nez”. In. LAMKO, K. NIANG, A. SYLLA, N.S. ZEVOUNOU, L. (dir.). **De Brazzaville à Montpellier. Regards critiques sur le néocolonialisme français.** Dakar: CORA Éditions, pp.22-33. 2021

DU BOIS, W.E.B. **As Almas da Gente Negra.** Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

DU BOIS, Web. **Worlds of Color.** Negócios Estrangeiros, 1925, vº 3, 44-423.

DU BOIS, Web. **Darkwater: Voices from Within the Veil.** Em Sundquist, EJ (ed.) The Oxford WEB Nova York, NY: Oxford University Press, 1996, 483–623

DO SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil:** Livro primeiro, Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil. Escrita na Bahia a 20 de dezembro de 1627. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/2011/historia/4vicente_salvador.pdf Acesso em: 21/06/23

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Mercado de Trabalho para a População Negra na Bahia.** DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html> . Acessado em: 18 jan 2024

DUARTE, Ruy José B. **Olodum Da Bahia Uma Inclusão Histórico Cultural.** Field Actions Science Reports, Special Issue, 2012.

ESTHER, Angelo Brigato. **Senhoras e senhores, aproximem-se! Bem-vindos ao maior espetáculo da terra!.** FAROL: Revista de estudos organizacionais e sociedade. Belo Horizonte, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória.** Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

ETCHEVARNE, Carlos. **A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa.** REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro, 1999-2000

ELTIS, David; RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic slave trade.** New Haven: Yale University Press, 2010

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1975-1976. Paris: Seuil, [1997]. **Microfísica do poder:** tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho, HUE, Sheila. **Piratas no Brasil**: as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral. São Paulo: Editora Globo, 2014.

FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo, FARIA, Sheila de Castro. **A economia colonial brasileira**: (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual. 1998.

FLORENTINO, Manolo, GÓES, José R. **A Paz das Senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Recife: Imprensa Oficial, 1966.

FREYRE, Gilberto. **Rurbanização, que é?**. Recife: Ed. Massangana, 1982.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. Volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil. Volume 2. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. (2019). *Planícies Goitacazes, séculos XVIII e XIX: da escravidão africana atlântica ao campesinato no imediato pós-abolição*. In. SYMANSKI, Luís Cláudio, GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Arqueologias da escravidão e liberdade**: senzalas, cultura material e pós-emancipação na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII a XX. Curitiba: Brazil Publishing, 2019

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. 235p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. 2021

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial**: uma militância, 1982. In. Arte e ensaios, n. 38, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. Raça e Classe. (5): 2, nov./dez. 1988.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982

GROSGOUEL, R. **A virada decolonial epistêmica**: além dos paradigmas político-econômicos. 'Estudos Culturais' (2): 211-223. 2007.

GOLDBERG, David T. **The Threat of Race**: Reflections on Racial Neoliberalism. Malden: Blackwell Publishing, 2009.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34. 2001.

GILMORE, Ruth Wilson. **Race and Globalization: Geographies of Global Change, Remapping the World.** Nova York: Wiley-Blackwell, 2002.

GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco.** Recife: Editora Raiz Ltda, 1984.

HEARTFIELD, James. **The British and Foreign Anti-Slavery Society, 1838- 1956.** Oxford: Oxford University Press, 486p. 2016

HUGUET, Montserrat Galcerán. **La bárbara Europa.** Una mirada desde el postcolonialismo y la descolonialidad. Montserrat: Traficantes de Sueños, 380 pp. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios.** IBGE, 2019. Bahia. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 19 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população enviadas ao TCU.** IBGE: Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 19 dez. 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ação afirmativa e população negra na educação superior.** Brasília : Rio de Janeiro, 2020

JORDAN, Winthrop D. **White over Black: American Attitudes toward the Negro, 1550–1812.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1968.

K-SUE, Park. “*Race, Innovation, and Financial Growth: The Example of Foreclosure*”. In JENKINS, Destin; LEROY, Justin (Eds.). **Histories of Racial Capitalism.** New York: Columbia University Press, 27-53. 2021

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KISSINGER, Henry A. **Ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KOUTSOUKOS, Sandra S. M. **Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo.** Campinas: Unicamp, 2020.

KEET, André. **Africanising/Decolonising Ourselves: The Implications for Advancing Critical University Studies – Africa (ACUSAfrica).** Webinar: The Global, 2021.

LIMA, Henrique Espada. **Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX liberdade de trabalho no século XIX.** Rio de Janeiro: TOPOI, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 289-326.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches.** Trumansburg, New York: Crossing. 1984.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

McEWAN, Cheryl. **Postcolonialism, Decoloniality and Development**. Second edition: Sean Fox, 2019.

MANNING, Charles A. W. **In Defense of Apartheid**. *Foreign Affairs*, p. 135–49. 1964

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento**. Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **La descolonización y el giro des-colonial**. University of California, Berkeley, USA, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **On the coloniality of being: contributions to the development of a concept.** *Cultural Studies* 21 (2-3): 240-273. 2007

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas**. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History - 1660 - 1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005

MILLER, Joseph. **Way of Death: Merchant Capitalism and the Angola Slave Trade 1730-1830**. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1978.

MOREIRA, João Carlo e SENE, Eustáquio. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Editora Scipione, 2019.

MELAMED, Jodi. **Racial Capitalism**. Source: *Critical Ethnic Studies*, Vol. 1, No. 1, pp. 76-85, 2015.

MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke University Press, Introdução. 2011.

MIGNOLO, Walter D. **The politics of decolonial investigations**. Duke University Press: Durham and London, 2021.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power**: The place of sugar in modern history. New York: Penguin Books, 1922.

MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. **Epistemic Freedom in Africa**: Desprovincialization and decolonization. África: Routledge, 2018.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. **Decolonial International Network**: Africa Decolonial Research Network (ADERN). Disponível em: <https://din.today/sabelo-j-ndlovu-gatsheni-we-needed-to-shift-the-geography-of-knowledge-as-well-as-the-biography-of-knowledge/> Acesso: 12/07/2023

NDLOVU, Morgan. **Coloniality of knowledge and the challenge of Creating African Futures**. África: Ufahamu, p. 40, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, p. 71-91, 2008.

NAEEM, Inayatullah, BLANEY, David L. **International Relations and the Problem of Difference**. 1st Edition: New York, pp. 272. 2003.

Ó TUATHAIL, Gearóid. *Thinking critically about geopolitics*. In: Ó TUATHAIL, Gearóid.; DALBY, Simon.; ROUTLEDGE, Paul. **The Geopolitics Reader**. London, New York: Routledge, 2003. p. 1-12.

OXFORD LANGUAGES. **Conceito da palavra carma**. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acessado em 13 jan. 2024

PROZOROV, Sergei. **Ontology and World Politics**: Void Universalism I. London and New York: Routledge, 2014.

PEREIRA, Aleksandro Eugênio; BLANCO, Ramon. **Teorias Contemporâneas de Relações Internacionais**. Curitiba: Intersaberes, 2021.

PEREIRA, Marcos. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ações afirmativas e empoderamento negro**: o caso do Instituto Steve Biko em Salvador (2016-2018). Relações Exteriores, 2023. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-acoes-afirmativas-e-empoderamento-negro/>. Acessado em: 18 jan 2024

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2001-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>. Acesso em: 19 dez. 2023

POLCRI, Maysa. **Número de negros em universidades baianas cresce 105% em dez anos**. Correio da Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/numero-de-negros-em-universidades-baianas-cresce-105-em-dez-anos>

[ce-105-em-dez-anos-1123](#) Acessado em: 18 jan 2024

PREFEITURA DE SALVADOR. **Primeira Capital do Brasil**: Cidade planejada para fundar um país é hoje uma das maiores metrópoles do planeta. Revista Curta Salvador, Salvador-BA. Vol. 1, Ed. nº 1, junho, 2014, pp. 58

PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste**. São Paulo: Ed. Nacional, 1935-1938.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In. LANDER, Edgardo (Ed.) **La Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales**: Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 201-246. (2000)

QUIJANO, Aníbal. “*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*”. In. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas da América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUINTAS, Fátima. ‘*Cultura, Patrimônio e Civilização*’. In: _____[Org]. **A Civilização Açucareira**. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007, p. 21- 49

QUINTAS, Fátima(Org.). **Cana, Engenho e Açúcar**. A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007, p. 49-69.

RAGHAVAN, Anjana. **Towards corporeal cosmopolitanism**: performing decolonial solidarities: Rowman & Littlefield International. Lodres, Nova York, 2017

RACIONAIS, RACIONAIS MC’s. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

RACIONAIS MC 's. **Álbum Sobrevivendo no Inferno (1997)**. Disponível em: https://music.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_nCuXekVx1ic-SlzebMW_QYyhbKe-W5KqI. Acesso em 05/05/2023

RAMOS, Silvia, et al. **Pele alvo: a bala não erra o negro**. Rio de Janeiro : CESeC, 2023. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/rede-de-observatorios-revela-que-a-cada-quatro-horas-uma-pessoa-negra-foi-morta-pela-policia-em-2022/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20representou%2094,438%20pessoas%2C%20sendo%20394%20negras>. Acesso em 15 jan 2024

REIS, João José. **Recôncavo rebelde**: revoltas escravas nos engenhos baianos. Salvador: Afro-Ásia, n. 15, 1992.

REIS, João José. A revolta haussá de 1809 na Bahia. In. REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras. 2021.

REIS, João José. **Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia**. Rio de Janeiro: Topoi, v. 15, n. 28, p. 68-115. 2014.

REDIKER, Marcus. **The Slave Ship**: A Human History. Nova York: Penguin Books, 2008.

ROCHA, Aristotelina Pereira. **Geografia do Nordeste**. Natal, RN: EDUFRN, 2010, p. 332.

ROSA, Carlos Eduardo Valle. ‘*Geopolítica: uma apreciação histórica.*’ In FOLMER, Ivania, et al, [Org.]. **Geopolítica: poder e território.** São Paulo: FFLCH/USP, 2021

ROBINSON, Cedric. J. **Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista.** Tabula Rasa, 23-56, 2018.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism.** The Making of The Black Radical. Tradition, Londres, Zed Books, 1983; reimpresso por The University of North Carolina Press, 2000.

SLAVEVOYAGES. **Trans Atlantic Slave Trade Estimates.** Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database> . Acesso em 28 dez 2023

STOLER. Ann Laura. **Colonial aphasia: race and disabled histories in France.** França: Public Culture, p. 121–56. 2011.

SCHWENNHAGEN, Ludwig. **Fenícios no Brasil: Antiga história do Brasil dc 1100 AC a 1500 DC.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1986

SCHMITT, Carl. **The Nomos of the Earth: in the International Law of the Jus Publicum Europaeum.** Translated by G. L. Ulmen. New York: Telos Press, 2006 [1950].

SCHMITT, Carl. **The nomos of the Earth in the international law of the jus publicum europaeum.** Nova York: Telos Press, 2003.

SILVA, Alberto da Costa. ‘*Do Índico ao Atlântico*’. In. FRAGOSO, João, MANOLO, Florentino, JUCÁ, Antônio, CAMPOS, Adriana [Orga.]. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** Vitória: EDUFES, 2014

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SPYKMAN, Nicholas J. **America’s Strategy in World Politics.** New Brunswick: Transaction Publishers, 2008

SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide.** London: Routledge, 2016

SALGADO, Augusto. 2018. **O Porto e a Grande Guerra no Mar - História.** Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8 n° 2. p. 38-56. Disponível em: https://www.academia.edu/77425405/O_Porto_e_a_Grande_Guerra_no_mar .Acesso em 03/07/2023.

SARAIVA, Joaquim. 2017. **A base naval francesa de Leixões na Primeira Guerra Mundial.** Disponível em: [https://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20assuntos&tp=5&as=Base%20naval.%20Leix%C3%B5es%20\(Portugal\)&ida=6667](https://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20assuntos&tp=5&as=Base%20naval.%20Leix%C3%B5es%20(Portugal)&ida=6667) . Acesso em 03/07/2023

SOARES, Lissandra Vieira, MACHADO, Paula Sandrine. **“Escrevivências” as methodological tool in production of knowledge in Social Psychology.** Revista Psicologia Política. São Paulo, vol. 17. nº 39. pp. 203-219. mai. – ago. 2017.

SMOUTS, Marie-Claude. **Les nouvelles relations internationales.** Pratiques et théories. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1998.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Livia P, MUNHOZ, André R. A, SANTANA, Marttem, SILVA, José, AZEVEDO, Cleide, SANTOS, Carlos, VALE, Ricardo. **Educación, decolonialidade y quilombo:** possibilidades de transgresión de los currículos y prácticas educativas. Revista Latino-Americana de Estudios Científicos (RELAEC). V. 03, N.18 Nov./Dez. 2022

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Perfil Financeiro dos Municípios Baianos.** Salvador: SEI; TCM, 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB e estudos correlatos.** 2019 Disponível em: https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2193&Itemid=1044&lang=pt Acesso em: 19 dez. 2023

SENADO FEDERAL. **Manual de comunicação da Secom:** Indígena/Etnia. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio> Acesso em 4/jun/2023.

SULLIVAN, Shannon, TUANA, Nancy. **Race and Epistemologies of Ignorance.** New York: State University Albany, 2007.

SUGANAMI, Hidemi. **Manning and the Study of International Relations.** EUA: Review of International Studies, p. 91–107. 2001

SILVA, Karine de Souza. **“Esse silêncio todo me atordoa”.** A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. RIL, Brasília a. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021.

TOLEDO, Áureo. (org.). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais. In: YAMATO, Roberto Vilchez (org.): **Pode a migrante falar?** um exercício de rearranjar desejos, escavar o eu, e tornar delirante o outro em nós. F: EDUFBA, 2021.

THOMPSON, Debra. Through, against, and beyond the racial state: the transnational stratum of race. In. ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi, SHILLIAM, Robbie. (Org). **Race and racism in international relations:** confronting the global colour line. Nova York: Routledge. 2015.

TUCK, Eve, YANG, K. Wayne. **Decolonization is not a metaphor.** Revista Decolonization Indigeneity, Education & Society, University of New York at New Paltz. Vol.1, nº. 1, 2012, pp. 1-40.

UN-HABITAT. State of the World's Cities 2010/2011: Cities for All, Bridging the Urban Divide. London, Washington: Earthscan, 2011, p. 224

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (UNHCR). **The Abolition of Slavery and its Contemporary Forms**. Editado por David Weissbrot e Anti-Slavery International. Nova York e Genebra: United Nations, 2002.

UNITED NATIONS. **The United Nations Outreach Programme on Slavery and the Transatlantic Slave Trade**, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/en/rememberslavery> Acesso 12/07/2023

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Perfil racial da comunidade universitária confirma sucesso das ações afirmativas na UFBA**. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/perfil-racial-da-comunidade-universitaria-confirma-sucesso-da-s-aco-es-afirmativas-na . Acessado em 18 jan 2024

VASCONCELOS, Erica Paula S. **A linha de cor é o fio de ouro: o papel da raça e da escravidão na formação do sistema internacional moderno**. 2023. 22p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Relações Internacionais)- Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7285> . Acesso em 1 fev 2024.

VASCONCELOS, Erica Paula S. **Quem puxa o gatilho? Violência policial contra moradores da favela Planeta dos Macacos, Salvador, BA**. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1470> Acesso em 3 fev 2024

VITALIS, Robert. **The Noble American Science of Imperial Relations and its Laws of Race Development**. Nova York: Comparative Studies in Society and History, p. 909–38. 2010

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**: São Paulo : Companhia das Letras, 2012, tradução Denise Bottmann: 1. ed.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. North Carolina: Third Edition, 2021.

WALSH, Catherine, MIGNOLO, Walter. **On Coloniality: Concepts, analytics, práxis**. Carolina do Norte (EUA): Duke University Press, pp. 136, 2018

ZVOBGO, Kelebogile, LOKEN, Meredith. **Why Race Matters in International Relations: Western dominance and white privileges permeate the field. It 's time to change that**. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/06/19/why-race-matters-international-relations-ir/>. Acesso em 14/mar/2023.